

**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
ESCOLA DE GOVERNO**

GERALDO COELHO LIMA NETO

**A TRAJETÓRIA DO BDMG E O DESENVOLVIMENTO DA
ECONOMIA MINEIRA**

Belo Horizonte

2008

GERALDO COELHO LIMA NETO

A TRAJETÓRIA DO BDMG E O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA MINEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Área de Concentração: Gestão Econômica

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Carneiro

Belo Horizonte

2008

Aos meus grandes amores: Alex,
Maria, Rey e Valéria.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Ricardo Carneiro, que, com sua paciência, sapiência e vontade de ensinar, transformou um sonho em realidade.

À Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e aos seus funcionários, que se dedicam a prestar auxílio digno de instituição reconhecidamente importante para Minas Gerais e para o Brasil.

Aos meus pais, pelo amor e amizade; por acreditarem em minha capacidade de cumprir com o que me é apresentado; por deixarem de perseguir um sonho para me ajudar a alcançar os meus; por brigarem por eu não estar presente, sabendo que estar ausente não é meu desejo.

À minha esposa, pelo apoio nas horas mais tensas deste caminho; por ter o abraço da tranqüilidade indicando que, no final, tudo daria certo.

Aos meus sobrinhos queridos, Bernardo e João Vitor, que vieram durante esta longa jornada, mostrando que a alegria e a felicidade podem estar apenas num olhar.

Aos demais familiares, que me apoiaram e souberam compreender minha ausência.

Aos meus eternos amigos, que sempre torceram pelo meu sucesso, mesmo nos encontrando muito pouco.

Ao meu sempre amigo, irmão, companheiro, incentivador, que, agora, mais do que nunca, se encontra presente. Ao Alex uma menção sempre especial.

Aos meus amigos e colegas do Centro Universitário UNA - UNATEC, que torceram e se prontificaram a me ajudar.

Ao Jaime Queiroz que tanto ajudou e me incentivou no início desta empreitada.

E a todos que de alguma forma contribuíram para esta construção, meus sinceros agradecimentos.

“Creio ser esta a primeira vez que vejo a maioria de vocês. Mas, para mim, não faz mesmo muita diferença se estou falando com um velho amigo ou com um novo porque sempre acredito que somos iguais: somos todos seres humanos. É claro que pode haver diferenças de formação cultural ou estilo de vida; pode haver diferença quanto à nossa fé; ou podemos ser de uma cor diferente; mas somos seres humanos, constituídos do corpo humano e da mente humana.”

Início do discurso do Dalay Lana para uma multidão
de 6 mil pessoas no estádio de basquetebol
da Arizona State University.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é traçar a trajetória do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – avaliando as alternâncias de estratégias de ação em consonância com as inflexões históricas da economia mineira e conseqüentemente de suas necessidades específicas. Pretende-se mostrar que a conduta do BDMG, embora atrelada às necessidades prementes da economia mineira, esteve também estreitamente vinculada às orientações e determinações do governo federal, particularmente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Ao longo da história econômica mundial, o Estado tornou-se, algumas vezes, um agente atuante, intervindo onde se detectavam falhas de mercado – a precariedade das condições creditícias para que se procedesse ao crescimento e/ou ao desenvolvimento, via financiamentos de longo prazo, poderia ser apontada como um exemplo dessas falhas. Essa situação de precariedade ocorreu tanto em países que necessitavam de recuperação econômica, em decorrência das guerras mundiais, como também em países que buscavam o desenvolvimento econômico. Foi assim no Brasil, quando necessitou sair da condição de subdesenvolvimento e da dependência centro-periferia. De forma correlata sucedeu em Minas Gerais: apesar de seus recursos naturais e do avanço da economia brasileira, no final da década de 1950, a economia mineira ainda não apresentava evolução. O BDMG, criado em 1962, para auxiliar o governo estadual a proceder, de maneira estruturada, à promoção do desenvolvimento, se apresentou como agente importante e responsável por programas, de médio e longo prazo, destinados a dispersar os desequilíbrios e desigualdades em nível regional e entre Minas Gerais e os demais entes da federação. Conclusivamente, a partir de então, e pelas décadas seguintes, a economia mineira tem evoluído acima da média nacional.

Palavras-chave: BDMG, economia, economia mineira, história, Minas Gerais.

ABSTRACT

The overall aim of the present work is to describe the trajectory of the Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais– BDMG – estimating the changes of action strategies, according to the historical modifications of Minas' economy and, because of it, of its specific needs. The intention is to establish that BDMG's conduct, although submitted to the urgent needs of Minas' economy, it was also closely linked to the orientations and determinations of the Federal Government, particularly of the Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Throughout the history of the world economy, the State has become, a few times, an active agent, intervening where market failures were detected; the precariousness of the credit conditions in order to accomplish growth and/or development, by means of long term financing, may be pointed out as an example of these failures. This situation of precariousness occurred both in countries which needed economic recovery due to the world wars, as well in countries which sought economic development. The same took place in Brazil, when it needed to overcome the situation of underdevelopment and the center-periphery dependency. A similar situation happened in Minas Gerais: despite its natural resources and the development of the Brazilian economy by the end of the 1950's, the economy of the state had not presented signs of evolution yet. BDMG, created in 1962, to help the state government to promote the development, in a structured manner, presented itself as an important agent, responsible for medium and long term programs destined to disperse the unbalances and unevenness at the regional level and among Minas Gerais and the other states of the Federation. In conclusion, from then on and throughout the following decades, the state economy has evolved above the national average.

LISTA DE GRÁFICOS

1 – Divisão da economia mineira, por setor, no ano de 1949	98
2 - Divisão da economia mineira, por setor, no ano de 2003	98

LISTA DE TABELAS

1. Financiamentos concedidos, por setor de atividade, pelo BDMG no período de março de 1963 a dezembro de 1964 em Minas Gerais51
2. Número de usinas açucareiras em funcionamento e a produção de açúcar no período entre 1960 e 1978, em Minas Gerais e no Brasil54
3. Produção de laticínios no período entre 1960 e 1970 em Minas Gerais e no Brasil.....55
4. Taxa de crescimento do produto industrial no período entre 1960 e 1970 em Minas Gerais57
5. Estrutura do valor de transformação industrial mineiro nos anos de 1959 e 1970.....64
6. Taxa média anual de crescimento da atividade industrial nas unidades selecionadas da federação e no Brasil no período entre 1970 e 1980 a preços constantes de 1980 – (%)65
7. Participação relativa das unidades selecionadas da federação no PIB do Brasil a preços constantes nos anos de 1970 e 1980 – (%)65
8. Participação relativa das unidades selecionadas da federação no produto agropecuário do Brasil a custos de fatores e preços correntes nos anos de 1970 e 1980 – (%)71
9. Taxa de média anual de crescimento da atividade terciária do Brasil nas unidades selecionadas da federação a custo de fatores e preços constantes no período entre 1970 e 1980 – (%)71
10. Taxa de investimento nacional em relação ao PIB brasileiro no período entre 1970 e 199272
11. Recursos recebidos do Tesouro estadual, pelo BDMG, a título de capitalização, no período entre 1962 e 2005 – (milhares de US\$ de 2006)74
12. Taxa média anual de crescimento do PIB no período de 1990 e 1999 nas unidades selecionadas da federação e do Brasil a preços constantes de 200184
13. Evolução do patrimônio líquido do BDMG no período entre 1998 a 2006 a preços correntes – (milhões de R\$)89
14. Total de financiamentos concedidos, sua composição e o total dos recursos de fundos administrados pelo BDMG no período entre 2001 e 2006 – (milhões de R\$)89
15. Financiamentos aprovados, recursos liberados, investimentos feitos e empregos viabilizados pelos projetos financiados pelo BDMG no período entre 1962 e 2006 a preços constantes de dezembro de 2006 – (valores em R\$ 1.000,00)94
16. Taxa média anual de crescimento real do PIB, por setores, no Brasil e em Minas Gerais no período entre 1951 e 2006 – (%)99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDE	-	Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento
Acar	-	Associação de Crédito e Assistência Rural
Acesita	-	Aços Especiais Itabira
Açominas	-	Aços Minas Gerais S.A.
AID	-	Associação Internacional de Desenvolvimento
AMGI	-	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
BADAP	-	Banco de Desenvolvimento Agropecuário de Minas Gerais
BDMG	-	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BEMGE	-	Banco do Estado de Minas Gerais
BID	-	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	-	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNDE	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCPR	-	Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda.
CDB	-	Certificado de Depósito Bancário
CDI-MG	-	Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais
CEAG-MG	-	Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais
CEBRAE	-	Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa
CEMIG	-	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CEPAL	-	Comissão Econômica para a América Latina
Cetec	-	Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
Chesf	-	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIADI	-	Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos
Ciana	-	Companhia Nacional de Alumínio
CIBPU	-	Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí
CNM	-	Companhia Nacional de Motores
Copasa	-	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
Cosemig	-	Companhia de Seguros de Minas Gerais S.A.
Credireal	-	Banco de Crédito Real de Minas Gerais
CSN	-	Companhia Siderúrgica Nacional

CVRD	-	Companhia Vale do Rio Doce
Danone	-	Laticínio Poços de Caldas
DEP	-	Departamento de Estudos e Planejamento
DER	-	Departamento de Estradas de Rodagem
EUA	-	Estados Unidos da América
Eximbank	-	Export-Import Bank
FAE	-	Fundo de Financiamento para Água e Esgoto
FESB	-	Fundo Estadual de Saneamento Básico
FIEMG	-	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Finame	-	Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
FIPEA	-	Fundo de Investimento de Pequena Empresa e do Artesanato
FIPENE	-	Financiamento de Pequenas e Médias Empresas
FJP	-	Fundação João Pinheiro
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
FMM	-	Fundo Minerio-Metalúrgico
Frimusa	-	Frigorífico Mucuri S.A.
Frigonorte	-	Frigorífico Norte de Minas S.A.
FUNDECE	-	Fundo de Democratização do Capital das Empresas
Fundese	-	Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais
FUNDEURB	-	Fundo de Desenvolvimento Urbano
Fundiést	-	Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas
GERCA	-	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IAA	-	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBC	-	Instituto Brasileiro do Café
ICM	-	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICMS	-	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFC	-	Corporação Financeira Internacional
INDI	-	Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais
IPI	-	Imposto sobre Produtos Industrializados
ISEB	-	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JK	-	Jucelino Kubitschek
LRF	-	Lei de Responsabilidade Social
Padap	-	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba

PIB	-	Produto Interno Bruto
PIP	-	Plano de Industrialização da Pecuária
PMDI	-	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
Polocentro	-	Programa de Desenvolvimento do Cerrado
Prodecer	-	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento do Cerrado
Proim	-	Programa de Indução à Modernização
Pró-Indústria	-	Programa de Integração e Diversificação Industrial
PROSAM	-	Fundo de Saneamento Ambiental das Bacias do Arrudas e do Onça
RURALMINAS	-	Fundação Rural Mineira
SEBRAE	-	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEF	-	Secretaria de Estado da Fazenda
SOMMA	-	Fundo de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios
TDM	-	Taxa de Desenvolvimento Metalúrgico
TxPIB	-	Taxa média anual de crescimento real do PIB
USIMINAS	-	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 ASPECTOS DE UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO	20
1.1 A participação do Estado na economia – um breve histórico.....	20
1.2 O surgimento dos bancos de desenvolvimento no plano internacional	24
1.3 O BIRD e o isomorfismo institucional	29
1.3.1 O BIRD como modelo de referência.....	31
2 OS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.....	35
2.1 A evolução da economia nacional a partir do século XX e a criação do BNDE.....	36
2.2 A evolução da economia mineira a partir do século XX e a criação do BDMG	40
3 A CRIAÇÃO E O INÍCIO DA ATUAÇÃO DO BDMG	47
3.1 As fontes iniciais de recursos e as formas de fomento	47
3.2 O começo das operações do BDMG e a década de 60	50
3.3 A criação de um arcabouço institucional complementar à atuação do BDMG	58
3.3.1 Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais – INDI.....	58
3.3.2 Fundação João Pinheiro – FJP	59
3.3.3 Companhia de Distritos Industriais – CDI	60
3.3.4 Centro de Assistência Gerencial – CEAG.....	61
4 AS METAMORFOSES NO PAPEL DO BDMG.....	63
4.1 Década de 70 – a grande arrancada	63
4.2 Década de 80 – a continuidade dos programas de incentivos.....	72
4.3 Década de 90 – o desafio da sobrevivência	77
4.4 Novo milênio – novas perspectivas	84
4.5 Principais estudos realizados pelo BDMG acerca da economia mineira.....	90
4.5.1 Ensaio sobre o Desenvolvimento Regional.....	90
4.5.2 Diagnóstico da Economia Mineira.....	91
4.5.3 Economia Mineira – 1989: Diagnósticos e Perspectivas	92
4.5.4 Minas Gerais do Século XXI	93

5 ANÁLISE CRÍTICA DA INFLUÊNCIA DO BDMG NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA MINEIRA	94
CONCLUSÃO.....	102
REFERÊNCIAS	105
ANEXO 1 - CRIAÇÃO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE MINAS GERAIS S.A. (BADAP) PROJETO DE LEI Nº 581/59.....	110
ANEXO 2 – VETO AO PROJETO DE LEI Nº 581/59	113
ANEXO 3 - CRIAÇÃO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG)	117

INTRODUÇÃO

A idéia que os agentes econômicos têm de que os mercados se tornam mais eficientes quando o setor privado opera livremente, ou seja, sem a intervenção do Estado, pode ser verdadeira se a economia se basear em mercados competitivos, onde a alocação dos recursos é otimizada, o que engloba, além dos supostos conceitos de concorrência perfeita, a não-existência de progresso técnico e o conhecimento igualitário das informações por parte de seus integrantes. Na realidade, no entanto, mesmo em atividades comuns, as falhas de mercado¹ acontecem, o que inibe a concepção desses mercados otimizados; valendo dizer que, por diversos motivos, a economia, por si só, não consegue atingir a eficiência.

“Mercados incompletos” é a denominação de uma destas falhas que se caracteriza pela ausência de oferta de um bem ou serviço, mesmo que seus custos de produção estejam abaixo do preço que o demandante aceita pagar. Tomando-se como referência os países em desenvolvimento, duas causas podem produzir tal falha. A primeira se refere à falta de disposição do setor privado em assumir, algumas vezes, os riscos de operação. Por exemplo, o mercado financeiro que não se apresenta suficientemente estruturado, revela-se incapaz de gerir financiamentos de longo prazo destinados ao processo produtivo; então o Estado intervém nesse contexto – onde se inscreve a criação de bancos de desenvolvimento. A segunda causa recai na necessidade de coordenação, planejamento e estruturação dos mercados com prioridade de crescimento. Exemplo disso são as economias que precisam desenvolver seu parque industrial, em situação de relativo atraso, nas quais o interesse privado pela coordenação revela-se inadequado para o intento. O Estado interfere, evocando para si o objetivo da organização dos agentes participantes dos mercados, com vistas a priorizar os setores que irão receber os investimentos.

O governo de Minas Gerais, objetivando o crescimento e o desenvolvimento da economia estadual, busca sanar a ocorrência do mercado incompleto dos financiamentos de longo prazo, criando o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, que irá desempenhar, ao longo de sua trajetória, papel relevante neste processo.

¹ Falha de mercado pode ser definida como o aparecimento de uma ineficiência, como afirma Przeworski (1998), do “dispositivo econômico” que tem por objetivo prover a sociedade de bens e serviços.

Mas o que vem a ser crescimento e desenvolvimento econômico? São conceitos sinônimos? Apesar de, muitas vezes, estes termos serem empregados como tal, nesta dissertação não serão. Para entender a distinção reconhecida dos termos e, conseqüentemente, o modo como foram aqui utilizados, cita-se a definição, aqui seguida, dada por Vasconcelos e Enriquez Garcia (2005, p.210).

Crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda *per capita* ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde alimentação, educação e moradia).

Fica claro, assim, que o crescimento e o desenvolvimento, apesar de refletirem estratégias de longo prazo, têm premissas diferenciadas. O crescimento foca o curto prazo, não ocasiona mudança estrutural na economia, mas apenas o aumento da produção. O desenvolvimento, por sua vez, envolve perspectiva de longo prazo, apresenta alterações na estrutura de produção e nas condições socioeconômicas.

O BDMG foi criado para dar sustentação ao desenvolvimento de Minas Gerais que, na década de 50, passava por momento pouco favorável de sua economia. Com deficiência na produção agrícola, na estrutura viária e na matriz energética, Minas Gerais precisava gerar vigor em seu processo de industrialização, ainda bastante acanhado. Por sua vez, estados como São Paulo e Rio de Janeiro se notabilizavam por uma indústria em franco desenvolvimento, recebendo, por parte do governo federal, inversões financeiras significativas.

Neste período, Minas Gerais perdia espaço relativo no cenário nacional e precisava criar estrutura de sustentação na implantação de uma indústria que retirasse sua economia do estigma do subdesenvolvimento regional e que também proporcionasse o fortalecimento de sua participação em âmbito nacional. O BDMG surgiu, então, com as funções de provedor de financiamentos de longo prazo, planejador, coordenador, gerenciador e operador de ações e programas que deveriam levar o estado mineiro ao crescimento e desenvolvimento.

Para dar apoio às funções imbuídas ao banco e também para assumir algumas ações no processo de crescimento e desenvolvimento estadual, o governo, em parceria com o BDMG, cria um arcabouço institucional legal constituído pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial – INDI, a Fundação João Pinheiro – FJP, a Companhia de Distritos Industriais – CDI e o Centro de Assistência Gerencial – CEAG.

Baseado em larga medida em revisão de literatura, especialmente nos relatórios produzidos pelo BDMG e nos livros elaborados por Hindemburgo Pereira Diniz, este trabalho tem como objetivo central analisar a trajetória do BDMG, desde sua criação até os dias atuais, apontando sua atuação no processo de crescimento e desenvolvimento da economia mineira. Como poderá ser observado, o banco é o agente relevante nesse processo e, para tanto, passou por importantes transformações em sua estrutura organizacional, de forma a se manter atuante ao longo das décadas.

O modelo de instituição adotado pelo governo mineiro será descrito a partir do surgimento dos bancos de desenvolvimento nas economias internacionais, posteriormente no mercado nacional e, a seguir, em Minas Gerais. Mais especificamente, a divisão desta dissertação se dá em cinco capítulos assim distribuídos:

No capítulo 1, contextualiza-se o surgimento dos bancos de desenvolvimento nas principais economias mundiais. Na primeira parte, encontra-se breve histórico da participação do Estado na economia; na segunda, quais as causas que levaram ao surgimento dos bancos de desenvolvimento no cenário mundial; na terceira parte, por ser o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD reconhecido como referência para a constituição de bancos de desenvolvimento, destacaram-se as principais características de seu surgimento e, simultaneamente, aplicou-se o isomorfismo, teoria das ciências políticas, para entender por que isso ocorreu.

O capítulo 2, em breve histórico da economia nacional e mineira no século XX, trata do surgimento dos bancos de desenvolvimento no Brasil e em Minas Gerais, cujo processo é semelhante ao ocorrido nas diversas economias internacionais, como poderá ser observado.

Contextualizado o surgimento de bancos de desenvolvimento, em nível nacional e internacional, os capítulos 3, 4 e 5 se voltam, exclusivamente, ao BDMG. Recuperando sua trajetória, da criação aos dias atuais, busca-se refletir sobre a participação da instituição no processo de crescimento e desenvolvimento da economia mineira.

No capítulo 3 são abordadas as condições de sua criação e consolidação, a constituição de suas fontes de recursos, o começo de suas operações na década de 60 e a criação do arcabouço institucional que veio auxiliar suas ações.

No capítulo 4, faz-se um traçado, por década, da participação e importância do BDMG no contexto do desenvolvimento da economia mineira. Destacam-se, também, os importantes estudos que relatam a maneira como isto se deu, suas principais características e as conseqüências geradas. Finalizando, é elaborada uma análise ampliada sobre sua importância no processo evolutivo da economia de Minas Gerais.

No capítulo 5 será apresentada a evolução da economia mineira relativizada com a brasileira, tentando demonstrar o papel do BDMG como um dos agentes promotores do desenvolvimento no estado de Minas Gerais.

As conclusões ratificam o papel de importância da instituição na economia mineira, apontando que, se Minas Gerais alcançou este nível de maturidade econômica, em parte, foi devido ao empenho do BDMG.

1 ASPECTOS DE UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO

Antes de se iniciar a análise sobre a participação do BDMG na economia mineira, cabe entender, primeiramente, quais foram as causas do surgimento dos bancos de desenvolvimento no mundo e o que levou diversos países a criarem uma instituição com estas características. Para isso, é importante compreender como se dá a participação ou intervenção do Estado na economia ao longo da história. Outro aspecto relevante para o estudo pretendido tem a ver com o papel desempenhado pelo Banco Interamericano para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD na conformação das contemporâneas instituições financeiras de fomento.

Assim, este capítulo procura contextualizar, brevemente, a participação e o grau de intervenção do Estado no processo de desenvolvimento de suas economias ao longo da história. A seguir, aborda os aspectos que levaram o poder público a criar bancos de desenvolvimento. A terceira e última parte do capítulo tenta responder por que o BIRD é referência de banco de desenvolvimento.

1.1 A participação do Estado na economia – um breve histórico

Ao longo de sua trajetória histórica, o Estado – de acordo com a visão, teórica e empírica, predominante no momento –, sofre transformações relativas a seu tamanho, forma de atuação, intensidade de suas intervenções e participação como agente econômico.

Iniciando tal trajetória a partir da Idade Média, temos que a economia européia era sustentada por um sistema cujas características são os aspectos provincianos das trocas e um mercado restrito a pequenas regiões denominadas feudos, onde a dominação dos senhores proprietários de terra era notada. Neste cenário, o Estado moderno, dentro da formatação hoje estabelecida, não existia.

No decorrer da história, as economias se transformam fazendo surgir novos ordenamentos econômico e social. Naquele momento, a necessidade de novos mercados se torna a tônica. O caráter mercantilista das negociações brinda o novo processo de produção, o capitalismo, ao mesmo tempo em que cria seus primeiros alicerces para a acumulação primitiva do capital.

Para consolidação e desenvolvimento desta nova estrutura mercantil, forças próprias do feudalismo deveriam dar lugar ao sistema de produção emergente, o capitalismo. Todavia, como toda transformação desta magnitude tende a ser gradual, a integração destes sistemas mercantis ocorreu prejudicando as metas de acumulação e dominação da burguesia emergente.

Já o século XVIII é marcado pela revolução industrial na Inglaterra e pela idéia de que os próprios mercados econômicos regulariam, sem interferência externa, os problemas surgidos em seu âmbito. Todavia, essa fluidez, como apregoavam os teóricos liberais da época, não poderia ser considerada “natural”, e essa mão invisível, não tão eficiente. A situação social de então se agravava enormemente. Como assinala Oliveira (2001), crianças e mulheres submersas na pobreza, vidas condicionadas a trabalhos subumanos e a má distribuição de renda que se instalavam apontam como equivocado tal pensamento.

Para proceder então a eliminação do modo de produção anterior, gerar crescimento e acumulação do capital pretendido e resolver os problemas sociais que se agravavam – uma vez que as forças dominantes não eram suficientes para tal proeza –, a forma encontrada pela burguesia foi utilizar o Estado como mecanismo, segundo Oliveira (2001), “[...] para promover as transformações tidas como necessárias para a nova realidade que emergia”.

As condições dadas ao Estado para atingir tais objetivos propiciaram sua ação regulatória, passando a ser promulgador de leis sobre monopólios, controlador dos salários, além de grande investidor e participante, senão o provedor único, das conquistas territoriais. Este Estado interventor, forte, participante e regulador do cenário econômico conseguiu alcançar, pelo menos temporariamente, o que a classe burguesa dominante esperava dele.

Quando o cenário se torna favorável à acumulação, tem-se o predomínio de nova configuração de mercado onde características concorrenciais estão presentes. Para que a situação anterior, que gerava desenvolvimento e enriquecimento para a burguesia dominante, continuasse a apresentar eficiência econômica de longo prazo, era providencial que forças externas não interferissem no mercado, pois, como supunham, o próprio sistema econômico trataria de resolver as oscilações que porventura surgissem. Então, naquele período, torna-se necessária a saída daquele Estado interventor e atuante em prol da ampliação da concorrência e da solidificação do predomínio da classe burguesa.

A nova situação trouxe à classe burguesa dominante um enriquecimento exacerbado e rápido, concomitante ao achatamento da classe dominada, enquanto o Estado se apresentava como coadjuvante e de pouca relevância em relação aos outros agentes econômicos. Como assinala Oliveira (2001, p.4), “[...] ao Estado tenha recomendado manter-se à distância da violência muda que ocorre na esfera de produção, restringindo-se sua ação à de agente garantidor da ordem e da segurança”.

As metamorfoses ocorridas ao longo do século XVIII até fim do século XIX trazem ao mercado um novo quadro econômico, que se caracteriza pela: (1) concentração crescente de capital e conseqüente eliminação do mercado de disputas concorrenciais; (2) necessidade de se buscarem novos mercados para escoamento da produção industrial excedente, mas cujos riscos a burguesia dominante não queria assumir; (3) desestruturação, conseqüência da eliminação do mercado concorrencial, da relação quantidade ofertada de produtos e a taxa de lucro esperada; e (4) embate dos diversos grupos na busca pela dominação política e econômica.

Mas os acontecimentos históricos que se sucederam na primeira metade do século XX – a primeira guerra mundial, a crise econômico-financeira de 1929, a percepção da queda do nível de renda e do emprego e a segunda guerra mundial – levam o Estado a se organizar de forma diferente, passando a agir conforme os novos interesses dominantes. Está configurado, então, um Estado preocupado com a política do bem-estar – Welfare State – e provedor do desenvolvimento industrial.

Respondendo aos anseios da sociedade e da economia capitalista, surge a teoria keynesiana que afirma ter o Estado responsabilidades econômicas e sociais, alterando o entendimento anterior de que o mercado “por si só” se regula e de que o Estado é apenas um agente passivo, responsável pela defesa, segurança e pela correção de falhas que porventura ocorram.

Nesta nova visão, o Estado passa a ser um agente econômico atuante e responsável pela amenização ou eliminação das flutuações decorrentes dos ciclos econômicos, pela melhoria do nível e distribuição da renda e do emprego; e responsável também pelo desenvolvimento e

crescimento econômico perene – o chamado Estado desenvolvimentista², como orienta Souza (2008) em seu trabalho.

Para este novo arcabouço era imperial se dispor de um aparato legal e legitimado e de uma estrutura mais robusta que faria jus aos novos preceitos estabelecidos, como ensina Oliveira (2001, p.5) ao definir o novo formato do Estado:

Qualquer que fosse a situação, o Estado repontou, em seu arcabouço teórico, como elemento capacitado a atenuar as flutuações econômicas, através do manejo da demanda agregada. No primeiro caso [escassez de demanda], deveria atuar como seu criador, aumentando seus gastos e/ou reduzindo as imposições tributárias sobre a sociedade. No segundo [excesso de demanda], o caminho a ser percorrido seria o oposto.

A partir da segunda guerra mundial, o Estado se torna incorporador de novas funções e atribuições e também muito mais contundente em seu papel de intervenção. O mundo capitalista, sob a égide desta nova atuação, passa por período de crescimento vigoroso até idos dos anos 70, quando as condições favoráveis e a legitimidade de participação do Estado como orquestrador do equilíbrio econômico começam a se deteriorar em consequência da decadência dos mercados financeiros associada a uma crise cambial, fiscal e a uma pressão inflacionária mundial, incapaz de ser resolvida. (BAER, 2002)

E foram justamente estes fatores que muniram os teóricos contrários à teoria keynesiana a acusarem o Estado do “estrago” observado. Para estes teóricos, o Estado deveria atuar o mínimo possível e somente quando solicitado pelo mercado.

Nesta linha, Przeworski (1998) preconiza que a idéia da teoria que se delineava seria o desenvolvimento de um Estado forte o suficiente para manutenção da lei e da ordem, mas fraco a ponto de inibir ações de intervenção.

Nesta concepção, o Estado, até então intervencionista, passa a exercer um papel mais moderno de gerenciamento. O objetivo agora não é mais fazer ou satisfazer as demandas oriundas do cidadão, mas sim, executá-las de forma eficiente. Para isso, Bresser Pereira (1998) dispõe que a “[...] descentralização; a delegação de autoridade e de responsabilidade ao gestor público; [e] o rígido controle de desempenho [...]” são mecanismos muito mais eficientes.

² Estado desenvolvimentista é um Estado com caráter orientador, implementador de políticas públicas e sociais, capaz de financiar as atividades estruturantes da economia nacional, enfim, um agente econômico ativo e voltado para a estabilização dos problemas macroeconômicos e para o crescimento econômico.

Enfim, muito mais do que ser um participante do mercado para a realização de ações dentro da política de interesse das classes dominantes, agora o Estado tem por função: (1) a defesa e a segurança nacional, (2) a garantia do cumprimento de contratos e do direito de propriedade; (3) o provimento de bens ou serviços que o setor privado não tem interesse, parcial ou totalmente, de suprir, como o desenvolvimento econômico e social e ações com foco nas demandas do cidadão; e (4) a intervenção, mesmo causando problemas, para gerar aumento do bem-estar.

1.2 O surgimento dos bancos de desenvolvimento no plano internacional

Muitos analistas consideram que a origem dos bancos de desenvolvimento é relativamente recente, remetendo mais precisamente ao período entre a primeira e a segunda guerra mundial, quando, com o objetivo de reestruturação dos países destruídos pelo conflito, estes bancos eram utilizados como instrumento, ao mesmo tempo, de políticas econômicas e de base de sustentação para investimentos de longo prazo. Todavia, essa concepção pode ser associada à época da revolução industrial iniciada na Inglaterra na segunda metade do século XVIII. Neste tempo, o estágio de industrialização se deu de forma célere e consubstanciou-se na evolução do processo produtivo voltado ao artesanato, posteriormente à manufatura, atingindo seu ápice na maquinofatura³. (Cultura Brasil, 2007.a)

Dentre os principais alicerces que sustentavam a revolução industrial citam-se: (1) a estruturação dos fatores econômicos voltados para a produção em larga escala; (2) a abertura de novos mercados, por meios pacíficos ou não, onde o poderio naval era um fator decisivo para essa expansão; (3) a modernização da produção agrária com objetivos de incremento da produtividade rural para fazer face aos novos tempos; e (4) o incremento na utilização de capital financeiro para geração do novo modelo, superando o do sistema feudal, cuja acumulação de capital, com base no capital mercantil, já não apresentava resultados significativos.

³ Maquinofatura é a etapa da consolidação da revolução industrial em que o trabalhador é expropriado do processo produtivo, passando a ser submetido ao regime de funcionamento da máquina e à coordenação direta de outra pessoa.

Com o crescimento da produção veio a necessidade de se buscarem recursos financeiros para dar cabo às transformações que se propagavam. Neste sentido, dois pontos merecem destaques: o primeiro diz respeito à completa ausência, principalmente na Inglaterra, de instituições vocacionadas a trabalharem com a escassez de ativos financeiros adequados; e o segundo, mais específico, trata da falta de disposição das instituições para promover financiamentos de ativos produtivos que tinham, pela sua própria natureza, características de longo prazo. (PEREIRA DINIZ, 2002) Cabe ressaltar que, neste período, os bancos ingleses atuavam em operações de curto prazo – capital de giro –, mas não se habilitavam a entrar em operações onde supostamente os riscos do não-retorno do capital investido se amplificavam na medida em que se dilatavam os prazos.

Entretanto, quando se dirige a atenção para o continente europeu, apesar de sua evolução industrial estar muito aquém do quadro apresentado na Inglaterra, duas importantes constatações se fazem presentes: a primeira diz respeito às grandes corporações às quais foi atribuída, pelo capitalismo, a responsabilidade pelo desenvolvimento não só da sua indústria, mas também da infra-estrutura local; e a segunda refere-se ao fato de que, para que esse desenvolvimento fosse alcançado, era comum verem incluídas, no corpo de acionistas/fundadores, casas bancárias notabilizadas por sua atuação ativa, inclusive no provimento da industrialização, em empréstimo de longo prazo.

Estas casas bancárias, por sua vez, criaram condições para o crescimento dos ativos fixos e dos investimentos de longo prazo, propiciando o crescimento industrial. Willian Diamond, citado por Pereira Diniz (2002, p.30), elucida esta condição:

Na Inglaterra, as grandes casas de Londres foram comparativamente vagarosas no campo das promoções de negócios empresariais; no Continente, por outro lado, era difícil encontrar-se sociedade coletiva de importância que não houvesse incluído entre seus fundadores um ou mais banqueiros comerciais de Paris, Frankfurt, Colônia, Genebra e Londres.

Prosseguindo com Pereira Diniz (2002), foi na Bélgica – por causa de sua experiência na área industrial e laços estreitos com governos centrais e suas políticas – que as instituições bancárias desenvolveram condições de financiamento do processo de industrialização com objetivos de longo prazo. Neste período, na Europa, acontece a disseminação de instituições financeiras com este fim.

O movimento associativo entre indústria e casas especializadas em finanças – as quais podem ser nomeadas de bancos de investimentos – proporcionou três situações importantes, que até

então eram impedimento para constituição de linhas de longo prazo e que fizeram grande diferença na ampliação dos créditos. A primeira refere-se ao inter-relacionamento entre financiadores e financiados, na medida em que, por participarem de seus quadros de acionistas, detêm a confiabilidade no pagamento dos empréstimos de longo prazo, tornando, com isso, as operações de crédito de baixo risco. A segunda situação volta-se para a natureza intrínseca deste novo sistema econômico, denominado capitalismo, que se caracteriza pela reprodução em escala e que tem em seu cerne empresas eminentemente privadas e, por conseguinte, intenção máxima de lucro. Como as casas bancárias estavam inseridas no contexto de instituições com características capitalistas, seu lucro era, ou deveria ser, rápido e perene. Mesmo assim, empréstimos a empresas privadas e principalmente públicas eram concedidos, muitas das vezes, por pressão governamental.

Consubstanciado no estigma do lucro *versus* riscos, tem-se a terceira situação: os bancos de investimentos privados, em ausência do processo decisório, se apresentavam avessos à concessão de empréstimos de longo prazo; isso porque o controle – quer dizer, o acompanhamento e a interveniência na evolução da indústria –, se torna inexistente, caso a análise se apresentasse desfavorável. Essa impossibilidade gerava uma elevação substancial dos riscos do negócio ao mesmo tempo em que o lucro rápido e perene poderia não se solidificar no curto prazo.

Até este momento, os bancos de investimentos/desenvolvimento eram eminentemente privados, de abrangência regional, erigidos sobre bases familiares, o que levava à utilização de capital próprio. Sua origem era, em sua maioria, do Reino Unido⁴, berço da revolução industrial, da França e da Alemanha. Com estas condições, as instituições capitalistas, que têm por objetivo minimizar os riscos e maximizar os lucros, não tinham, como foco, o desenvolvimento de uma economia.

A partir do início do século XX, na economia mundial, acontecem três importantes rupturas que alteraram a trajetória dos bancos de desenvolvimento/investimentos.

A primeira ruptura decorre, principalmente, das disputas por mercados consumidores, divergências entre ideologias, dificuldades de desenvolvimento de alianças, interesses conflitantes entre as nações e a corrida armamentista. Por estas causas se deflagra a primeira guerra mundial, cujo marco é relevante para o surgimento do novo modelo dos bancos de

⁴ Por volta do ano de 1793, existiam 280 bancos provinciais. Em 1810, esse número chegou a cerca de 800.

desenvolvimento. As conseqüências diretas deste conflito foram a economia européia devastada, cidades e campos destruídos e a necessidade de sua reconstrução.

Com o fim da primeira guerra mundial, a retração na produção da indústria da guerra dos Estados Unidos se fez necessária. Empresas acometidas de empréstimos para ampliação de sua produção, em decorrência dos altos lucros que se verificavam, ficam penalizadas, assim como os soldados que voltavam da guerra e não encontravam emprego.

A segunda ruptura origina-se nos EUA, onde a queda das exportações e, por conseguinte, o pagamento de altas taxas para o armazenamento de grãos geram incapacidade dos grandes proprietários de arcarem com o pagamento de dívida contraída no período de euforia. A formação de estoques ficara restrita à agricultura. Não obstante, neste mesmo período, a mecanização e a utilização tecnológica se tornavam mais intensivas levando, por conseguinte, à elevação no nível de desemprego e à queda no nível do poder de compra do trabalhador. Ao mesmo tempo, ocorre a falência de instituições financeiras, pois o confisco das terras dos devedores inadimplentes gerava falta de fatores de produção para a indústria, que, com isso, não conseguiam produzir, não tinham o que vender nem como obter recursos para pagar os empréstimos contraídos. (BAER, 2002)

A crise se espalhou rapidamente pelo mundo em conseqüência da pressão, cada vez maior, feita pelos EUA contra os grandes devedores europeus e latinos para pagamento de suas dívidas. Como conseqüência, o mundo sofre com o desabastecimento do mercado internacional de produtos industrializados e a elevação de seus preços; com a queda das importações norte-americanas; e com a elevação da exploração econômica, por parte dos países europeus, nas áreas colonizadas da Ásia e África.

No período entre o fim da primeira guerra mundial e a depressão de 1929, vislumbra-se a reestruturação e o desenvolvimento dos territórios europeus atrasados e/ou destruídos pela guerra via criação de algum mecanismo que proporcionasse a sustentação econômica, por meio de fomento, para as indústrias. É sobre esta perspectiva que se constituem os primeiros bancos de desenvolvimento com as características conhecidas hoje.

Estes primeiros bancos de desenvolvimento se caracterizam, principalmente, pelo capital eminentemente público, embora alguns apresentem capital privado, e pelo objetivo primordial não do lucro, mas do desenvolvimento econômico-social, fornecendo, para isso, empréstimos de longo prazo. Esse conceito de banco demonstra que as economias, à época, necessitavam

crescer, mas a fonte de recursos não se originava somente da poupança interna e nem estava em poder somente da iniciativa privada.

A terceira ruptura importante para a trajetória dos bancos de desenvolvimento/investimentos emergiu da pressão ocorrida na Alemanha após o fim da primeira guerra mundial. Os embargos, a divisão de seu território em dois, a abertura do chamado “Corredor Polonês”, que dava à Polônia acesso ao mar báltico, o pagamento de indenizações e a submissão imposta pelos aliados apresentaram efeito contrário ao pretendido; ao fim de um período relativamente curto, é deflagrada a segunda guerra mundial. A Alemanha não só queria reconquistar o que perdeu, mas ampliar seu poderio de dominação.

A Europa passa, mais uma vez, por um tempo de destruição de suas economias, carregando junto diversos outros países de outros continentes. No fim deste período, mais do que nos anteriores, se vislumbra a necessidade premente não só de reconstruir o que havia sido destruído, função preconizada pelo Plano Marshall⁵ a partir de 1948, mas de promover a estabilidade e o desenvolvimento das economias e, ao mesmo tempo, solidificar o mercado, via fomento às pequenas e médias empresas, para a formação de uma base econômica sustentável e perene.

Neste momento, mais do que antes, instituições bancárias com características desenvolvimentistas se sobressaem. Uma nova configuração dos bancos de desenvolvimento se consolida.

A intervenção do Estado ocorre, então, em dois pontos distintos: primeiro, no estímulo à captação de recursos, via juros subsidiados em determinados setores econômicos, e na participação em órgãos diretores para gerir e planejar ações empresariais, buscando respaldar as garantias emitidas; e, segundo, na constituição de instituições financeiras.

Em julho de 1944, já se antecipando ao final da segunda guerra mundial, 44 países se reuniram no Hotel Mount Washigton, em Bretton Woods, New Hampshire, nos Estados Unidos, e promoveram o que se definiu ser uma “nova ordem econômica mundial”. Neste Acordo de Bretton Woods, vários foram os mecanismos instituídos para gerar mais estabilidade ao sistema financeiro internacional. Dentre eles, dois bancos específicos: um para

⁵ Plano Marshall – plano desenvolvido pelos Estados Unidos cujo objetivo era disponibilizar recursos aos países aliados, ou não, para pagamento dos estragos da guerra. Para isso, o país interessado tinha que dispor de um plano que apresentasse os estragos acometidos e uma perspectiva de tempo e recursos financeiros necessários para soerguer o país.

assegurar a menor oscilação dos ciclos econômicos e outro responsável pela reconstrução e desenvolvimento das economias dos países atingidos pela destruição. Este primeiro banco é o Fundo Monetário Internacional (FMI), e o segundo, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), ou simplesmente Banco Mundial⁶, que seria o marco mais relevante de um banco de desenvolvimento e a referência na disseminação deste tipo de banco em outros países.

Tal fato não leva, necessariamente, à extinção daqueles bancos de capital privado. Neste sentido, Pereira Diniz (2002, p. 35) assim afirma:

Se no período que mediou as duas Guerras Mundiais deu-se origem ao florescimento espreado de bancos especiais, com capital público, no final do último conflito, a partir da criação do Banco Internacional [para a] [...] Reconstrução e [o] Desenvolvimento (Bird), desenhou-se o perfil e adotou-se a mecânica da subespécie constituída pelos atuais BDs [Bancos de Desenvolvimento], ainda que existam unidades organizadas com a presença do capital privado.

Portanto, tem-se, na revolução industrial, o plantio da semente dos bancos de desenvolvimento como prenúncio da necessidade incontestável de recursos financeiros de longo prazo para fomentar o desenvolvimento capitalista que florescia; mas somente no fim da segunda guerra mundial, com a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), observa-se o perfil, hoje conhecido e disseminado, destas instituições.

1.3 O BIRD e o isomorfismo institucional

Criado em 1944, no âmbito do Acordo de Bretton Wood, conforme já citado, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) foi um dos mecanismos constituídos para dar assistência à reconstrução e desenvolvimento, via investimentos produtivos, das economias dos países-membros⁷ destruídos pela guerra.

⁶ A denominação de Banco Mundial se deu em decorrência da eliminação da função de reconstrução da Europa, que ficou a cargo de outras instituições ou do Plano Marshall.

⁷ Países-membros são os 44 países que se juntaram para ratificar e constituir o BIRD. Hoje o total de membros está na ordem de 184.

Quanto aos seus objetivos, como sinalizam algumas publicações, os países-membros propuseram que todas as decisões se voltariam para cinco premissas, as quais fazem parte de sua função:

(1) contribuir para a reconstrução e crescimento dos países-membros, facilitando os investimentos em capital produtivo, incluindo a reabilitação das economias devastadas pela guerra, transformando os meios de produção a fim de satisfazer as necessidades em tempos de paz e incentivar o desenvolvimento dos meios e dos recursos produtivos em países menos desenvolvidos;

(2) incentivar os investimentos estrangeiros privados por meio de garantias ou participação em empréstimos ou outros investimentos feitos por investidores privados e, quando não houver investimentos privados em condições razoáveis, suplementar estes investimentos com condições adequadas aos financiamentos para fins produtivos, com seu capital próprio ou oriundos de outros recursos;

(3) promover o crescimento equilibrado e de grande alcance do comércio internacional, assim como a manutenção do equilíbrio dos balanços de pagamentos, encorajando investimentos internacionais para o desenvolvimento dos setores produtivos de seus membros, ajudando assim a aumentar sua produtividade, a melhorar a qualidade de vida e das condições de trabalho;

(4) coordenar os empréstimos feitos ou garantir outras formas de empréstimos de tal forma que atendam, em primeiro lugar, projetos, grandes ou pequenos, que sejam mais úteis e urgentes e;

(5) dirigir as operações com a devida atenção aos efeitos que os investimentos internacionais podem trazer para as situações econômicas nos territórios dos países-membros e, no período pós-guerra, contribuir para que a transição da economia de guerra para a economia de paz aconteça sem contratempo. (Banco Mundial, 2007)

Porém, em meados do primeiro semestre de 1948, a proposição e implementação, pelos EUA, do Plano Marshall, voltado à reconstrução das economias européias, se sobrepõe a um dos principais objetivos que embasam a criação do BIRD. Diante do quê, o organismo deixa de ser o principal e direto responsável e passa, então, a se preocupar somente com questões acerca do desenvolvimento econômico.

1.3.1 O BIRD como modelo de referência

Neste ponto do trabalho que ora se apresenta, a pergunta que se faz é a seguinte: por que o BIRD é a referência na criação de bancos de desenvolvimento? Para responder a questão, têm-se dois pontos importantes: a credibilidade adquirida ao longo de sua história e o processo de homogeneização de instituições consideradas eficientes, denominado isomorfismo⁸.

Primeiramente, após a constituição do BIRD e o desenrolar dos trabalhos para reconstrução da Europa debilitada pela segunda guerra mundial, inicia-se um longo período de crescimento econômico, embora não acompanhado por todos os países.

Para atender às demandas originadas dos processos de crescimento e desenvolvimento de um conjunto crescentemente ampliado de países-membros, o BIRD, na segunda metade da década de 1950, molda sua estrutura organizacional, procedendo a abertura de novas frentes de trabalho. Com isso, passa a ser formado por mais quatro instituições com objetivos específicos, mas estreitamente inter-relacionadas. Capitaneada pelo BIRD, a nova estrutura engloba os seguintes organismos: Associação Internacional de Desenvolvimento (AID); Corporação Financeira Internacional (IFC); Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI); e Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI).

Seu quadro funcional, até então constituído de um grupo homogêneo de engenheiros e analistas financeiros, passou a ser multidisciplinar, agregando especialistas em políticas públicas e sociais, economia, saneamento básico, saúde, educação, com capacidade técnica não só para validar proposições, mas para proceder a trabalhos destinados a ajudar cada país na elaboração, desenvolvimento e implantação de políticas ou ações com vista ao crescimento – social, econômico ou qualquer que seja – estável, sustentado, equilibrado e perene.

A missão do BIRD também é alterada. Juntamente ao esvaziamento do objetivo de apoiar a reconstrução dos países assolados pela guerra, suas preocupações e proposições se ampliam para: (1) a redução da pobreza; (2) o financiamento de projetos de caráter social; (3) a proteção do meio ambiente; (4) os investimentos nas áreas de saúde e educação básica; (5) a

⁸ Esta teoria da ciência política foi utilizada para respaldar o por quê de se utilizar o BIRD como referência. Isso não quer dizer que é somente esta a teoria a dar cabo desta resposta e nem que a sua aceitação é unânime.

proposição de governos mais eficientes; (6) a criação de ambientes macroeconômicos sustentáveis para efetuar planejamento de longo prazo; (7) a criação de mecanismos de incentivo ao desenvolvimento das empresas privadas; e (8) a atração e assessoramento de países no que tange a investimentos privados.

O segundo ponto importante para a resposta que se busca refere-se ao fato de que a criação de arranjos organizacionais com mesmos objetivos tende a se espelhar naquelas já existentes, vistas como eficientes ou bem sucedidas. Esse processo de criação de instituições semelhantes norteia um caminho que leva à homogeneização de áreas ou campos de atividade estruturados ou reconhecidos enquanto tal, dando corpo ao isomorfismo.

Com base neste processo, cabe discorrer e definir em que o BIRD se encaixa como referência para instituições de desenvolvimento.

Como conceituado, o isomorfismo é um processo em que, existindo as mesmas condições ambientais, as estruturas organizacionais tendem a ser cada vez mais parecidas, o que não quer dizer que serão mais ou menos eficientes do que outras. O que está em evidência, nestes casos, é a postura de referência. Como afirmam Hannan e Freeman, citados por DiMaggio e Powell (2005), não é apenas a eficiência que importa no funcionamento de uma dada organização, mas o padrão de suas relações com as demais organizações no contexto onde se insere. Explicando melhor, DiMaggio e Powell (2005, p.77) lembram que “as organizações não competem somente por recursos e clientes, mas por poder político e legitimação institucional, por adequação social, assim como por adequação econômica”.

O processo de homogeneização isomórfico pode ser dividido em dois tipos. O primeiro é classificado como competitivo e se aplica melhor a ambientes onde a concorrência revela-se mais ampla ou acirrada. Tal isomorfismo não condiz com o caso examinado, onde a concorrência não se faz notar e as características específicas são as atividades de fomento que envolvam riscos, investimentos altos, maturação e retorno de longo prazo. O segundo, denominado de institucional, é o que se aplica melhor à situação, onde a legitimação e o poder político são instrumentos relevantes para a perenidade das organizações.

Definido qual o tipo de isomorfismo se refere à análise em questão, cabe discutir, ainda que rapidamente, a natureza dos mecanismos em que este se baseia. Segundo DiMaggio e Powell (2005, p.76), são três as modalidades principais de configuração desses mecanismos, as quais

podem, simultaneamente, exercer influências, mas “tendem a derivar de condições diferentes e [...] levar a resultados distintos”.

O primeiro mecanismo, denominado coercitivo, indica que o isomorfismo ocorre por meio de pressão formal ou informal de seus pares no contexto das instituições ou pelo seus aspectos culturais. Trazendo para nossa análise, podemos afirmar que a legitimação ratificada pelos países devastados pela segunda guerra que utilizaram deste instrumento legou ao BIRD e ao Plano Marshall autoridade naquele momento. Não obstante, as condições para promoção de financiamentos ou de incentivo a investimentos privados exercem pressão sobre os que serão ou podem ser beneficiados.

O segundo mecanismo, o mimético, dispõe que não só a coerção, mas também as incertezas exercem grande força sobre as instituições. O pouco conhecimento sobre o ambiente, a estruturação e as tecnologias existentes ou a forma a serem empregadas podem levar instituições a procederem imitações. Reportando este conceito para nossa análise, tem-se que as condições apresentadas e as soluções encontradas na alocação de recursos financeiros para implementação do desenvolvimento em determinado país fizeram do BIRD, uma vez que seus resultados eram satisfatórios, a referência.

O terceiro e último mecanismo, o normativo, aponta que o objetivo da profissionalização nas operações gera às instituições uma igualdade de identidade, ou seja, o fato de as instituições quererem, cada vez mais, a especialização de seus membros faz com que, apesar de apresentarem ações díspares em seu cerne, várias se assemelhem a seus pares. Transpondo novamente para o nosso contexto, tem-se que a profissionalização do BIRD e a busca por esse modelo levam à semelhança entre as instituições.

Portanto, a sustentação do BIRD como referência é respaldada pela sua capacidade de se transformar, quando novos cenários se estabelecem, e pelas condições isomórficas de sua estrutura institucional.

Enfim, resumindo este primeiro capítulo, tem-se que o Estado, ao longo dos séculos passou por transformações relevantes em decorrência das flutuações econômicas e/ou das ideologias dominantes. A cada período histórico, mais funções foram imbuídas a ele, sendo uma delas o provimento de bens ou serviços, quando o mercado não se mostrasse interessado ou incapaz. A disponibilização de recursos financeiros de longo prazo, voltada ao crescimento e desenvolvimento de economias, passa a ser atribuição do Estado, que, para tal intento, elabora

a concepção de banco de desenvolvimento, criando, dentre outros, o BIRD, que se torna referência em todo o mundo.

Sem se diferenciar dos demais países, o Brasil também constituiu, como veremos no capítulo seguinte, instituições financeiras voltadas ao desenvolvimento isomórficas ao BIRD.

2 OS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Como visto, os governos, em todos os países, de alguma maneira, intervêm na economia como forma de criar condições para seu crescimento e desenvolvimento. Neste trabalho, o apontamento de tal intervenção está focado na melhoria das condições creditícias de longo prazo, via criação de bancos de desenvolvimento. Não se trata de afirmar que o mecanismo criado para esse fim se dá de forma generalizada nem é o melhor. O que se pretende aqui é mostrar que um dos mecanismos criados para direcionar os recursos disponíveis no atendimento a setores, regiões e/ou situações específicas, como por exemplo, o desenvolvimento e o crescimento do Brasil e de Minas Gerais, são os bancos de desenvolvimento.

O surgimento dos bancos de desenvolvimento, ao longo da história, conforme anteriormente anunciado, ocorreu da necessidade de se preencherem as lacunas existentes para constituição de capital e alocação de recursos de longo prazo, visando à reconstrução dos países devastados pelas guerras, à assunção dos riscos oriundos dos negócios e à sustentação ao Estado para implantação de suas políticas públicas com vistas ao desenvolvimento econômico.

No Brasil, a situação se deu de forma análoga à dos demais países. A trajetória histórica da economia nacional apresentou, em determinado momento, a necessidade de disponibilização, formalmente organizada, de recursos de longo prazo para fazer frente aos investimentos sociais e de infra-estrutura do governo e para incentivar as grandes, médias, pequenas e micro empresas a investirem.

Nesse cenário surgiu o primeiro banco de desenvolvimento do país, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o qual serviu de referência para os demais bancos de desenvolvimento, federais e estaduais, criados posteriormente. Entre estes consta o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

2.1 A evolução da economia nacional a partir do século XX e a criação do BNDE

A partir do início do século XX, mais precisamente no limiar da primeira guerra mundial, o Brasil, apesar das dificuldades, passa por transformações significativas para sua economia.

O período que compreende a primeira guerra mundial, conforme Baer (2002), apesar de considerado positivo do ponto de vista da indústria, que se utilizava de plena capacidade produtiva, não pode ser apontado como próspero para o desenvolvimento do parque industrial nacional. Isto se deve, na análise do autor, a duas causas principais. A primeira se refere à “interrupção da navegação [que] dificultou a importação de bens de capital necessários para o aumento da capacidade produtiva” (BAER, 2002, p.134), apesar da ocorrência de ampliação e criação de indústrias em setores até então pouco relevantes. A segunda causa guarda relação com a própria elevação da comercialização de produtos importados no mercado interno.

No decorrer da década de 1920, não se tem, por parte do governo, uma tentativa mais ordenada no sentido de estruturar e planejar o desenvolvimento industrial. O Estado brasileiro caracterizou-se, à época, por ser pouco atuante e sem forças para impulsionar um desenvolvimento sustentado que pudesse colocar o país na rota do crescimento. O quadro predominante consistiu na política dos governadores, que, em conformidade com a economia local, o poder e as intervenções públicas, eram controlados por oligarquias agrárias, referendadas pelo capitalismo monopolista mais organizado, como o dos cafeicultores, e dos menos expressivos como o da cana de açúcar.

O que se via era um Estado nacional de natureza periférica, voltado para suprir os Estados mais centrais e industrializados, com sua produção eminentemente primária. Furtado (2002) afirma que a economia brasileira apresentava, então, parte expressiva da população sobrevivendo numa economia típica de subsistência. A mercantilização da agricultura pode ser considerada incipiente, apesar de fortemente exportadora a despeito de um fluxo crescente de alimentos para as áreas urbanas, decorrente do volume migratório de trabalhadores para a indústria, ainda pouco desenvolvida.

As questões nacionais que evidenciavam a acumulação do capital não eram alvos de preocupação e, por conseguinte, não participavam da pauta de reflexões ou da agenda política. As condições de sobrevivência do proletariado, a relação conflituosa entre dominantes e dominados (DRAIBE, 2004), a industrialização ainda pouco alicerçada e solidificada e as

questões urbanas para e oriundas de seu crescimento não eram objeto de preocupação dos governantes brasileiros.

Com a crise da economia cafeeira, a partir dos anos de 1930, a burguesia nacional em formação enfatiza sua preocupação com o “interesse de toda a Nação” (DRAIBE, 2004), salientando a necessidade da existência de estruturas nacionais concretas, centralizadas e unificadas, atuando de forma peremptória no desenvolvimento e na abertura de novos mercados para dinamização da acumulação do capital industrial. No rastro da crise da economia primário-exportadora, começa a surgir, em consonância com as idéias difundidas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)⁹, novo formato institucional de Estado, que objetiva a aceleração do desenvolvimento industrial e, por conseguinte, econômico. Este modelo é nomeado de Estado Nacional Desenvolvimentista.

A respeito da questão, Mantega (1984, p.23) afirma que

Para transformar os países periféricos, em grande medida agroexportadores, em nações desenvolvidas e com maior autonomia, dizia essa doutrina [CEPALINA], era preciso incrementar a participação do Estado na economia por meio do planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização nacional.

A mentalidade do desenvolvimento sustentado industrial como forma de acumulação do capital, preconizada pela CEPAL e ratificada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB¹⁰, recomenda um Estado que, em alguns momentos, atue como agente econômico para fomentar a infra-estrutura e gerar as condições para o desenvolvimento industrial.

Em consonância com a proposição cepalina, o Estado nacional, cada vez mais, se sobrepõe à participação dos estados da federação, centralizando o papel de articulador dos interesses nacionais. Toma forma, assim, o Estado nacional empreendedor, atuando com a preocupação de criar sustentabilidade da economia, mediante o desenvolvimento industrial, da expansão dos mercados consumidores internos e da melhoria das condições sociais no meio urbano.

Nos aspectos sociais, conforme assinala Baer (1979), ocorre a estruturação do aparelho da saúde, da previdência e da educação, com destaque para a institucionalização das condições de reprodução da força de trabalho industrial.

⁹ A Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL foi criada em 1940, sendo pouco relevante nos dias de hoje, mas constituiu um dos principais marcos do pensamento latino-americano para o seu rompimento com as culturas hegemônicas.

¹⁰ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, criado em 1955 e fechado em 1964, teve como principal objetivo articular e propor diretrizes para o desenvolvimento do país.

No primeiro quinquênio da década de 1940, o destaque vai para o segmento de insumos básicos como ação estatal no setor produtivo. Em estratégia voltada para o desenvolvimento econômico, são criadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD); a Companhia Nacional de Motores (CNM); e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), dentre outros empreendimentos de porte.

O desenvolvimento econômico, via participação do Estado, gerou, pelo lado das finanças públicas nacionais, a elevação, de forma significativa, da dívida pública, interna e externa, decorrente, dentre outros fatores, da necessidade de elevação dos gastos para suprir pontos de estrangulamento na expansão da produção industrial. Pelo lado das políticas públicas, cabe destacar a perda, por parte dos estados da federação, de autonomia e de liberdade para o desenvolvimento de suas próprias condições sociais, políticas e econômicas. Pela vertente econômica, o aspecto relevante tem a ver com a necessidade de se buscarem fontes de recursos externos em decorrência da precariedade de geração de poupança interna para alocação dos recursos, ocasionada, como afirma Nurkse, citado por Mantega (1984), pelo baixo nível de renda da população.

Para a CEPAL, a entrada de capital estrangeiro para financiamento do desenvolvimento capitalista industrial é não somente benéfica como também necessária para que o crescimento e o desenvolvimento econômico fossem atingidos. Complementando esta análise, Bielschowsky (1996) afirma que, segundo as idéias cepalinas, a industrialização era ponto fundamental, pois ao mesmo tempo que reduz a pobreza e a diferença entre países pobres e ricos, proporciona às economias subdesenvolvidas condições para a promoção do crescimento econômico auto-sustentado.

Aos formuladores de políticas públicas fica claro que esta postura política de desenvolvimento, como tantas outras, pode ser adotada, mas alguns efeitos potencialmente negativos poderão ser sentidos. No caso da vinda do capital estrangeiro para o país, Mantega (1984, p.29) observa que

[...] os interesses agroexportadores, ainda poderosos e devidamente representados nas instituições do Estado Novo, [...] abalava-os ainda mais, passando-os definitivamente para segundo plano no final dos anos 40. Assim, à medida que se aproximava os anos 50, a crença no liberalismo econômico perdia terreno na esfera ideológica, que se inclinava em favor da nova ideologia nacionalista desenvolvimentista. [...] Tratava-se de um nacionalismo que não excluía a chamada “colaboração internacional” no desenvolvimento brasileiro e que se preocupava em valorizar a estrutura sócio-econômica nacional e dotá-la de dinamismo próprio.

Neste sentido, até cabia a participação de capitais e empresas externas, que seriam bem-vindos quando se empenhassem em tais objetivos.

A década de 50 se inicia pela permanência da condição de euforia pelo término da segunda guerra mundial. Para a economia brasileira, a guerra teve um lado positivo à medida que favoreceu o desenvolvimento da indústria nacional. Sucederam-se entradas do capital estrangeiro em volume considerável, no período da guerra, para fomentar a expansão da produção industrial, apesar de isto ter-se dado de forma pouco organizada ou, como afirma Mantega (1984, p.01), de modo improvisado e casuístico. O modelo de substituição de importação que caracteriza a industrialização brasileira toma corpo nesse período.

No fim dos anos 40, [o Brasil] já era praticamente auto-suficiente em bens perecíveis e semiduráveis – alimentos, bebidas, fumo, têxteis, vestuário, couro e peles, gráfica e editoração, madeira e móveis. Era momento de dar um salto qualitativo no processo clássico de desenvolvimento industrial, a hora de passar para outro estágio, em que a indústria pesada se consolida e se expande. (BNDES, 2002a)

Todavia, mais capitais eram necessários para dar continuidade aos investimentos na atividade industrial. A indústria brasileira não dispunha de fluxo de capital suficiente para dar prosseguimento a um processo consistente de crescimento. Os recursos internalizados na economia, através das exportações ou da contratação de empréstimos, estavam sendo gastos, em parte, na aquisição de bens de consumo. A concorrência entre os bens importados e os produtos nacionais se ampliava, e as inversões de recursos oriundos dos EUA, ocorridas durante a guerra e que incentivaram o financiamento local – a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, por exemplo –, foram canalizadas para reconstrução dos países devastados pela guerra. (BNDES, 2002a)

Após diversas solicitações para que o governo americano retomasse o fluxo de capital para o Brasil, o governo brasileiro parte para outra estratégia, qual seja, elaborar um plano de utilização dos recursos internos como fonte financiadora para o desenvolvimento. Em 1949, o governo apresenta o Plano Salte¹¹, com medidas a serem implantadas a partir daquele ano até 1953. Apesar de não ter tido o êxito esperado, a economia do país conseguiu apresentar crescimento significativo à época.

¹¹ O Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) foi elaborado no governo de Eurico Gaspar Dutra e tinha como fonte de recursos o Imposto de Renda e empréstimos externos. Foram implementadas, neste período, as fábricas da Klabin e da Acesita.

Com a volta de Getúlio Vargas ao governo central¹², tem-se maior ênfase na intervenção pública com vistas à promoção do desenvolvimento econômico. Foram várias as negociações para se obterem recursos a fim de financiar o desenvolvimento nacional, o que desemboca na celebração de um acordo com os EUA, por meio do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e do Export-Import Bank (Eximbank). Uma condição imposta no âmbito desse acordo foi que a gestão do fundo, criado para recebimento e aplicação dos recursos aportados pelo BID e Eximbank, deveria ficar a cargo de um banco “especial”. (BNDES, 2002a)

Tal banco deveria gerir, além do fundo, outros recursos externos que viessem a ser negociados, bem como os recursos de contrapartida aportados pelo Ministério da Fazenda, cabendo-lhe ainda “estudar e sugerir medidas destinadas a ‘criar condições para eliminar os obstáculos ao fluxo de investimentos, públicos e particulares, estrangeiros e nacionais, necessárias a promover o desenvolvimento econômico.’” (BNDES, 2002a, p.03) Disso resulta, em 1952, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE.

Do BNDE esperava-se: (1) elaborar e analisar a viabilidade de projetos, (2) atuar como agente do governo em ações voltadas à industrialização e ao desenvolvimento econômico e (3) financiar projetos de longo prazo. Seus primeiros investimentos foram destinados ao setor de transporte e energia, principais entraves para o desenvolvimento à época.

2.2 A evolução da economia mineira a partir do século XX e a criação do BDMG

Para analisar as características econômicas e as condicionantes que levaram Minas Gerais a constituir seu banco de desenvolvimento, tem-se o início do século XX como ponto de partida. Neste período, Minas Gerais é marcado por uma produção industrial, principalmente nas áreas de mineração, têxtil e, em menor escala, na alimentícia. Todavia, seu crescimento não transcorre de forma crescente, ocasionando a perda de participação no desenvolvimento da economia nacional. Um dos motivos deste baixo dinamismo é a carência de infra-estrutura, ou seja, de uma matriz energética que poderia dar maior sustentabilidade à demanda, com baixa geração de energia, e também a existência de precários canais de escoamento – rodovias, ferrovias, hidrovias e aerovias – da produção.

¹² Getúlio Vargas que havia assumido o governo federal em 1930 retorna, em 1950, para um novo mandato.

O recrutamento de mão-de-obra necessária à produção era também um problema, cujas prováveis razões foram a queda, pelo menos temporária, do fluxo migratório campo-cidade, sua baixa qualificação e a ausência de base para sua sobrevivência.

Com estas deficiências, a economia mineira estabelece uma produção agrária de subsistência, não evoluída e incapaz de alicerçar, de maneira confiável, a industrialização. Tal situação gera dicotomia entre a monocultura de subsistência e a mercantilização com crescimento econômico.

A década de 30, por sua vez, é marcada por uma crise aguda no âmbito do estado e de seu processo de industrialização. A economia mineira, além de eminentemente dependente, com a queda da exportação de café, demonstra fragilidade na arrecadação de impostos, elevação da dívida pública, queda no fluxo populacional migratória e queda na poupança oriunda do café, tão necessária para o desenvolvimento industrial naquele momento. (DINIZ, 1981)

O quadro evolutivo da economia mineira continua a se mostrar atrasado em relação aos outros entes da federação, como São Paulo e Rio de Janeiro, apesar de, em alguns momentos, apresentar condições mais favoráveis para um crescimento mais célere.

Ao longo da década de 40, Minas Gerais, mesmo com a ampliação de sua área plantada, apresenta queda relativa em sua participação na economia nacional. No percurso deste período, Minas Gerais declina sua participação na renda interna nacional de 12,6% para 11,5% (BDMG, 1977), enquanto sua indústria mantém participação pouco significativa no cenário nacional – 7,1% – se comparada com o estado de São Paulo – 50,0%. Isso se deve, como destacado no Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção¹³, a: (a) queda dos preços relativos dos produtos agrícolas e eliminação da mão-de-obra do setor rural; (b) economia voltada ao setor primário de baixo valor agregado e indústria tradicional, quais sejam, a alimentícia e a têxtil; (c) más condições da infra-estrutura nas áreas de transporte, apontando aí a malha rodoviária, ferroviária e fluvial e seus respectivos veículos; e (d) incapacidade de satisfazer, de forma plena, a demanda crescente por energia vinda do setor industrial – 90,4% da energia provinha da queima da lenha ou carvão vegetal.

¹³ O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção foi a primeira tentativa de planejamento econômico elaborado pelo governo mineiro de Milton Campos, em 1947, com o objetivo do desenvolvimento da industrialização por meio do binômio energia e transporte.

A elaboração do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção demonstra a intenção do governo mineiro, já no final da década de 40, em intervir, de forma estruturada e organizada, como fomentador do desenvolvimento da economia. Apesar da falta de êxito, decorrente da ausência de infra-estrutura capaz de dar sustentabilidade às novas indústrias projetadas, este plano sinalizou a necessidade de criação de mecanismos de financiamentos de longo prazo, elaboração de estímulos aos investimentos, instituição de políticas públicas direcionadas à melhoria da infra-estrutura e à constituição de um setor público capaz de atender as demandas.

Na década de 50, no auge do primeiro ciclo do modelo de substituição de importação, Minas Gerais apresenta poucas, mas significativas transformações econômicas. Para fazer frente ao crescimento da indústria brasileira, o estado mineiro trata de buscar novos mecanismos para promoção do desenvolvimento de sua economia ainda considerada subdesenvolvida se comparada aos grandes estados da federação. Apesar de setores tradicionais se apresentarem estagnados, planos como o de eletrificação – cujo marco foi a criação, em 1952, das Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (Cemig) – e o de melhoria do setor de infra-estrutura de transporte – a construção de ferrovias e rodovias, como Belo Horizonte-São Paulo e Belo Horizonte-Rio de Janeiro e Belo Horizonte-Brasília –, são estruturados com o intuito de suprimir as debilidades apresentadas.

Como apresentado no Diagnóstico da Economia Mineira (BDMG, 1967, p. XLVIII), “a preocupação para com a instalação de uma infra-estrutura mais sólida é que, possivelmente, motivou a criação da Cemig e do DER (...)”.

Tratando-se de recursos financeiros internalizados, o que se observa é que, neste período do auge do modelo de substituição de importações, Minas Gerais não está significativamente favorecida, apesar: (a) das parcerias entre governos, federal e estadual, terem sido criadas com o intuito da implantação de grandes indústrias nacionais e estrangeiras, como Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.(Usiminas), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Mannesmann, dentre outras; (b) do aparecimento de pequenas indústrias; e (c) da melhoria significativa da infra-estrutura viária mineira. O afluxo de capital externo e interno para o desenvolvimento da industrialização foi, em sua grande monta, destinado ao estado de São Paulo, por apresentar condições mais favoráveis e menor risco. Esse mesmo fenômeno ocorre também a partir de 1955 quando acontece a segunda onda do modelo de substituição de

importação com a implantação, em São Paulo, das indústrias automobilísticas e de bens de capital. (BDMG, 1977)

Neste novo contexto, e chegando o fim da década de 50, Minas Gerais começa a se destacar como o grande provedor de matéria-prima para as indústrias que estão surgindo, principalmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, mediante a elevação, bastante significativa, da produção da indústria de transformação de não-metálicos, extrativa mineral, e metalúrgica. A partir de então, começa a ser notado o afluxo do capital externo com destino a Minas Gerais.

Mas este desenvolvimento que começava a se apresentar então não pode ser considerado organizado. Ainda deveria ser desenvolvida, de forma estruturada, a busca por mecanismos que impulsionassem o desenvolvimento da economia industrial mineira.

A idéia da criação de um banco de desenvolvimento estatal para gerir o processo pretendido surge, no início da década, com o empenho do governador Juscelino Kubitschek, por meio de mensagem enviada à Assembléia Legislativa mineira e rechaçada pelos representantes do setor agrário à época.

Este projeto foi retomado em 1957 com o aprofundamento dos estudos elaborados pelo Departamento de Estudos Econômicos e pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), especificando quais os principais objetivos da instituição financeira a ser criada. Após dois anos de discussão e muitas modificações sucedidas, foi aprovada, pela Assembléia Legislativa mineira, a criação do Banco de Desenvolvimento Agropecuário de Minas Gerais S.A. (BADAP) – ANEXO I.

O governador à época, Magalhães Pinto, antes de sancionar o projeto de lei ora aprovado, criou uma comissão com o intuito de estudar a sua viabilidade. Ao final dos estudos, o que se relatou foi o caráter restritivo da instituição a ser criada e a limitação na abrangência de suas ações. Como o estado não poderia agir de forma a privilegiar determinadas áreas ou setores, o governador veta – ANEXO 2 – o projeto.

Os anos 60 apresentam alguns fundamentos econômicos alterados. Enquanto que no cenário nacional, se vê a reforma do sistema financeiro, entre 1964 a 1966, o milagre econômico, entre 1966 a 1973 e o início do regime militar, em 1962, o quadro que se delineia em Minas Gerais é de evolução positiva, embora apresente também substanciais aspectos negativos.

Como aspectos positivos têm-se: (1) a ampliação significativa da oferta de energia elétrica (270% em 10 anos); (2) a construção de três rodovias interestaduais e diversas vicinais; (3) o surgimento de uma indústria de suporte às indústrias do eixo Rio de Janeiro- São Paulo; (4) o crescimento da massa urbana (média de 5,5% a.a.); (5) uma população economicamente ativa e predominantemente instalada nos setores agropecuários e de mineração. Como negativos, exemplificam-se: (1) os baixos padrões de vida decorrentes de salários defasados; (2) a baixa produtividade decorrente da falta de qualificação técnica e profissional; e (3) a perda de mão-de-obra para outros estados. (BDMG, 1977)

Em 1962, ano em que o governador de Minas Gerais veta a criação do BAPAD, o contexto da economia era diferente se comparado com o do ano de 1950 – quando JK lançou a primeira proposição de um banco de investimento/fomento.

Diante deste cenário – associado à dificuldade em desenvolver um elo entre as cadeias produtivas, por motivo de dissonância no processo produtivo e da sua pouca organização na busca por recursos financeiros –, novos rumos teriam de ser traçados. O caminho eleito para a nova trajetória de desenvolvimento foi a industrialização por vias rápidas, em que o estado seria, cada vez mais, participante indispensável como fomentador, estruturador e coordenador deste processo. Para fazer frente a tal demanda, o governo teve a necessidade de constituir uma instituição com características não só para fomentar, mas também para prover soluções em relação aos hiatos produtivos existentes.

Neste período, por exemplo, existiam, no Brasil, duas fontes de recursos para investimentos industriais de longo prazo. A primeira oriunda do Banco do Brasil, que financiava operações para empresas que tinham, no mínimo, três anos de constituição, e a segunda, o Banco de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES)¹⁴, que guardava o conceito de financiar grandes projetos industriais. Portanto, o mercado brasileiro apresentava dificuldades na obtenção de recursos para o financiamento das pequenas e médias empresas e das empresas novas com potencial de crescimento. Aos bancos privados não cabia o papel de provedores do desenvolvimento, porque, como externado, seus objetivos – como lucro, aversão ao risco e retorno rápido – não se enquadravam nesta visão.

¹⁴ A instância social, como preocupação e conceito, foi inserida no nome do BNDE em 1971.

Portanto, à economia mineira faltava uma instituição que estimulasse e provesse o mercado das condições necessárias para viabilizar projetos de longo prazo voltados ao desenvolvimento.

Teixeira (1979, p.28 e p.32) faz distinção entre os bancos de desenvolvimento e os privados, quando orienta em seu trabalho que

... os bancos de desenvolvimento [buscam], em primeiro lugar, a rentabilidade social dos investimentos por eles apoiados, mediante critérios especiais de prioridade e seletividade dos projetos, evidentemente visando obter resultado positivo pelo menos para manter a integridade de seu capital (...)

[Já] o capital bancário privado dirige-se para aplicações que possibilitem o maior retorno financeiro possível, independentemente da significação socioeconômica do financiamento [...] E as aplicações não [têm] [...] por que [coincidirem] [...] com o financiamento de empreendimentos produtivos que sejam estratégicos do ponto de vista do desenvolvimento econômico.

Portanto, para sanar a falha e suprir uma das necessidades apontadas pelo Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, qual seja, a de concentração de esforços para o desenvolvimento da industrialização, o governo mineiro cria, conforme Lei nº 2.607, de 05 de janeiro de 1962 – ANEXO 3 –, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Seguindo a mesma linha do governo federal¹⁵ e utilizando o BNDE como modelo de referência para sua constituição, o BDMG, apesar dos percalços enfrentados quando de sua estruturação, inicia sua atuação mais efetiva em 1963. Os recursos oriundos das poupanças internas e externas, via BNDE, para financiamento da economia mineira passam a ser por ele administrados.

Feito este histórico, as oscilações seguintes da economia mineira e a participação do BDMG nessa trajetória serão tratadas nos capítulos seguintes.

Do exposto, pode-se constatar que Minas Gerais e o Brasil, assim como diversos outros países em situações semelhantes, utilizaram de mecanismos – os bancos de desenvolvimento – similares para proceder ao crescimento e ao desenvolvimento de suas economias, ou seja, em situações de crises e/ou de necessidade de melhores resultados econômicos, vários países, dentre eles o Brasil, lançaram mão da constituição dos bancos de desenvolvimento como um

¹⁵ Pereira Diniz (2004) afirma que o projeto de criação do BDMG é anterior ao do BNDE.

dos mecanismos que iria auxiliar, ou promover, dependendo do grau de intensidade das suas funções, o processo de estruturação e crescimento da economia.

3 A CRIAÇÃO E O INÍCIO DA ATUAÇÃO DO BDMG

A partir deste e nos dois próximos capítulos, pretende-se estabelecer as inflexões ocorridas no desenvolvimento da economia mineira, observando como sua trajetória se confunde com a pauta de preocupação estabelecida para esta pesquisa, qual seja, a participação do BDMG nesse contexto. O foco, neste capítulo 3, será o modo como se procedeu a montagem da estrutura do BDMG e como o banco atuou nos seus primeiros anos.

Cabe ressaltar que, assim como Minas Gerais, outros estados da federação também criaram seus bancos de desenvolvimento. Mais especificamente, entre os anos de 1964 e 1977, doze bancos estaduais de desenvolvimento foram criados no Brasil, mas somente quatro permaneceram até meados de 1990, e até 1992 apenas dois, sendo um deles o BDMG.

O BDMG foi criado com as funções precípua de: (1) estabelecer condições de desenvolvimento com foco no crescimento da atividade industrial, principalmente para as micro e pequenas empresas; (2) tratar o crescimento e desenvolvimento de Minas Gerais de forma uniforme, criando condições econômicas em todas as suas regiões; (3) atuar como provedor de condições técnicas e financeiras de projetos de interesse estadual; e (4) alocar, de forma eficaz, o capital, nacional e internacional, entrante em Minas Gerais, de forma a proporcionar o desenvolvimento equitativo.

Sua atuação começa, efetivamente, no ano seguinte à sua criação em 1962. A obsolescência da indústria, a baixa produtividade agropecuária e a falta de infra-estrutura necessária para assegurar a viabilidade dos projetos e transpor a economia a patamares mais modernos e dinâmicos levaram a instituição a assumir, o quanto antes, seu papel.

3.1 As fontes iniciais de recursos e as formas de fomento

Como origem e fonte inicial de recursos para os financiamentos, o BDMG contou, em sua lei de criação, com um aporte do tesouro mineiro no valor de Cr\$500.000.000,00 – equivalente a US\$306 mil, a preço de 1992 – e com uma participação de 1/20 avos sobre os 2,25% da Taxa

de Serviço de Recuperação Econômica¹⁶. No ano seguinte, a Assembléia Legislativa mineira aprovou três outras fontes de recursos: (1) a taxa de Desenvolvimento Metalúrgico (TDM), com alíquota de 1,0% sobre a produção do aço; (2) o Fundo Mínero-Metalúrgico (FMM), com alíquota de 1,0% sobre a produção de metais não-ferrosos, gusa e transformação de minerais não-metálicos; e (3) o Fundo de Investimento de Pequena Empresa e do Artesanato (FIPEA), oriundo “da corretagem dos seguros – feitos obrigatoriamente pelo Banco – dos bens patrimoniais das sociedades de economia mista, das autarquias, dos departamentos autônomos e do patrimônio público diretos do estado de Minas Gerais”. (BDMG, 1977, p.17)

Com vistas a ampliar as fontes e os recursos disponíveis, já em 1964, o BDMG obtém êxito nas negociações com o BNDE, o que lhe proporcionou um repasse de US\$ 2 milhões provenientes da AID.

Para buscar a capitalização do banco com a intenção de fazer frente às suas necessidades de desenvolvimento de projetos, além dos aportes diretos de capital, o governo estadual também promoveu o repasse de ativos financeiros do tesouro estadual, em que se destacam a transferência de ações de empresas onde o estado de Minas Gerais não era seu acionista majoritário. Dentre estas ações estão as da Petrobrás, até então pouco relevantes no cenário nacional, mas que incrementaram seu patrimônio, de forma significativa, ao longo dos anos.

No ano de 1965, as fontes de recursos se ampliaram ainda mais via contratos assinados com os bancos oficiais do estado, no valor de US\$ 3 milhões, e via convênios com o Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME)¹⁷, Financiamento de Pequenas e Médias Empresas (FIPEME) e Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), todos do governo federal.

Quando se analisam as formas de fomento utilizadas pelo banco, ao longo de sua história, relativamente à questão das aplicações de recursos, tem-se que a definição (da forma a ser utilizada) dependeu do momento econômico, da particularidade da operação, do grau de inserção necessária do governo, do aproveitamento e valorização dos recursos naturais e da

¹⁶ Taxa de Serviço de Recuperação Econômica – criada pelo Decreto-Lei nº. 2.152, de 12 de julho de 1947, a ser cobrada sobre as transações de qualquer natureza realizadas no Estado, para atender a despesas com a execução do programa de fomento à produção do Estado.

¹⁷ Finame – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais. Sem limite de financiamento, tem por objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional. (FORTUNA, 2002)

existência de vantagens comparativas em relação às outras regiões do país. Das formas existentes, destacam-se a participação acionária, a assistência administrativa e financeira ou o simples financiamento.

Utilizada com maior frequência na década de 1960, a forma de fomento caracterizada como participação acionária permite proporcionar maior controle dos objetivos visados e aparece vinculada aos projetos estratégicos desenvolvidos pelo banco. A função deste mecanismo não é controlar a economia, mas sim complementar a iniciativa privada por meio da associação. Assim, no momento em que se alcançavam os objetivos perseguidos procedia-se à venda da participação. Exemplos da utilização deste mecanismo são a constituição do Frigorífico Mucuri S.A. (Frimusa) e do Frigorífico Norte de Minas S.A. (Frigonorte), que objetivavam aproveitar, dentro do próprio estado, o rebanho bovino, então o maior do país; da Giustina do Brasil S.A., projeto fracassado cujo foco era a abertura de novo setor industrial na região; da Companhia de Seguros de Minas Gerais S.A. (Cosemig); e da Aço Minas Gerais S.A. (Açominas).

A forma de fomento definida como assistência administrativa e financeira se orienta para o incentivo promovido ao empresariado local, com vistas à melhoria de sua capacidade produtiva, financeira e operacional. Nesta modalidade, o BDMG procura parceiros, define captação e alocação de recursos públicos e privados, procede à abertura de capital e proporciona financiamentos. Exemplo da utilização deste mecanismo é o lançamento da Demipa – indústria de extração de glicose e derivados de milho.

A última forma de fomento utilizada, o financiamento, onde o BDMG, com base em regras preestabelecidas no Roteiro para os Pedidos de Assistência Financeira¹⁸, analisa a viabilidade técnica do projeto e, em caso de deferimento, disponibiliza os recursos necessários dentro de sua capacidade financeira. Nos três primeiros anos de operação do banco, foram feitos 800 pedidos de créditos, dos quais 260, relacionados à ampliação ou criação de novas indústrias, receberam aprovação. Os primeiros financiamentos concedidos foram para a Artefatos Hércules Ltda – fabricante de equipamento para a construção civil, e para a Fábrica de Adubos e Forragens S.A.

¹⁸ Relação de normas elaborados pelo BDMG com objetivo específico; neste caso, para obtenção de financiamentos.

Enfim, constituído o BDMG, estabelecidas suas funções, definidas as fontes e as origens dos recursos financeiros e também as formas de fomento utilizadas, a próxima etapa desta investigação é entender como se deu o início dos trabalhos do banco.

3.2 O começo das operações do BDMG e a década de 60

A constituição do BDMG vem para buscar a convergência de ações em prol do desenvolvimento econômico, as quais, até então, não eram organizadas entre si. A menção dos principais fatores que impulsionaram o início das operações da instituição é relevante para sua contextualização.

O primeiro fator se refere ao direcionamento do desenvolvimento da economia mineira, dando maior sustentabilidade ao seu crescimento. A economia mineira, naquele período, já apresentava planos econômicos estruturados, mas não tinha o arcabouço institucional propício para uma implementação consistente.

O segundo fator relaciona-se à necessidade de inserção definitiva do estado como promotor de crescimento e desenvolvimento econômico. Ao longo da história mundial, se observa que o progresso econômico passa, necessariamente, por uma atitude mais ativa do estado, especialmente em momentos em que a iniciativa privada se mostra incapaz.

Como terceiro fator tem-se a necessidade de disponibilização de recursos para financiamentos de médio e longo prazo, importante para quem busca crescimento econômico num país em vias de desenvolvimento.

O quarto e último fator é referente à redução do alto risco de crédito apresentado pela economia de Minas Gerais. Poderia até ser uma grande fonte de recursos e de mão-de-obra a economia mineira da época, não fosse a predominância de pequenas e médias empresas no mercado, o que eleva, consideravelmente, o risco na disponibilização de crédito.

O que se esperava da instituição, então, era dar cabo dos problemas detectados na economia local e promover seu desenvolvimento. O início dos trabalhos do BDMG, como toda instituição de vulto que inicia suas atividades, foi bastante complexo. Os recursos financeiros ainda eram bastante limitados para os objetivos pretendidos pelo banco e pelo governo estadual. A ação inicial do banco propunha prover o desenvolvimento, via inversões de

recursos, em setores caracterizados por empresas de pequeno ou médio porte, voltadas ao atendimento regional ou local, e por empresas tradicionais de porte médio nas áreas de cimento, siderurgia e mineração. Porém, na prática, o que realmente se observa é a inversão de recursos na medida da demanda, sem nenhuma definição estruturada para setores mais ou menos desprovidos de desenvolvimento, consequência da inexistência de estudos e diretrizes predefinidas de atuação.

Exemplo que reforça esta questão de que a liberação de recursos era feita de acordo com a demanda e também ratifica a forma basilar da economia mineira são os projetos aprovados nos dois anos seguintes à criação do banco. Conforme dados da Tabela 1, dos 90¹⁹ projetos, aprovados de março de 1963 a dezembro de 1964, 32, ou seja, 35,6% deles se concentram no setor alimentar, base da economia mineira à época, sendo, em sua maioria, voltados à eficiência do manuseio da indústria de corte, à industrialização do milho, do leite em pó e dos postos de resfriamento e à construção da FRIMUSA e FRIGONORTE. Com 18 projetos, ou seja, 20,0% do total, a metalurgia aparece em segundo lugar na concessão de financiamento. A saliência do setor alimentar mostra-se ainda maior no tocante ao valor dos investimentos e à previsão de empregos gerados, com respectivamente, 53,2% e 52,4% do total.

TABELA 1
Financiamentos concedidos, por setor de atividades, pelo BDMG, no período de março de 1963 a dezembro de 1964 em Minas Gerais

Setores	Financiamentos concedidos		Investimento (%)	Empregos (%)
	Número	(%)		
Alimentar	32	35,6	53,2	52,4
Metalúrgico	18	20,0	12,0	13,8
Artefatos Diversos	13	14,4	22,7	14,9
Mecânicos	9	10,0	5,7	5,3
Químico e Farmacêuticos	2	2,2	0,3	0,9
Outros (*)	16	17,8	6,1	12,7
Total	90	100,0	100,0	100,0

Fonte: BDMG (BDMG, 1977)

(*): Aglutina; Cerâmica, Beneficiamento de minério, Eletrônica, Ótica, Fertilizantes, Papel, Ração.

Para dar continuidade a seus trabalhos e organizar sua forma de atuação, o BDMG, criado nos moldes do BNDE, tem a necessidade de eliminar distorções significativas em sua estrutura organizacional, adequando-a às suas funções. As alterações vieram a acontecer no ano de

¹⁹ A fonte desta informação (BDMG, 1977) indica o total de 89 projetos, o que se mostra incorreto quando são somados todos os projetos apresentados no período.

1964 com a extinção do Departamento de Operações Internacionais e a criação do Departamento de Estudos e Planejamento (DEP), com a função de desenvolver estudos, nortear o caminho para o desenvolvimento e, além disso, dar suporte às necessidades da máquina administrativa estadual, o qual, posteriormente, foi apontado como importante medida para os objetivos do banco.

Passado o período inicial de sua atuação e finalizada a reestruturação necessária, o BDMG partiu para definir, de forma mais ordenada e organizada, suas ações. A primeira tentativa aconteceu com a elaboração do projeto Jornada do Desenvolvimento, quando seus técnicos viajaram pelas principais regiões de Minas Gerais buscando mapear as demandas existentes, as carências e as necessidades dos principais setores produtivos organizados ou não. Foram 70 as incursões ao interior do estado mineiro no período de 1963 a 1966, que, além do retorno esperado, disseminaram o nome do BDMG e sua ideologia – crescimento e desenvolvimento. (BDMG, 2007a)

Fruto, em parte, dessas jornadas, no final da década de 1960, importantes monografias voltadas ao desenvolvimento econômico foram publicadas, bem como realizados diversos seminários e congressos sobre o tema. Além dessas ações, o DEP também elaborou vários estudos, pesquisas, convênios e projetos relevantes, onde se destacam:

- Estudos de natureza geral: Análise Regional do Desenvolvimento de Minas Gerais; Estudo sobre a economia mineira em convênio com a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU); Pesquisa sobre o empresariado e a Reforma Tributária Nacional;
- Estudos com características regionais: Definição dos Pólos de Desenvolvimento do Estado e Importação de Minas Gerais no Mercado Interno; e
- Estudos com especificidade setorial: Estudo sobre o setor açucareiro, siderúrgico, de curtume e da indústria têxtil; Estudo sobre a indústria de cimento, de óleos vegetais, química, mecânica e mecano-metalúrgica e o Plano de Industrialização da Pecuária (PIP).

O BDMG, desde a época de sua constituição, atua na condição de financiador, incentivador, coordenador e parceiro no campo dos projetos e programas. Dos vários projetos/programas que emergiram naquele período, em decorrência dos estudos feitos e das demandas ou

oportunidades econômicas detectadas, e que tiveram importância no crescimento e no desenvolvimento da economia mineira, cabe destacar três.

Salienta-se, de antemão, que somente a exposição destes três programas destinados ao setor primário, mais especificamente à indústria alimentar, não leva à conclusão de que outros setores da economia mineira foram desconsiderados, considerados menos importantes ou, até mesmo, sem necessidade de apoio, de qualquer tipo, para seu desenvolvimento. Muito ao contrário, estudos, estratégias, planejamentos e projetos elaborados e desenvolvidos pelo BDMG e levados a cabo em diversas áreas e setores comprovam a consolidação das bases para a viabilização do desenvolvimento de um estado que, naquele momento, não tinha conhecimento de sua real situação nem das condições existentes para seu crescimento.

O primeiro programa surgiu de oportunidade detectada pelo BDMG para o crescimento da agroindústria açucareira. O cenário era de queda do preço do açúcar em decorrência da elevação da produção nacional, gerando excesso de oferta. O IAA, para evitar a superprodução, trabalhava com sistema de quotas de produção para as usinas, definidas de forma técnica e às vezes política. A situação econômica do setor era crítica. O BDMG, naquele momento, elaborou o estudo intitulado Minas Gerais e a Economia Açucareira, em que se diagnosticou baixa produtividade da indústria açucareira mineira, se comparada às indústrias paulista e carioca. Os principais motivos apontados foram o baixo nível de mecanização e o alto custo dos transportes. A proposição feita então foi a modernização do parque industrial, ampliação de algumas indústrias e realocação de outras, com o objetivo final de adequação às normas para preenchimento das cotas estipuladas pelo IAA.

O BDMG que, na época, se tornou agente receptor dos recursos do IAA para desenvolvimento de projetos de expansão da indústria açucareira, no valor de Cr\$850,00 milhões, trabalhou em prol de seis projetos. O resultado destas ações, conforme mostram os dados da Tabela 2, foi a redução do número de usinas açucareiras – fato ocorrido também em nível nacional – e a elevação da produtividade do setor, com a expansão da produção média em 188% por usina, entre os anos de 1965 e 1976. Em números, tem-se uma elevação de 99 mil para 286 mil sacas, chegando a atingir 483 mil sacas por usina, em 1978, com a produção total do estado se elevando de 2,0 milhões, em 1960, para 7,3 milhões de sacas, em 1978.

TABELA 2

Número de usinas açucareiras em funcionamento e a produção de açúcar no período entre 1960 e 1978, em Minas Gerais e no Brasil

Safras	Brasil			Minas Gerais			Produção (Minas Gerais / Brasil) (%)
	Número de Usinas	Produção em 1.000 sacas		Número de Usinas	Produção em 1.000 sacas		
		Total (b)	Por Usinas		Total (a)	Por Usinas	(a)/(b)
1960 / 61	303	54.350	179	30	2.001	67	3,68
1965 / 66	273	75.982	278	26	2.573	99	3,39
1970 / 71	261	85.328	327	24	3.686	154	4,32
1975 / 76	213	98.257	461	15	4.291	286	4,37
1977 / 78	209	138.460	662	15	7.251	483	5,24

Fonte: DINIZ, 1981.

O segundo programa refere-se à industrialização e modernização do setor de laticínio que se encontrava estagnado desde 1950. Os estudos do banco para o setor, que aconteceram antes da análise relativa à atividade açucareira, mas com implantação posterior, demonstraram: (a) atividade tradicional no estado; (b) produção de cunho artesanal e manual; (c) falta de higiene; (d) distribuição fundiária de pequenas propriedades e familiares; e (e) venda da produção *in natura* na região provida por estradas; nas demais, produção de queijos, manteigas e requeijões comercializada dentro das próprias fazendas. Em suma, a indústria mineira de laticínios, que potencialmente poderia ser uma das maiores do Brasil, perdia mercado.

Com a função de transformá-lo num sistema de produção capitalista, sem o quê Minas Gerais veria o setor se deslocar para outras regiões do país, o BDMG elabora o Programa de Recuperação e Desenvolvimento da Indústria de Laticínios, para viabilizar e motivar a implantação de produção eficiente por meio da modernização de seus equipamentos, ampliação e criação de novas indústrias. Com recursos financeiros oriundos do BNDE e do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA)²⁰ e com a participação do BDMG, em parceria com o Instituto de Laticínios Cândido Tostes, de Juiz de Fora, na prestação de assistência técnica, a indústria de leite não só incrementa sua produção em cerca de 3 milhões de litros/dia como também eleva sua arrecadação de impostos ao longo da década de 60. As empresas beneficiadas pelo programa foram: Laticínios Poços de Caldas (Danone), Embaré, Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda (CCPR),

Ilasa, Figuinha e Santa Rita. (DINIZ, 1981) A expansão da produção setorial no período pode ser visualizada através dos dados da Tabela 3.

TABELA 3

Produção de Laticínios no período entre 1960 e 1970 em Minas Gerais e no Brasil

Anos	Queijo		Manteiga		Leite em Pó	
	Brasil	Minas Gerais	Brasil	Minas Gerais	Brasil	Minas Gerais
1960	39.495	33.136	25.318	13.382	39.876	10.678
1965	39.165	27.125	25.018	13.071	55.724	16.075
1970	59.486	44.615	18.548	12.276	72.526	27.560

Fonte: DINIZ, 1981.

O terceiro programa refere-se ao cultivo do café que também passava por situação delicada à época. No decurso da década de 60, a produção cafeeira representava fatia importante na pauta das exportações brasileiras, sendo Minas Gerais o terceiro maior produtor nacional. Todavia, ao invés de esta condição sugerir uma atividade eficiente e em expansão, o que se verificou foi uma queda acentuada da produção a partir de 1965. Como forma de solucionar o problema, o governo federal, por intermédio de seu órgão responsável, o GERCA, incentivou a substituição dos cafezais pouco produtivos por outras culturas. Esse fato geraria, caso realmente ocorresse, problemas graves na economia mineira, principalmente na região sul do estado. Frente à situação, o BDMG preconizou estudos voltados à busca de solução para o problema e lançou o Programa de Cafeicultura, cujo foco era consolidar as áreas já destinadas ao cultivo, através do replantio e da expansão da área plantada, com financiamento e apoio técnico.

Neste programa, o BDMG contou com a parceria da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), cuja função era selecionar os candidatos ao financiamento, elaborar o projeto e proporcionar a assistência técnica para sua execução. Nesta fase foram beneficiados os municípios de Alfenas, Boa Esperança, Campos Gerais, Carmo do Rio Claro, Elói Mendes, Lavras, Machado, Nepomuceno, Paraguassu, Três Corações, Três Pontas e Varginha. Refletindo as ações do programa, nas décadas de 70 e 80, ocorre a elevação da produção cafeeira, o que levou o estado a liderar nacionalmente a atividade.

²⁰ O Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura foi criado em outubro de 1961 com o objetivo de coordenar, dinamizar e executar medidas específicas que tivessem relação com a economia cafeeira.

Feitas as apresentações destes três programas com o objetivo de exemplificar a atuação do BDMG, afirma-se novamente que não só estes setores foram afetados com as inserções do banco como agente fomentador.

Sem desconsiderar que o desempenho apresentado pela economia mineira está certamente relacionado com o próprio desempenho da economia nacional, a Tabela 4 apresenta dados sobre a taxa de crescimento do produto industrial em Minas Gerais, em seus diversos ramos de atividade, entre os anos de 1960 e 1970, podendo-se extrair, em linhas gerais, que: (1) a maioria dos ramos representados na tabela obtiveram atuação melhor em relação à taxa média anual de crescimento do produto industrial do segundo quinquênio da década de 60, se comparada com a do quinquênio anterior. Isso pode ter decorrido de um trabalho maior no período, tanto por parte dos governos federal e estadual quanto pelo reflexo da atuação do BDMG, já que o mesmo foi criado em 1962; (2) a taxa média anual de crescimento do produto industrial ao longo da década de 60 apresenta somente números positivos, o que pode demonstrar uma economia em crescimento; (3) os bens de capital e duráveis de consumo e os bens intermediários apresentam taxas médias anuais de crescimento do produto industrial, ao longo da década de 60, iguais ou superiores a 10%, o que pode significar, mais uma vez, uma atuação mais efetiva por parte dos governos e/ou do BDMG; e (4) a taxa de crescimento apresentada pelos bens não duráveis de consumo, ao longo da década de 1960, é muito menor do que a referente aos demais bens, ratificando a idéia de que as ações implementadas não foram direcionadas somente para estes ramos de atividade.

TABELA 4

Taxa de crescimento do produto industrial no período de 1960 e 1970 em Minas Gerais

Ramos	Taxa de crescimento - Média Anual (%)		
	1960-65	1965-70	1960-70
Bens não duráveis de consumo	1,80	4,80	3,30
Alimentar	3,10	2,70	2,90
Bebidas	(1,70)	2,20	0,20
Fumo	5,40	7,80	6,60
Têxtil	2,70	4,50	3,70
Vestuário e Calçados	1,00	2,70	2,50
Mobiliário	(17,90)	26,00	1,60
Couros, Peles e Similares	(1,50)	5,80	3,70
Editorial e Gráfica	(0,70)	9,10	4,00
Bens intermediários	10,60	10,80	10,70
Papel e Papelão	1,70	12,80	7,10
Borracha	9,10	(1,10)	3,90
Química	9,40	12,40	10,90
Minerais não metálicos	7,50	9,10	8,30
Metalurgia	13,60	9,90	11,80
Bens de capital e duráveis de consumo	12,00	8,00	10,00
Mecânica	30,00	7,20	14,40
Material Elétrico e Com.	7,00	11,10	9,10
Material de Transporte	(3,70)	8,40	2,20
Diversos	6,00	8,00	6,90

Fonte: DINIZ, 1981.

De forma também relevante para o contexto da participação do BDMG no desenvolvimento de Minas Gerais, pode-se citar a assinatura, em 1969, de um convênio com a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF cujo objetivo era elaborar um amplo processo de reestruturação na instituição e constituir um instrumento de incentivo fiscal capaz de dinamizar a economia mineira. Este instrumento foi estabelecido pela Lei estadual nº 5.261, de 20 de setembro de 1969, que instituiu como benefício o retorno de 25,0% do ICMS arrecadado pelas empresas candidatas a se instalarem em Minas Gerais e/ou empresas aqui instaladas que elevassem sua produção em 40,0% ou mais.

3.3 A criação de um arcabouço institucional complementar à atuação do BDMG

O BDMG, em parceria com a Cemig, cria um aparato institucional²¹ necessário para contribuir, a partir da década de 1970, com o governo mineiro. A elaboração desta estrutura institucional, que repercutiu positivamente em nível nacional, pois nem o governo federal nem os demais estados tinham, à disposição, instituições públicas com este perfil, foi constituída pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI), pela Fundação João Pinheiro (FJP), pela Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI) e pelo Centro de Assistência Gerencial (CEAG).

3.3.1 Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais – INDI

O interesse na identificação de oportunidades de negócios e na conseqüente vinda de novos empresários nacionais e internacionais para o estado fez com que o BDMG, em parceria com a Cemig, criasse, em 1968, o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI). O novo órgão surge com a atribuição de: (1) proceder ao levantamento dos instrumentos necessários à análise da economia mineira; (2) elaborar estudos para os setores considerados relevantes para a economia mineira; (3) viabilizar as oportunidades industriais destinadas ao aproveitamento de recursos externas, com vistas à correção de desigualdades regionais, dinamização e ampliação de pólos de crescimento; (4) compatibilizar os diversos estudos no contexto de um programa de desenvolvimento de longo prazo, de forma a integrar atividades econômicas nos âmbitos estadual e nacional; e (5) criar um mercado comercial de reserva e geração de energia, motivado pelo fato de que a expansão dos investimentos de longo prazo em energia só seria justificada se a demanda também se elevasse. (BDMG, 2002)

Apesar da tentativa de busca por recursos do BID e do BNDES, o desenvolvimento desta instituição se deu por meio de recursos próprios do BDMG e da Cemig. O INDI, por sua vez, ainda se beneficia dos conhecimentos sobre a economia mineira e dos estudos sobre oportunidades/viabilidades no setor da indústria, acumulados pelo BDMG, além do trato com consultorias internacionais – que participaram também do desenho de sua constituição e da elaboração de seus primeiros trabalhos, por parte da Cemig. Cabe salientar que a empresa

multinacional Arthur D. Little, contratada para esse fim, também serviu de ponte para a entrada de recursos financeiros internacionais em Minas Gerais, beneficiando-se da grande liquidez no mercado internacional e das condições políticas e econômicas favoráveis à época.

3.3.2 Fundação João Pinheiro – FJP

A partir dos reflexos do documento intitulado Diagnóstico da Economia Mineira, disponibilizado à sociedade em 1968, o BDMG teve a necessidade de executar as propostas ali contidas, como, por exemplo, dar continuidade às análises e orientações macroeconômicas feitas até então pelo DEP. Todavia, além de esta função elevar os custos do referido departamento também desvia toda a instituição de seu viés original.

Para atender a tais demandas e a outras funções que circunstancialmente lhe cabiam junto à Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e ao Conselho Estadual de Desenvolvimento, o BDMG se vê levado a constituir nova estrutura, nominando-a de Gabinete de Planejamento e Controle, cujos membros faziam parte da equipe do DEP.

A conscientização da importância dos estudos macroeconômicos para a economia mineira era comungada pela alta gerência do BDMG. Ao mesmo tempo, sabia-se também que, apesar de necessárias, tais atividades excediam as funções da instituição que deveriam se voltar à busca por melhores condições para o desenvolvimento, incluindo a captação de recursos financeiros, cada vez mais cruciais para a viabilização dos investimentos produtivos no estado.

A solução proposta pelo BDMG foi a instituição de um órgão não só para manter a continuidade dos estudos iniciados, mas também para abrir novos caminhos no campo dos estudos e pesquisas nas áreas de economia, administração e tecnologia, com vistas a ajustamentos dos desequilíbrios existentes na estrutura econômica de Minas Gerais. Assim, em meados de 1969, é enviado à Assembléia Legislativa mineira projeto de lei solicitando autorização para a criação de instituição que cumprisse os objetivos citados. No final deste mesmo ano, é autorizada a constituição da Fundação João Pinheiro – FJP, sendo o BDMG uma de suas instituições mantenedoras. O novo órgão incorpora, no nascedouro, a equipe técnica do DEP.

²¹ Com a elaboração dos estudos regionais e setoriais sobre a economia mineira, se observou a necessidade de criação de um aparato institucional que desse maior suporte às ações fomentadoras do BDMG, contribuindo para

3.3.3 *Companhia de Distritos Industriais – CDI*

No início da década de 70, o alicerce institucional para sustentar o desenvolvimento da economia mineira estava praticamente estruturado. O BDMG, fortalecido politicamente, encontrava-se em condições financeiras relativamente sólidas para fomentar o crescimento em curso. O INDI, por sua vez, fazia-se cada vez mais presente, angariando, em decorrência de seus estudos de viabilidade e assistência técnica, a credibilidade necessária para atrair investimentos. Por fim, a FJP, recém-constituída, provia o governo estadual e as classes empresariais com estudos e pesquisas macroeconômicas que proporcionavam subsídios aos processos decisórios relativos às inversões produtivas.

Todavia, neste contexto, dois pontos ainda requeriam maior reflexão. O primeiro se refere à necessidade de maior dinamismo nas análises de viabilidade de áreas a serem transformadas em pólos de desenvolvimento – os então denominados distritos industriais. Apesar de feitas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento, por meio de seu Departamento de Industrialização, tais análises não apresentavam a agilidade necessária aos estudos e nem a sua execução.

O segundo ponto tem a ver com a constituição de instituição específica responsável pelo processo de análise de viabilidade, coordenação e execução dos assentamentos das indústrias nas áreas previamente definidas.

É então proposta a criação de uma entidade, com características autônomas, capaz de assegurar as condições infra-estruturais necessárias à implantação de indústrias interessadas em se estabelecerem em Minas Gerais. Em 1971, com a participação do BDMG em seu capital inicial, surge a Companhia de Distritos Industriais – CDI.

Com apoio irrestrito à entrada do capital estrangeiro, a CDI fortalece a promoção industrial, importante para a estruturação dos distritos industriais de Minas Gerais, cumprindo a estratégia de interiorização do desenvolvimento da economia mineira. Os primeiros distritos criados pelo órgão foram instalados em Montes Claros, Uberlândia, Uberaba, Juiz de Fora e Pirapora. Posteriormente, pressões de interesses econômicos levam à implantação de uma série de distritos industriais em cidades circunvizinhas a Belo Horizonte, como Betim, Nova Lima, Vespasiano e Santa Luzia.

3.3.4 *Centro de Assistência Gerencial – CEAG*

Devido ao aparecimento de resultados, a equipe de apoio financeiro do BDMG notou que não só os recursos logísticos, financeiros e de coordenação de assentamento das indústrias eram importantes, mas também o apoio técnico administrativo e tecnológico. O empresariado não estava, muitas vezes, preparado para proceder a gerenciamento adequado de seus negócios, apresentando conhecimentos limitados no campo da administração.

A necessidade de acompanhamento e de assistência técnica nos aspectos gerenciais e operacionais das atividades produtivas já havia sido ressaltada, há alguns anos antes, no 1º Congresso de Bancos de Desenvolvimento, onde os técnicos do BDMG juntamente com a equipe da FJP apresentaram pesquisa, realizada junto a empresas paralisadas ou que apresentavam problemas gerenciais, sobre as dificuldades de seu funcionamento. Então, como afirma Pereira Diniz (2002, p.259), “a identificação do estoque de capital ocioso e o potencial que representava na geração de empregos, produção e impostos, já justificavam a elaboração de amplo programa de recuperação e reativação das unidades industriais paralisadas”.

Tal responsabilidade é assumida pela FJP, que cria o Centro de Projetos de Desenvolvimento e o Centro de Desenvolvimento em Administração com o objetivo de elevar a produtividade da economia mineira e prover treinamento para os micro e pequenos empresários. A repercussão positiva, cada vez mais amplificada, dos trabalhos desenvolvidos pela nova estrutura da FJP ultrapassou as expectativas iniciais, ao mesmo tempo em que extrapolou as fronteiras mineiras. Demandas cada vez maiores fizeram com que a FJP desvirtuasse seus objetivos precípuos. Ante a isso, o governo Rondon Pacheco cria, por iniciativa do BDMG e da FJP, o Centro de Assistência Gerencial (CEAG) para dar vazão e profissionalização aos processos de treinamento e suporte gerencial nas áreas de interesse das micro, pequenas e médias empresas do estado de Minas Gerais.

Em 1991, o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (Cebrae)²², no qual o CEAG-MG estava inserido, foi privatizado, transformando-se na instituição que se conhece hoje como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

²² O Cebrae era um órgão da administração federal que tinha como função proceder à integração dos CEAGs estaduais.

Por fim, analisando-se ainda o final da década de 1960 em conformidade com o que afirma Diniz (1981), tem-se que o BDMG cumpriu o papel para o qual foi criado, mediante sua inserção no mercado e no desenvolvimento da economia mineira, de forma direta ou indireta, por meio de programas e/ou ações impetradas pela administração pública estadual. Para tanto, registrou-se um de seus desempenhos: a elaboração do aparato institucional que viria dar apoio à atuação do banco nas décadas próximas.

4 AS METAMORFOSES NO PAPEL DO BDMG

Neste capítulo será mostrado que, a partir da década de 70 até os dias atuais, as economias mundial e nacional passaram por momentos de euforia, de crises e também de recuperação de crises. O BDMG, sofrendo com tais oscilações, se molda para melhor se adaptar às condições econômicas vigentes, ao mesmo tempo em que trabalha junto à economia mineira tentando amenizar os impactos negativos destas flutuações.

No contexto de crescimento e desenvolvimento econômico mineiro, o BDMG se mostra participativo e atuante. Como agente de fomento do estado, junto com o aparato institucional complementar em fase final de constituição, aproveita as condições favoráveis, quando o cenário permite, ou as cria, quando não se apresentam, para implantar projetos e programas relevantes para o processo de desenvolvimento da economia.

Antes de prosseguirmos neste capítulo, cabe salientar que quatro estados da federação, além do Brasil, tiveram aqui seus dados destacados, porque eram considerados, à época, os mais relevantes para a economia nacional. O intuito é fazer desses dados base de comparação para demonstrar, em algumas tabelas que se seguem, a amplitude das oscilações ocorridas na economia mineira.

4.1 Década de 70 – a grande arrancada

O início dos anos de 1970 mostra uma economia nacional em plena fase de expansão e Minas Gerais procurando seguir o mesmo caminho.

O arcabouço institucional de apoio às operações do BDMG já se apresentava idealizado e em vias de se completar com a criação do CDI e da CEAG. As políticas de incentivos fiscais, como formas de internalizar o capital financeiro, também já haviam sido promulgadas.

No contexto macroeconômico, o período compreendido entre o final da década de 60 e o início da década de 70 mostra a reestruturação na composição dos setores produtivos da economia mineira. No início da década de 60, a economia mineira apresentava o setor primário como o de maior expressão, seguido pelo terciário e, por fim, pelo secundário. No

início da década de 70, o quadro se apresenta modificado, passando o setor secundário a ter a maior participação que o terciário.

Não obstante, outras atividades econômicas também se mostram valorizadas, em consequência de um processo produtivo mais elaborado. Ao mesmo tempo, ramos de atividades mais tradicionais, como alimentação, perdem espaço, o que aponta sinais de desenvolvimento e integração com outros estados da federação.

O viés encontrado no desenvolvimento industrial da economia mineira e que se delinea na Tabela 5, a seguir, é o de uma economia cada vez mais voltada à produção de bens intermediários e de bens de capital com pouco incremento tecnológico, mas que, no entanto, por se tratar de indústria básica, configura uma vantagem, porque seu avanço se dá, pelo menos em princípio, independentemente da orientação político-econômica brasileira.

TABELA 5
Estrutura do valor de transformação industrial mineiro nos
anos de 1959 e 1970

Tipos de Bens	Ano	
	1959	1970
Não duráveis de consumo	52,10%	37,80%
Intermediários	43,90%	51,10%
Metal mecânica	4,00%	11,10%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: DINIZ, 1981.

Tal tendência pode ser observada também quando se compara o crescimento do setor industrial mineiro com o dos principais estados da federação e com a média nacional no período que vai de 1970 a 1980. Sobre esse assunto e de acordo com a Tabela 6, a seguir, observa-se: (1) apesar do crescimento médio anual da indústria mineira ter sido significativo no primeiro quinquênio da década de 70, sua taxa ficou abaixo daquelas verificadas em outros estados e na média nacional. Todavia, no segundo quinquênio, a indústria mineira apresenta taxa média anual de crescimento maior que aquelas registradas por outros estados além de cerca de 80% maior que a média nacional; e (2) ao longo da década, a taxa média anual de crescimento da indústria mineira é a maior dentre os estados da federação, exceto a do Paraná, posicionando-se, ainda, acima da média nacional.

TABELA 6

Taxa média anual de crescimento da atividade industrial nas unidades selecionadas da federação e no Brasil no período entre 1970 e 1980 a preços constantes de 1980 - (%)

Unidade da Federação	1970-1975	1975-1980	1970-1980
Minas Gerais	10,35	13,41	11,87
São Paulo	10,60	4,24	7,37
Rio de Janeiro	7,65	5,63	6,64
Paraná	17,73	12,12	14,89
Rio Grande do Sul	15,25	7,08	11,09
Brasil	11,19	7,45	9,30

Fonte: BDMG, 2002.

A equação para explicar este fato contém três variáveis: (1) o surto de investimentos destinados ao estado mineiro, gerando crescimento virtuoso de sua industrialização – 25% do total dos investimentos industriais do país, entre 1970 e 1979, foram absorvidos por Minas Gerais; (2) a diversificação das atividades industriais; e (3) a reversão da queda verificada no setor agrícola e a ampliação da área cultivada; o que gerou como consequência, a expansão dos serviços produtivos. (DINIZ, 1981 e BDMG, 2002)

Esse crescimento é ratificado quando se analisa a participação relativa de Minas Gerais e de outros estados no PIB brasileiro em 1970 e em 1980, conforme Tabela 7. Nestes dois anos, a participação de Minas Gerais se amplia, fato ocorrido somente com o estado do Paraná. Todavia, quando se analisa a variação média da participação relativa entre os dois anos, observa-se que o crescimento da economia mineira supera o crescimento dos importantes estados listados.

TABELA 7

Participação relativa das unidades selecionadas da federação no PIB do Brasil a preços constantes nos anos de 1970 e 1980 - (%)

Unidade da Federação	Ano		Variação
	1970	1980	
Minas Gerais	8,34	9,44	13,19
São Paulo	39,36	37,66	(4,32)
Rio de Janeiro	16,70	13,55	(18,86)
Paraná	5,53	5,94	7,41
Rio Grande do Sul	8,73	8,07	(7,56)
Brasil	100,00	100,00	-

Fonte: BDMG, 2002.

Contribuíram para este patamar de crescimento: (a) existência dos recursos naturais abundantes; (b) disponibilização de infra-estrutura econômica – energia e malha rodoviária; (c) posição privilegiada de Minas Gerais em relação aos grandes centros industrializados; (d) condição solidificada da indústria metalúrgica, de cimento e extrativa mineral; (e) definição das normas de incentivos fiscais; (f) estabelecimento do tripé institucional – BDMG, CDI e INDI; (g) liderança política consolidada; (h) desconcentração da indústria paulista em processo; e (i) decadência da economia do Rio de Janeiro. (BDMG, 2002)

O ritmo foi tão intenso nesta década que, em 1972, somente os investimentos nos grandes projetos dos setores de mineração, indústria e agropecuária correspondiam a 45% do PIB mineiro.

Entre 1970 e 1974, foram aprovados 295 projetos com benefícios fiscais oriundos da Lei nº 5.261/69, gerando 72,8 mil empregos. Destes, 72,7% foram destinados à indústria minerometalúrgica e 9,3% ao setor de bens de capital e consumo duráveis. No que se refere à participação acionária destas empresas, Diniz (1981) analisa que, em 1976, 57% das 185 maiores empresas que operavam em Minas Gerais eram públicas; 23%, de capital privado nacional; e 20%, de capital privado estrangeiro.

Exemplificando o turbilhão de investimentos observado na década de 1970, programas elaborados pelo BDMG demonstram como se desenhou o revigoramento das atividades industriais em Minas Gerais.

O primeiro programa que se pode citar é referente à indústria siderúrgica que, no início da década, com o incentivo do governo federal, se mostra suscetível à modernização e à diversificação de seu parque industrial, gerando demanda cada vez maior de materiais siderúrgicos e de matéria-prima. Não seguiram este mesmo ritmo as indústrias de produção de aço, o que compeliu o governo federal à criação de programas específicos de desenvolvimento para a indústria siderúrgica nacional.

Neste cenário, Minas Gerais vê a oportunidade de desenvolvimento de seu setor minerometalúrgico voltado à agregação de valor à base mineral, o que o leva a criar um núcleo de estudos com vistas a elaborar proposições e estratégias. A ação gerou, ao seu final, o Programa Siderúrgico de Minas Gerais, com foco principal na estruturação do parque de

produtos laminados, significando, tacitamente, a implantação da Aços Minas Gerais S.A. (Açominas).

O BDMG, em parceria com o INDI, FJP, Cebrae, CEAG e Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), atua de forma decisiva no apoio ao programa nacional com a criação do seu próprio, o Programa de Integração e Expansão do Parque Siderúrgico no Estado de Minas Gerais, cujos

objetivos eram: expandir a produção de aço, segundo o previsto pelo Programa Siderúrgico Nacional; garantir atendimento ao consumo interno; consolidar a posição de Minas Gerais no âmbito da siderurgia nacional; elevar os recursos arrecadados – [Imposto sobre Circulação de Mercadoria] ICM, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto Único sobre Minerais; e criar novos empregos diretos. (BDMG, 1997, p.142)

Em termos práticos, este programa consistia em buscar fontes de recursos e incentivos fiscais, selecionar projetos voltados ao subsetor de laminados, prestar assistência técnica e prover o financiamento. Com ele, o BDMG se afirma como importante agente no desenvolvimento do setor siderúrgico, contribuindo com a implantação da planta siderúrgica da Açominas, o financiamento de projetos da Mendes Junior e o suporte às expansões da Usiminas, Aços Especiais Itabira (Acesita), Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Cimetal, Companhia Siderúrgica Pains, dentre outras, e a busca por novas jazidas pela CVRD. (BDMG, 2002)

Atento às políticas do governo federal de longo prazo para atração de recursos financeiros a fim de patrocinar investimentos e para a auto-suficiência na disponibilização de produtos siderúrgicos para o mercado nacional, o BDMG cria, junto com o citado Programa de Integração e Expansão do Parque Siderúrgico no Estado de Minas Gerais, o Programa de Metais Não-Ferrosos, ambos caracterizados pela necessidade de elevados investimentos.

O que se pretendia com o último programa indicado “era incentivar a pesquisa, a lavra e o beneficiamento do cobre, do zinco, do alumínio, do chumbo e de outros metais não-ferrosos”. (BDMG, 1997) Como exemplos, há o Projeto da Alcoa, em que o BDMG atua como financiador e investidor; da Companhia Paraibuna de Metais; da Companhia Nacional de Alumínio (Ciana) e da Mineração Morro Agudo.

Outro destaque das políticas de crescimento estabelecidas à época, agora no ramo de consumo final, é a implantação da fábrica da Fiat Automóveis.

Com o início das negociações em 1970 e a confirmação por parte da fábrica italiana de seus interesses em ampliar seu projeto no Brasil, o BDMG e o INDI prepararam um estudo sobre a economia de Minas Gerais, abordando aspectos de infra-estrutura, matéria-prima, mão-de-obra, incentivos fiscais, operações de assistência financeira, com o objetivo de demonstrar as possibilidades de investimento no estado. O êxito dos trabalhos foi selado com a assinatura de um acordo que definiu, claramente, os papéis de cada um dos participantes, sendo inaugurada, em 1976, em Betim, a Fiat Automóveis.

Dois anos depois de inaugurada, apenas 20% das peças necessárias para a montagem de um carro Fiat vinham da indústria mineira. Então, um projeto para o desenvolvimento do parque de auto-peças e para a “mineirização” de seus fornecedores foi criado. Com a participação do BDMG no apoio financeiro necessário ao projeto, o INDI prospectou, em todo o mundo, indústrias interessadas em se instalar em Minas Gerais para atender a Fiat. Hoje, aproximadamente 80 empresas estão instaladas aqui exclusivamente para fornecer autopeças para a Fiat, além de peças sobressalentes.

Dos números apresentados pelos projetos que representam a vinda da montadora para Minas Gerais, aproximadamente 30.000 empregos qualificados foram criados e cerca de R\$1,5 bilhões investidos, sendo R\$800,0 milhões oriundos de financiamentos feitos pelo BDMG. (BDMG, 1997)

Com a montadora em operação, a próxima etapa seria a criação de mecanismos que proporcionassem a internalização dos recursos auferidos pela Fiat no estado de Minas Gerais. A solução encontrada foi a criação do Fundo Fiat de Desenvolvimento que funcionou da seguinte forma: à medida que a Fiat aumentava seu faturamento e, por conseguinte, o recolhimento do ICMS, ela recebia parte destes valores, via fundo estadual denominado Programa de Indução à Modernização (Proin), que deveriam ser gastos dentro de Minas Gerais. À época, o fundo Fiat, gerido pelo BDMG, atingiu R\$160,0 milhões, que foram destinados a: (a) sanear empresas ligadas a Fiat a quais se apresentavam em dificuldades financeiras; (b) constituir empresas viáveis de interesse da Fiat; (c) substituir fornecedores; e (d) financiar capital de giro.

Na política de desenvolvimento vigente à época e na vertente dos grandes projetos não só a Fiat veio constituir o novo parque industrial mineiro, mas também a Krupp, White Martins, GM-Terex, Termocaná, Mangels, Soecom, Cauê, Coteminas, Nansen, Helibrás, Biobrás,

dentre outras, transformando, como aponta Diniz (1981), Minas Gerais em um “paraíso de multinacionais”.

Dentre os projetos financiados pelo BDMG, outros – não tão suntuosos, mas de relevância para o mercado e o desenvolvimento da economia mineira – foram elaborados, podendo-se mencionar a melhoria da infra-estrutura social e urbana da cidade de Belo Horizonte, mediante a construção da Estação Rodoviária, do Palácio das Artes, a urbanização do bairro Mangabeiras e a instalação da Via-Expressa, além da construção de estradas vicinais como as inauguradas no vale do Jequitinhonha.

Em apoio à Fundação Rural Mineira (RURALMINAS) e em parceria com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), várias obras de saneamento básico foram desenvolvidas; como consequência, Belo Horizonte e seu entorno elevou de 45,3% , em 1970, para 52,5%, em 1980, a sua representatividade relativa no PIB estadual.

Em relação à participação da agricultura no crescimento e desenvolvimento de Minas Gerais, vários foram os programas criados pelo BDMG, sendo um deles o Programa de Crédito Integrado, que se iniciou em 1972 e, de forma pioneira, consolidou os créditos vinculados ao planejamento do uso e conservação do solo na atividade agrícola. Um dos projetos previstos era a incorporação do cerrado mineiro, mais especificamente da região Oeste, considerado área improdutiva para agricultura e com poucas viabilidades econômicas.

Atualmente, o cerrado é a maior área produtora de grãos do Brasil. A idéia, inicialmente efetivada em Minas Gerais, veio a ser desenvolvida em âmbito nacional com o nome de Polocentro. Dentre os programas direcionados para o cerrado nacional e operados pelo BDMG, se destacam: (1) Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (Padap); (2) Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro); e (3) Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento do Cerrado – Prodecer.

Em nível estadual, a experiência adquirida com os trabalhos feitos em parceria com os japoneses no Prodecer fez o BDMG criar o Programa Jaíba e estruturar o Fundo Jaíba, que embora fixado e reconhecido há mais de 30 anos ainda hoje está em processo de implementação. Neste período compreendido entre os anos de 1975 e 1979, o BDMG liberou cerca de R\$ 11,7 bilhões, em valores de 2006, para o projeto em questão. (BDMG, 1997)

A partir de 1976, o BDMG recebe, mais intensamente, o retorno dos trabalhos já implementados, e o governo estadual e o banco propõem a elaboração de um programa voltado à modernização das estruturas econômicas e da industrialização.

A modernização e as conseqüentes mudanças tecnológicas ocorridas via a implantação de crédito rural e de irrigação trazem significativos benefícios para o setor e para a economia de Minas Gerais, podendo citar: (a) influência positiva na incorporação de novas terras como o cerrado – o BDMG atua não só no financiamento mas também na solução de problemas operacionais como o problema da acidez do solo – e as regiões Oeste e Nordeste; (b) melhoria da produtividade nas culturas do café na região Sul e no cerrado, por meio do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais; (c) intensificação de culturas, como a soja e o café, com capacidade de gerar excedente para exportação – Minas Gerais, neste momento, passa a deter a liderança na produção e exportação de café; (d) elevação da produção de álcool, via programa Pró-álcool; (e) otimização dos sistemas de produção agroindustriais (frutas, farelo e ração para a pecuária); (f) montagem de infra-estrutura para escoamento da produção (corredor de exportação Espírito Santo-Minas Gerais-Goias). (BDMG, 1997)

Outro ramo que também se beneficiou com as inversões ocorridas ao longo da década de 70 foi a pecuária que, estimulada pela elevação do preço e pela alavancagem da produtividade, recebeu investimentos generosos na expansão da indústria leiteira. Na pecuária de corte, a ação do BDMG também é reconhecida com o Programa de Reparcelamento e Modernização dos Frigoríficos cuja função era adequar os frigoríficos e seus matadouros com condições técnicas, sanitárias e operacionais necessárias para, em condições de igualdade com os demais estados, participarem e/ou ampliarem seu comércio nos mercados nacionais e internacionais. (DINIZ, 1981)

A produção agropecuária também contribuiu para o crescimento econômico mineiro durante a década de 70, ampliando a participação de Minas Gerais no mercado nacional. Como se observa a seguir, na Tabela 8, se comparado aos outros estados elencados, somente Minas Gerais apresenta variação positiva, e elevada, na participação relativa no produto agropecuário do Brasil, nos anos de 1970 e 1980.

TABELA 8

Participação relativa das unidades selecionadas da federação no produto agropecuário do Brasil a custo de fatores e preços correntes nos anos de 1970 e 1980 - (%)

Unidade da Federação	Ano		Variação
	1970	1980	
Minas Gerais	11,86	16,35	37,86
São Paulo	16,21	14,25	(12,09)
Rio de Janeiro	2,42	1,98	(18,18)
Paraná	12,11	11,68	(3,55)
Rio Grande do Sul	15,93	12,56	(21,16)
Brasil	100,00	100,00	-

Fonte: BDMG, 2002.

Por meio dos projetos elaborados para os setores industrial e agropecuário, ao longo da década de 70, o BDMG beneficia, indiretamente, o setor terciário. Como aponta a Tabela 9, no período compreendido entre os anos de 1970 e de 1980, Minas Gerais apresentou, não de forma destacada em relação às demais, a segunda melhor taxa entre os estados analisados e superior à taxa média anual do Brasil.

TABELA 9

Taxa média anual de crescimento da atividade terciária do Brasil nas unidades selecionadas da federação a custo de fatores e preços constantes no período entre 1970 e 1980 - (%)

Unidade da Federação	1970-1975	1875-1980	1970-1980
Minas Gerais	12,56	5,96	9,21
São Paulo	11,20	6,81	8,98
Rio de Janeiro	9,85	5,68	7,75
Paraná	13,80	4,83	9,23
Rio Grande do Sul	10,20	5,97	8,07
Brasil	10,89	7,23	9,04

Fonte: BDMG, 2002.

Enfim, a década de 70 pode ser considerada um marco no crescimento e desenvolvimento da economia mineira e nacional. As inversões de recursos internacionais foram bastante vultosas. A atuação do BDMG foi importante para manter a máquina do desenvolvimento a toda carga e levar Minas Gerais não só a recuperar o atraso, mas a saltar para um novo patamar de economia.

4.2 Década de 80 – a continuidade dos programas de incentivos

No período entre o final dos anos 70 e o início da década de 80, mudanças no cenário econômico nacional – os choques do petróleo, dos juros e do capital no mercado mundial, o esgotamento do modelo de substituição de importação e a aceleração da espiral inflacionária, que saiu de uma média anual de 40%, na década anterior, para patamares alarmantes de 1.765% em 1989 – levaram o Brasil a uma crise sem precedentes. O milagre do crescimento brasileiro se exauriu, dando lugar a fortes instabilidades e à estagnação da economia. Os investimentos e as inversões financeiras internacionais que, até então, eram as molas do desenvolvimento industrial não mais o impulsionaram de forma continuada. Como afirmam autores como Diniz e Pereira Diniz, e o próprio BDMG, a promoção do desenvolvimento industrial ficou penalizada, o controle da capacidade de articular a matriz do desenvolvimento começou a saltar das mãos do estado, o poder de fogo ante a necessidade de crescimento se tornou pouco eficaz. A mudança nos rumos das ações empresariais é notória. A necessidade de sobrevivência no mercado se torna vital, e o empresariado busca a manutenção do capital já conquistado, via mercado financeiro, em detrimento dos investimentos para o desenvolvimento. A taxa de investimento nacional em relação ao PIB brasileiro diminuiu aproximadamente 25%, entre os anos de 1970 e 1980, e em 33% entre 1970 e 1992, conforme apresenta tabela a seguir.

TABELA 10

Taxa de investimento nacional em relação ao PIB brasileiro no período entre 1970 e 1992

Anos	%	Varição da queda em relação a 1970 (%)
1970	23,5	1,0
1980	17,5	25,5
1992	15,7	33,2

Fonte: BDMG, 2002

A percepção e a intensidade desta crise refletiram de modo diferente em cada um dos estados da federação. O Paraná e o Rio Grande do Sul melhoraram sua participação relativa no PIB nacional e elevaram sua renda *per capita*, enquanto Minas Gerais, apesar de apresentar crescimento acima da média, sofrendo com a crise, perdeu espaço no PIB nacional. (BDMG, 2002)

Com a visão clara da amplitude da crise e de seus reflexos para a economia – redução dos investimentos necessários à continuidade de projetos e depreciação elevada do capital que não se recompunha ante o processo inflacionário que se aprofundava –, o governo federal, no intuito de amenizar a recessão e reverter a trajetória de queda que vinha se delineando, envida esforços para “implementar um modelo de crescimento liderado pelas exportações” (BDMG, 2002), utilizando, dentre outras ações, a efetivação de minidesvalorização cambial. O efeito então causado foi dicotômico: positivo, com *superávits* comerciais eliminando o lado nocivo da dívida que se acumulava, e negativo, com a estagnação dos fluxos de investimentos destinados ao desenvolvimento econômico.

Mesmo não apresentando números como os dos estados da região Sul do Brasil, Minas Gerais consegue amenizar os efeitos negativos da crise em decorrência, principalmente, de dois fatores que sofreram influência das ações impetradas pelo governo federal.

O primeiro fator é a estratégia adotada pelo governo federal para a retomada do crescimento econômico, a qual se fundamenta nos setores com baixo conteúdo tecnológico, voltados para a produção de bens de consumo não duráveis e intermediários, e com vantagens comparativas já definidas. Estas condições se enquadram no processo produtivo mineiro, onde 76,3% (BDMG, 1989) da produção são constituídos destes bens e suas vantagens comparativas já estavam consolidadas.

O segundo fator, que até então poderia se tornar um problema, mas posteriormente se mostrou produtora, são a representativa capacidade ociosa e a modernização em que se encontrava o parque industrial mineiro. Tais condições operacionais tornaram menos oneroso o esforço para elevação do nível das exportações. Como resultado, tem-se o incremento de 13% para 23% de participação da produção industrial mineira na pauta das exportações, enquanto a produção destinada ao mercado interno apresentava queda.

Neste período, também o BDMG se vê negativamente influenciado. Condições no âmbito nacional, principalmente referentes às decisões do BNDES, levam a instituição, se não a limitar, pelo menos a buscar novas alternativas para aportar recursos e proceder à continuidade dos trabalhos. Já ocorria a redução na contratação de novas operações, observada em decorrência da perda da hegemonia nos repasses do Finame, e a redução do fluxo de capital destinado aos investimentos contratados.

No âmbito estadual, junto com a elevação do inadimplemento financeiro de seus devedores, ocasionando a obrigatoriedade da rolagem ou renegociação da dívida, o BDMG sofre com as inconstâncias nos aportes de capital patrocinados pelo tesouro estadual mineiro. Com base na Tabela 11, a seguir, se observa que, do início das operações do banco até 1967, o aporte de capital era praticamente do tesouro estadual. Com o êxito das negociações com o BNDE e Finame, esse aporte se torna, apesar de variável, bastante significativo, ocorrendo durante todo o auge da economia nacional, ou seja, de 1968 até 1979. A partir de 1980, o quadro de desenvolvimento da economia se reverte, a recessão se instala, e os recursos do agora BNDES cessam, permanecendo, até 1982, o aporte exclusivo do tesouro estadual. De 1983 a 1998, considerado o período mais crítico para a instituição, não há entrada de recursos financeiros a título de aporte de capital, exceto nos anos de 1991, 1992 e 1995. Na tentativa de resgatar o BDMG da posição pouco confortável em que se encontrava, o governo Itamar Franco aporta, nos anos de 1999, 2000 e 2001, valores significativos, e a partir daí estas inversões não mais acontecem.

TABELA 11
Recursos recebidos do tesouro estadual, pelo BDMG, a título de capitalização, no período entre 1962 e 2005 - (milhares de US\$ de 2006)

Anos	Do Tesouro	Anos	Do Tesouro
1962	1.474	1984	-
1963	1.469	1985	-
1964	4.348	1986	-
1965	5.966	1987	-
1966	1.254	1988	-
1967	4.717	1989	-
1968	20.611	1990	-
1969	59.876	1991	7.784
1970	18.891	1992	21.861
1971	12.405	1993	-
1972	18.671	1994	-
1973	33.753	1995	2.249
1974	59.403	1996	-
1975	32.938	1997	-
1976	39.334	1998	-
1977	14.752	1999	8.844
1978	47.960	2000	31.041
1979	20.688	2001	17.753
1980	6.105	2002	-
1981	2.668	2003	-
1982	7.451	2004	-
1983	-	2005	-
		Total	504.267

Fonte: BDMG, 1994.

No âmbito nacional, a decisão do BNDES de diminuir os repasses aos bancos de desenvolvimento é associada à oferta de possibilidade de efetivação destas operações para as instituições financeiras comerciais.

O objetivo de tal mudança era dilatar a base de instituições credenciadas, ampliando a oferta de financiamento, necessário para o momento em que a economia vivia. O BDMG, por sua vez, compreendeu esta ação como um descolamento do objetivo principal do repasse, que era aplicar recursos financeiros, por parte das instituições de fomento, em operações de risco pouco rentáveis. Por outro lado, externou que a aplicação destes recursos, por parte dos bancos comerciais, seguiria uma linha contrária, qual seja, de operações de baixo risco, rentáveis e sem a preocupação de prover o desenvolvimento. (BDMG, 1997)

Para suplantar estas adversidades e se manter no mercado, foi fundamental a busca de novas fontes de captação de recursos. A forma encontrada – não só pelo BDMG, mas por outros bancos de desenvolvimento –, foi se adequar aos novos tempos, desvirtuando, em parte, suas funções precípua, ou seja, não só o fomento ao desenvolvimento era importante, mas a preocupação com a rentabilidade/lucro seria, a partir daquele momento, mais uma variável a ser considerada na composição da viabilidade das operações de investimento, assim como a redução de operações de longo prazo e o incentivo a operações de baixo risco. Essa reestruturação, ocorrida em meados de 1985, muniu o BDMG de condições para atuar no mercado interno, por meio de consórcios bancários, captação de recursos vindos da iniciativa privada, dentre eles, os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs²³; e no mercado externo, mediante a busca de operações financeiras pautadas pela Resolução nº 63 do Conselho Monetário Nacional²⁴ e pela Lei nº 4.131²⁵.

Quando se analisa a instituição perante o novo cenário, observa-se clara mudança de seus objetivos, que, até então, consubstanciavam suas ações. Apesar da manutenção, principalmente, de suas características desenvolvimentistas e do apoio, ainda mais incisivo, a projetos de infra-estrutura às micro e pequenas empresas, e também da elaboração de estudos setoriais, se descortinou um novo filão para o banco: (1) busca pela ampliação da carteira de

²³ CDB – título com o objetivo de captar recursos financeiros no mercado nacional, é emitido por bancos comerciais, de investimentos, de desenvolvimento e múltiplos que tenham esta carteira. (FORTUNA, 2002)

²⁴ A Resolução nº 63 do Conselho Monetário Nacional regulamenta empréstimo externo cuja intermediação se faz por meio de uma instituição financeira autorizada e com sede no país. (FORTUNA, 2002)

²⁵ A Lei federal nº 4.131 regulamenta empréstimo externo onde o banco no exterior concede os recursos diretamente a uma empresa brasileira. (FORTUNA, 2002)

cliente para dar maior sustentabilidade às operações; (2) atuação em projetos importantes sobre o ponto de vista estratégico; (3) inserção no mercado de capitais; e (4) busca por um inter-relacionamento entre economia e população por meio de projetos e ações culturais, talvez sendo este o objetivo que mais desvirtuou dos anteriores.

Conforme o Relatório Minas do Século XXI (BDMG, 2002), que analisa o novo rumo tomado, essa reestruturação ou adequação ao novo momento econômico, distancia, mas não elimina definitivamente as funções anteriormente conferidas. Prova disso é a continuidade de estudos e programas relevantes para a economia mineira, podendo citar: (a) expansão do sistema Cemig com financiamentos para as hidroelétricas de São Simão e Emborcação e para a termoelétrica de Igarapé; (b) programa de reflorestamento, com implantação e reforma de florestas, para suprimento de matéria-prima usada em diversos setores industriais – considerado pelo BID um programa modelo na área de meio ambiente; (c) apoio ao complexo químico do Triângulo Mineiro; (d) expansão de projetos siderúrgicos; e (e) estabelecimento de programas de desenvolvimento da infra-estrutura urbana nos municípios mineiros.

Outro caminho enveredado pelo BDMG foi o mercado de capitais. Com a idéia de que, naquele momento, buscar sócios era mais garantido do que captar empréstimos para efetivação de investimentos, essa época foi fértil para o lançamento no mercado de ações de companhias mineiras por meio de *underwriting*²⁶. Esta operação se iniciou em 1984 com a abertura do capital da Cedro Cachoeira – empresa centenária e com capital muito pouco pulverizado, posteriormente, ocorreram os lançamentos da Brasinca, Sid Informática, Itaunense, Papel Simão e Paraibuna de Metais. Outra operação de grande vulto em que o BDMG atuou como coordenador *block trade*²⁷ foi a colocação no mercado de 26 bilhões de ações preferenciais da Cemig, no final da década de 80 e início da década de 90. (PEREIRA DINIZ, 2002)

Interessante observar que mesmo apresentando transformações de cunho estrutural –captação de recursos, adaptação às suas novas funções e readequação de suas antigas funções –, o BDMG continua atuando como patrocinador de instituições – como INDI, FJP, CEAG e

²⁶ *Underwriting* é a intermediação para “colocação (lançamento) ou distribuição, no mercado, de capital de ações, debêntures ou outro título imobiliário qualquer para investimento ou revenda no mercado de capitais, recebendo [com isso] uma comissão pelos serviços prestados, proporcional ao volume do lançamento.” (FORTUNA, 2002)

²⁷ *Block Trade* é a colocação no mercado de um lote de ações ou debêntures de um ou mais acionistas por meio de leilão.

Escritórios Regionais de Desenvolvimento – que proporcionam suporte a projetos de desenvolvimento.

Mesmo diante deste cenário econômico, nacional e estadual, desfavorável, a economia mineira se consolida como a maior produtora e exportadora nacional de café, maior rebanho bovino e maior produtora de leite do Brasil.

Combalido, o BDMG altera sua forma de atuação para, ainda fazendo frente aos projetos tradicionais, abarcar novos mercados, como o de capitais, e atuar também na capitalização de empresas com dificuldades financeiras.

A consequência desta nova atuação foi a permanência no mercado dos setores econômicos mineiros consolidados, sem ocorrência de grandes flutuações financeiras, preparados para decolarem mais rapidamente rumo ao desenvolvimento, quando o quadro econômico brasileiro e mineiro se mostrar positivo. (BDMG, 1997)

4.3 Década de 90 – o desafio da sobrevivência

A década de 90 foi marcada por uma economia notabilizada por transformações do modelo vigente. Adaptações necessárias, a serem explicitadas a seguir, foram feitas para uma trajetória mais condizente com o momento. O BDMG, por sua vez, assim como na década anterior, buscou sua adequação ao mercado para dar continuidade à sua condição de provedor de recursos no processo de desenvolvimento da economia mineira.

Para contextualizar este cenário, é prudente observar os fatos ocorridos em três momentos distintos: o primeiro compreendendo o início da década até junho de 1994; o segundo se concentrando a partir de junho de 1994, quando ocorreu a implantação do Plano Real²⁸, até o final da década; e o terceiro contemplando o mercado nacional enquanto participante do complexo mundial ao longo de todo o período.

O primeiro momento é caracterizado pelo agravamento da crise econômica nacional. A subida de Fernando Collor de Melo ao governo central, como presidente da República, se notabiliza,

²⁸ Plano Real – de cunho econômico, teve por objetivo proceder à estabilidade da economia com vistas a redução da taxa de inflação; redução ou estagnação do crescimento do déficit público e a finalização, se não a amenização, da ciranda financeira, para retomar os rumos do crescimento econômico sustentável.

entre outras coisas, pela extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA e do Instituto Brasileiro do Café – IBC, parceiros do BDMG em negociações em que garantia aval e fiança para estes institutos. A extinção produziu impacto negativo junto ao banco, porque o não-reconhecimento, por parte do governo federal, da dívida financeira dos institutos levou o BDMG a sérios problemas de solvência, resolvidos por meio de captação diária de recursos para seus refinanciamentos.

Ao mesmo tempo, tem-se a instabilidade econômica ocasionada pelas altas taxas de inflação que depreciam, de forma contundente, os capitais das empresas, fazendo com que busquem a possibilidade de assegurar os mesmos níveis de seu poder de compra via aplicações especulativas em detrimento aos investimentos produtivos. Considerando o lado do governo estadual, verifica-se debilidade na arrecadação de impostos e elevação substancial do déficit público²⁹, o que ocasiona baixa qualidade dos serviços prestados, principalmente às classes menos favorecidas, e restrição na aplicação de recursos em políticas sociais e de infraestrutura.

Sobre o período, autores como Diniz (1981) e Pereira Diniz (2002) afirmam que o modelo de desenvolvimento até então utilizado já não se apresenta eficiente. O próprio governo, ciente de tal fato, busca soluções para dar prosseguimento ao crescimento econômico, “incorporando à sua agenda política questões como a modernização e a reestruturação do Estado, especialmente a partir de 1993.” (BDMG, 1997, p.199)

No segundo momento, tem-se nova configuração da economia, fundada na estabilidade política e econômica.

Uma vez atingida a estabilidade, as condições se apresentam propícias para a desregulamentação e desestatização, para a inibição de políticas protecionistas, até então necessárias em decorrência do cenário recessivo, para a reestruturação – leia-se aqui redução – do setor público e também propícias para as reformas constitucionais.

A economia, neste período, caracteriza-se pela estabilização dos índices gerais de preços; pela retomada, ao menos em parte, da análise para revisão das estratégias de investimentos; pelo reposicionamento do governo quanto à sua participação efetiva no cenário econômico; e pela renegociação da dívida dos estados.

²⁹ Apesar de notabilizado a partir de 1980, foi na década de 90 que ocorreu seu agravamento.

Com relação ao mercado externo, essa recuperação econômica favoreceu a reversão dos fluxos de capitais externos para o país, o que pode ser classificado como uma condição para a retomada do desenvolvimento.

No terceiro momento, o cenário nacional apresenta melhorias nos processos produtivos, na logística da distribuição, na alocação de recursos, na regulação e no regime de incentivos, com o objetivo da inserção no livre-mercado econômico internacional.

Essa “onda liberalizante”, como aponta o diagnóstico chamado Minas Gerais do Século XXI (BDMG, 2002), decorre da metamorfose ocorrida nos mercados. A necessidade de ampliação das fronteiras comerciais para suprir as limitações da produção e da comercialização no mercado nacional proporciona um embate na integração entre a economia nacional (empresas são levadas a disputar entre si mercados e – pode parecer contraditório, mas não é – a promover a crescente regionalização dos mercados) e a economia internacional (busca da consolidação do Mercosul). É a globalização configurando um novo modelo de desenvolvimento.

Minas Gerais, por sua vez, é acometido pela mesma dinâmica. Apesar da posição geográfica privilegiada, pois liga o estado de São Paulo aos estados da região Norte e Nordeste do Brasil, e de apresentar aumento de participação no mercado interno, Minas Gerais demonstra debilidade em seu crescimento.

Corroborando tal afirmação, tem-se o declínio acentuado no desempenho de setores como o agropecuário – principalmente o do complexo cafeeiro e lácteo, destaque nacional –, e a posição pouco vantajosa das cadeias químicas e de eletroeletrônica, principalmente, uma vez que sua participação é pequena frente às importações.

Para exemplificar, vale citar a participação relativa do valor adicionado mineiro na pauta da produção agropecuária nacional, a qual apresentou redução de 19% ao longo da década, sendo seu período mais declinante o ocorrido após a instituição do Plano Real. As principais quedas foram verificadas na cultura do café – em consequência das oscilações do preço no mercado internacional e da entrada de novos concorrentes (Vietnã, por exemplo) –, e na produção de leite – Minas Gerais é o principal produtor do Brasil – decorrentes da estabilização monetária, desregulamentação do mercado, fim do controle estatal sobre o preço, grande quantidade de importação do produto e necessidade de modernização e especialização da produção por motivo de baixa produtividade. (BDMG, 2002)

O BDMG enfrenta seu pior momento tanto como instituição quanto como fomentador do desenvolvimento, sendo acometido, no início da década, por fatores diferentes daqueles que o atingiram no segundo quinquênio da década, mas com a mesma ou até maior intensidade. (BDMG, 2002)

No primeiro quinquênio da década de 1990, o governo federal produziu fortes pressões para transformar o BDMG, como já havia acontecido com outros bancos de desenvolvimento, em agência não financeira de fomento, com o objetivo de amenizar impactos e limitar as ações destas instituições. Ao mesmo tempo, este mesmo governo, não reconhecendo os débitos adquiridos pelos institutos IBC e IAA, proporciona ao BDMG a redução dos recursos para promoção das suas ações desenvolvimentistas. (BDMG, 2002)

No segundo quinquênio da mesma década, o BDMG ainda se vê às voltas com: (1) descontinuidade, a partir de 1982, no recebimento de recursos financeiros para o aporte de capital – os aportes ocorridos nos anos de 1991, 1992, 1995 e 1999 não conseguem atender, de forma satisfatória, as necessidades; (2) extinção, em 1998, do FESB/FAE³⁰, considerado importante fonte de recursos financeiros – consequência da situação crítica passada pelo tesouro estadual; e (3) bloqueio temporário de R\$150 milhões para os fundos. (PEREIRA DINIZ, 2007)

Neste período, o patrimônio do banco se reduz de forma drástica, chegando, em 1998, a seu menor valor, R\$ 26 milhões. Contribuíram para esta redução: (1) a pulverização na alocação de recursos oriundos do BNDES, para outros bancos, ocorrida a partir da década de 80; (2) a limitação na captação de recursos no mercado; (3) o inadimplemento bastante acentuado dos projetos, tanto do setor estatal quanto do setor privado, em decorrência da crise instalada na economia; e (6) a queda na demanda por investimentos.

Descapitalizado e sem condições de assumir grandes compromissos, o BDMG investe em trabalho introspectivo, consolidando sua posição financeira e estrutura operacional para, posteriormente, retomar as operações. Finalizada sua reestruturação interna, o banco parte em busca de novos recursos no mercado internacional – cujo foco foram as agências multilaterais de crédito – e no mercado nacional – mais especificamente dentro do próprio estado, quando a solução veio do governo de Hélio Garcia, que conduziu o BDMG à função de gestor de vários

³⁰ FESB/FAE – Fundo Estadual de Saneamento Básico e Fundo de Financiamento para Água e Esgoto, providos com recursos destinados ao saneamento básico, foram extintos em 1998; seu patrimônio de R\$658 milhões foi pulverizado entre diversas instituições, cabendo ao BDMG a quantia de R\$10 milhões.

fundos, proporcionando melhora significativa nas condições para a reconstituição do patrimônio do banco.

Estes fundos, caracterizados pela limitação na alocação de seus recursos, uma vez que são constituídos com fins específicos, são provedores de recursos de médio e longo prazo, e como tal, permitiriam ao banco, então, apoiar e incentivar projetos que apresentassem efetiva contribuição para o crescimento da economia mineira. Com recursos fiscais e parafiscais de Minas Gerais e de organismos internacionais, estes fundos atribuíram ao BDMG, além da tarefa de atuar como agente financeiro, a de elaborar uma pré-seleção, desenvolver uma análise criteriosa e proceder à fiscalização dos programas a serem beneficiados.

Com isso, o BDMG se estrutura com as condições necessárias para executar as diretrizes que lhe foram atribuídas pelo Plano Estratégico³¹: a primeira, sua readequação organizacional, com vistas a fortalecer sua estrutura operacional; a segunda, promover o provimento necessário para investimento na modernização das micro e pequenas empresas; e a terceira, trabalhar em prol da melhoria do saneamento básico e da infra-estrutura urbana, dando apoio à estruturação das prefeituras de pequeno porte.

Portanto, diante do cenário caracterizado pela globalização, liberalização dos mercados, disponibilização de recursos necessários para desenvolvimento de projetos, estabilização inflacionária, estratégias de atuação traçadas e dilatado conhecimento da economia mineira, o BDMG se desloca das características de banco de investimento – que, por necessidade, o acometera na década anterior – e parte para a retomada de seus projetos originais.

Os projetos desenvolvidos pelo banco nesta década de 1990, embora localizados e setorizados, visavam à profissionalização das empresas mineiras de pequeno e médio porte, dando-lhes grau de competitividade para fazer frente ao mercado interno e externo. Com recursos disponibilizados pelo BNDES, através de política nacional, e com o apoio do SEBRAE - MG, o BDMG investe na melhoria da capacitação gerencial, ampliação da qualidade dos produtos, produtividade, introdução de tecnologias mais avançadas, especialização da força de trabalho e abertura de novas vagas de emprego, ao mesmo tempo em que se preocupa com a busca de financiamentos para capital de giro, vislumbrando

³¹ Plano Estratégico – elaborado pelo BDMG entre 1995 e 1998, este instrumento de gerenciamento empresarial tem o objetivo de nortear as atividades da instituição e suas ações de fomento. (BDMG, 2002)

solução para o endividamento e a recomposição do capital destas empresas, ocasionados pela depreciação patrimonial decorrente da época inflacionária.

No setor industrial, o BDMG, pautado em fundos como Pró-Indústria³², Fundo Mega³³, Proim³⁴ e Fundiest³⁵, tenta dar continuidade aos projetos de incentivo à implantação de novas frentes produtivas em Minas Gerais. Setores estratégicos, como o siderúrgico, foram priorizados dentro dos projetos analisados; também o setor de autopeças foi beneficiado com o apoio à “mineirização” da produção da Fiat. Os setores laticinista, de curtume, eletroeletrônica, têxtil, de confecções e de móveis receberam projetos de incentivo à transferência de tecnologia e à modernização dos equipamentos de produção.

O que nas décadas anteriores era feito em grande monta, na década de 1990 se retrai, com a redução na oferta de recursos financeiros. Os projetos de infra-estrutura não conseguem seguir os níveis de investimentos anteriores.

Deste período, um dos principais projetos do BDMG foi o gerenciamento – feito pelo banco – do Fundo SOMMA³⁶ que, com o intuito de amenizar as desigualdades regionais, teve por objetivo “[...] financiar projetos de desenvolvimento institucional, saneamento básico e ambiental, infra-estrutura urbana e de expansão da capacidade de investimento dos municípios de Minas Gerais.” (BDMG, 1997) Cabe lembrar que este programa auxiliou o banco a compor parte de seu capital, pois o retorno dos recursos deste financiamento era revertido para seu patrimônio.

Conforme demonstrado no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI³⁷, o Programa de Ciência e Tecnologia, prioridade do BDMG em sintonia com o governo

³² Pró-Indústria – Programa de Integração e Diversificação Industrial instituído pelo Decreto estadual nº 30.332, de 25 de outubro de 1989. “(...) propicia o financiamento do capital de giro às empresas em processo de expansão de sua capacidade produtiva ou de instalação no Estado (...)” (BDMG, 1997)

³³ Fundo Mega – “direcionado para os setores automobilísticos, agroindustrial, e eletroeletrônico, considerados ‘prioritários e estruturantes’ [...]”. (BDMG, 1997)

³⁴ Proim – Programa de Indução à Modernização cujo foco é a aquisição de máquinas e equipamentos e suas instalações; junto ao Fundo Mega foram responsáveis pela vinda da Mercedes Benz para o Estado.

³⁵ Fundiest – Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas, voltado à atração de investimentos produtivos para o estado.

³⁶ Programa Somma – Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização de Municípios era um fundo cujos recursos originavam do Banco Mundial, com cerca de US\$150 milhões, e do governo estadual, com outros US\$150 milhões.

³⁷ PMDI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, exclusivo de Minas Gerais, é uma das peças desenvolvidas pelo governo estadual, sem vigência determinada, cujo objetivo é a formulação estratégica de longo prazo.

estadual, buscou o desenvolvimento do parque tecnológico e a atualização da indústria. Para cumprir esta priorização, foi promulgado o Decreto nº 30.332, de 25 de outubro de 1989, criando o Programa de Integração e Diversificação Industrial – Pró-Indústria. Com recursos do estado e tendo como agente financeiro o BDMG, este programa foi um importante incentivo para a instalação de novas empresas e para a utilização da própria matéria-prima mineira na indústria de transformação do estado.

Outro fundo também gerido pelo BDMG foi o Prosam³⁸ que, com investimentos na ordem de US\$308 milhões por período de três anos, visava resgatar e revitalizar as regiões urbanas deterioradas dos ribeirões Arruda e do Onça, melhorar a qualidade das águas do Rio das Velhas, canalizar e melhorar a infra-estrutura para controle do esgoto e construir avenidas sanitárias e rodovias paralelas aos ribeirões.

O BDMG manteve sua atuação, pelo menos em parte, também no setor terciário, contribuindo para o incentivo à indústria de turismo com programas de criação e expansão do “[...] sistema de transporte de carga e passageiros, transporte aéreo, radiodifusão, construção civil e pesada, empreendimento no ramo editorial e gráfico, educação e outras modalidades de prestação de serviços [...]”. (BDMG, 1997, p.196)

Representando o estado de Minas Gerais, como administrador na recuperação de ativos do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. (BEMGE) e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Credireal), no período entre 1999 e maio de 2002, o BDMG consegue reaver o total de R\$453 milhões.

Enfim, a condição estabelecida pelo governo federal de não honrar, pelo menos em princípio, os compromissos feitos entre o BDMG, o IAA e o IBC; a vontade de transformar o banco em agência de fomento; a queda de seu patrimônio em decorrência da instabilidade econômica, no início da década; e da extinção de fundos importantes, como o FESB/FAE e o bloqueio de repasse para alguns fundos, na segunda metade da década, foram alguns dos percalços que afetaram os rumos da instituição, mas, ao mesmo tempo, consolidaram sua posição no estado.

Como mostra a Tabela 12, a seguir, a taxa média anual de crescimento do PIB para Minas Gerais foi de 2,86%, se comparados os anos de 1990 e de 1999, o que representou

³⁸ Prosam – Fundo de Saneamento Ambiental dos Ribeirões Arrudas e Onça na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

desempenho maior que a média nacional e, menor somente que os números apresentados pelo Rio de Janeiro.

TABELA 12

Taxa média anual de crescimento do PIB no período de 1990 e 1999 nas unidades selecionadas da federação e do Brasil a preços constantes de 2001

Unidade da Federação	R\$ milhões de 2001		Taxa de Crescimento - média anual - (%) 1990-1999
	1990	1999	
Minas Gerais	83.503,83	107.662,57	2,86
São Paulo	332.587,80	390.835,50	1,81
Rio de Janeiro	97.548,72	131.396,19	3,37
Paraná	57.006,49	70.876,19	2,45
Rio Grande do Sul	73.076,59	86.635,48	1,91
Brasil	898.440,21	1.118.383,95	2,46

Fonte: BDMG, 2002.

Como visto, a instituição não estacionou, mesmo com as flutuações na economia. O BDMG se transformou para atender as necessidades do estado de Minas Gerais ante a um cenário onde a globalização, os mercados locais consolidados e a “livre” concorrência se tornaram a tônica e, portanto, a eficiência, a produtividade, a atualização tecnológica e a redução de custos passam a ser o foco de sua atuação.

O apoio proporcionado pelo BDMG ao desenvolvimento de Minas Gerais, mesmo com as dificuldades econômicas e financeiras desta década, pode ainda ser considerado relevante. No final de 1999, como apresenta Pereira Diniz (2007), 9.404 oportunidades de empregos foram criadas pelos programas do banco. O total de ativos aplicado somou R\$1.876 bilhões, sendo R\$1.419 bilhões em operações com recursos de fundos estaduais de desenvolvimento e R\$457 milhões em operações de repasses.

4.4 Novo milênio – novas perspectivas

Os ajustamentos estruturais e operacionais ocorridos no BDMG durante a década de 90 foram necessários na medida em que se vislumbraram mutações significativas do cenário econômico nacional e internacional. Mesmo com a debilidade financeira decorrente da perda de seu patrimônio líquido, durante os anos 90, e a promulgação, em 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), impondo limites que impossibilitaram determinadas

operações financeiras, principalmente com o estado – como, por exemplo, a gestão de fundos, cujo patrimônio somava, na época, R\$545 milhões –, o banco manteve a política de orientação do governo estadual de produzir para o desenvolvimento da economia mineira.

Como afirma Pereira Diniz (2007), o início deste novo milênio é marcado pelas operações tradicionais. Pautado principalmente nos recursos financeiros oriundos da gestão de fundos, merecem menção: (1) a implantação do pólo automotivo de Juiz de Fora, originando a vinda da Mercedes Benz; (2) a consolidação do parque automotivo da Fiat Automóveis no pólo automotivo de Betim e Sete Lagoas; (3) o desenvolvimento do pólo eletrônico de Varginha com financiamentos para a Philips do Brasil, Mineração Curimbada, Unifi do Brasil, dentre outras; (4) a melhoria das condições econômicas do Norte de Minas Gerais com financiamentos para a Companhia de Tecidos Norte de Minas, em Montes Claros, por exemplo; (5) os incentivos às indústrias cimenteiras nos municípios de Pedro Leopoldo e Ijaci, com financiamento para a Camargo Correa Cimento S.A. e outras; e (6) os financiamentos à Sapitel (placas de madeira), Uniminas (textil) e Plantar (reflorestamento).

Como forma de diversificação das estratégias para melhoria do quadro econômico de Minas Gerais, o banco participa da política do governo estadual voltada à criação de operações destinadas às pequenas e médias empresas, reconhecidas como as maiores geradoras de postos de trabalho e de renda de Minas Gerais. Para isso, os investimentos foram pulverizados em níveis municipais e regionais com programas como Geraminas³⁹, Geracontábil⁴⁰ e Credipop⁴¹, dentre outros, cujos recursos eram provenientes do Fundese⁴².

Seguindo a recente estratégia de programas em conformidade com as políticas elaboradas pelo governo e pelo BDMG, a instituição apresenta números expressivos, como os de 2001, quando 91,7% dos clientes atendidos pertenciam ao segmento das micro e pequenas empresas; 3,5% de empresas de médio e de grande porte; e 4,8% de municípios; R\$594,5

³⁹ Geraminas é uma linha de crédito direcionada às micro e pequenas empresas e cooperativas que precisam estruturar seus negócios. Os empréstimos podem ser direcionados ao capital de giro ou investimentos em expansão, readequação ou modernização de suas instalações, equipamentos e produtos ou serviços. Em 2003, o BDMG liberou R\$82,2 milhões. (BDMG, 2004)

⁴⁰ Geracontábil – programa cujo objetivo é dar apoio financeiro à modernização e reestruturação de escritórios de contabilidade.

⁴¹ Credipop – programa voltado ao financiamento para crédito popular, de forma ágil e eficaz, destinado ao microempreendedor. Em 2003 o BDMG liberou R\$2,4 milhões. (BDMG, 2004)

⁴² Fundese – Fundo de Desenvolvimento Sócioeconômico do Estado de Minas Gerais, criado em 1994 com o objetivo de dar suporte financeiro a programas de fomento e desenvolvimento de médias, pequenas e microempresas e de cooperativas localizadas no Estado de Minas Gerais.

milhões liberados e saldo de aplicação de R\$1,64 bilhão. Estes resultados se tornam ainda mais significativos em 2002, quando 95,9% pertencem às micro e pequenas empresas; 3,5% de empresas médias e de grande porte; e apenas 0,6% de municípios; R\$549,2 milhões liberados e saldo de aplicação de R\$ 2,3 bilhões. (PEREIRA DINIZ, 2007)

Outros programas foram desenvolvidos pelo BDMG no início da nova década, cujos objetivos não eram os tradicionais, mas com vistas ao desenvolvimento da economia mineira e que deram continuidade à ampliação de sua carteira, cabe citar: (1) Programa Emergencial para o Sul de Minas Gerais, com o fim de fornecer assistência financeira aos municípios atingidos pelas chuvas no ano de 2000; (2) Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Tancredo Neves – Pró-Confins, para promover o aeroporto como centro de movimentação de carga e passageiro; (3) Modelo Econométrico de Insumo Produto, para desenvolver estrutura de dados como base para estudos regionais; (4) Programa de Financiamento para o Plantio de Florestas de Uso Industrial, voltado à criação de florestas com objetivos industriais; (5) Zona da Mata – Diagnóstico e Indicações de Ações Prioritárias para o seu Desenvolvimento, com o objetivo de estudar a região, detectar suas potencialidades e propor mecanismos estratégicos para seu desenvolvimento; (6) Cadernos BDMG, periódicos que se destinam à ampliação e disseminação do conhecimento sobre a economia regional; e (7) Novo Somma, programa para o desenvolvimento da infra-estrutura básica e institucional dos municípios mineiros.

No ano de 2003, o banco se envolve com as diretrizes governamentais e elabora programas específicos para os projetos estruturadores, dentre eles: (a) Programa Jaíba II, para irrigação de 17.000 hectares de área plantada; (b) Programa de Incentivo à Competitividade das Empresas Mineiras, para o financiamento de pequenas e médias empresas com vista à modernização tecnológica, gerencial e mercadológica voltada à ampliação da competitividade nos mercados nacional e internacional; e (c) Sub-Programa Facilita Minas, que, inserido ao programa anteriormente citado, tem a função de criar um ambiente favorável nas relações entre o estado mineiro e empresa. Na área turística, o BDMG criou o Programa de Desenvolvimento de Empreendimentos da Estrada Real, financiando investimentos em capital fixo para implantação, expansão e modernização dos estabelecimentos de pequeno e médio porte localizados ao longo da Estrada Real. Neste ano, R\$96,6 milhões do total dos recursos liberados foram destinados a financiamentos para micro e pequenas empresas. (BDMG, 2004)

Em 2004, além de dar prosseguimento aos trabalhos iniciados no ano anterior, o banco enfatiza seus programas em setores como os do complexo metal-mecânico⁴³, os quais obtiveram 47% dos financiamentos aprovados; de serviços, 30%; a cadeia produtiva da construção civil⁴⁴, 6%; e a cadeia produtiva agroindustrial⁴⁵, 10%. Para as micro e pequenas empresas, o valor destinado aos financiamentos atingiu 15% do total dos recursos liberados e 86% do número total das operações. (BDMG, 2005)

No ano de 2005, apesar de o mercado nacional não apresentar um crescimento vigoroso, Minas Gerais o fez. Cumprindo a mesma orientação do ano anterior, tem-se ainda a priorização de alguns setores. Do total dos valores liberados para financiamentos, foi assim distribuído o percentual: para o setor metal-mecânico, 37%; para os serviços, 25%; para a cadeia produtiva da construção civil, 6%; e para a cadeia produtiva agroindustrial, 22%. Para as micro e pequenas empresas, o percentual dos valores liberados equivaleu a 18%. (BDMG, 2006)

Dentre os programas implementados, considerando que diversos deles se encontravam em andamento, cabe destacar os programas: (a) Produção Mais Limpa, com vista à redução de resíduos poluidores; (b) Setor de Laticínios – Atendimento às Normas Ambientais e Sanitárias; (c) Adequação Ambiental dos Postos de Distribuição de Combustível; e (d) Bioindústria e Fármacos, destinados à melhoria na produtividade e competitividade destas empresas. Quanto aos Projetos Estruturados, o BDMG mantém sua participação com financiamentos, apoio logístico e de infra-estrutura. (BDMG, 2006)

No ano de 2006, os financiamentos liberados seguiram o mesmo foco. Para o setor do agronegócio foram destinados 20% do total dos financiamentos liberados, onde se destacaram os setores sucroalcooleiro, de laticínios, de lavouras permanentes e temporárias e de celulose e papel. Para o setor industrial, foram destinados 50%, principalmente para a cadeia metal-mecânica, têxtil, química e da construção civil. Para o setor terciário, comércio e serviços, foram destinados 29%, cabendo relevar os programas para a produção e distribuição de energia elétrica, logística e construção civil. Para as micro e pequenas empresas foram

⁴³ Compõem este setor as indústrias com maior valor agregado: indústria extrativa mineral, metalurgia, fabricação de máquinas e equipamentos e fabricação de transporte e autopeças.

⁴⁴ Compõem esta cadeia: indústria de madeira e móveis, fabricação de produtos minerais não metálicos e construção civil.

⁴⁵ Compõem esta cadeia: agricultura, pecuária, silvicultura, fabricação de produtos alimentícios e bebidas, fabricação de celulose e papel e indústria editorial e gráfica.

destinados 22% do total das liberações, representando 76% do total de operações realizadas. (PEREIRA DINIZ, 2007)

Em referência aos projetos estruturadores de maior relevância, neste ano a Empresa Mineira Competitiva recebeu R\$35 milhões; para o Projeto Jaiba, o montante foi de R\$23 milhões; e para o projeto da Estrada Real, R\$2 milhões.

Na relação dos programas criados, neste período, alguns merecem destaque: Programa de Incentivo às Exportações de Carne Bovina, que busca melhoria de produtividade para ampliação da competitividade no mercado internacional; Programa Suinocultura Integrada, para a expansão e o crescimento das exportações; e Programa Produtor Rural Cooperativado que estimula a ampliação da produtividade da agropecuária mineira, via financiamento para aquisição de bens e serviços necessários à modernização dos empreendimentos rurais. (BDMG, 2007)

Quando se trata da política de recomposição do patrimônio líquido do BDMG ou de captação de recursos para ampliação de projetos, nesta década atual, tem-se, necessariamente, a participação do governo estadual. Conforme Pereira Diniz (2007) e ratificado pelas demais fontes desta pesquisa, inclusive o próprio BDMG em seus relatórios anuais, o governo estadual, nos anos de 2000 e 2001, aporta R\$49 milhões a título de capital social, atingindo R\$125 milhões já no final de 2000, conforme Tabela 13, a seguir. Outras operações observadas destinadas ao aumento do patrimônio do BDMG foram a incorporação dos recursos financeiros – capital e juros – oriundos do retorno dos financiamentos contratados dos fundos estaduais, como o Somma, o Prosam, o FESB e o FUNDEURB⁴⁶, extintos em consequência das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e a reversão dos lucros acumulados em capital social.

⁴⁶ FUNDEURB – Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado em 1994, constitui o instrumento financeiro para a promoção do desenvolvimento urbano municipal no Estado de Minas Gerais.

TABELA 13
Evolução do patrimônio líquido do BDMG no período entre 1998 e 2006 a preços correntes - (milhões de R\$)

Anos	Patrimônio Líquido	Varição Anual (%)	Varição sobre 1998 (%)
1998	23,1	-	-
1999	64,5	179,2	179,2
2000	125,0	93,8	441,1
2001	173,0	38,4	648,9
2002	285,2	64,9	1.134,6
2003	411,5	44,3	1.681,4
2004	563,0	36,8	2.337,2
2005	667,4	18,5	2.789,2
2006	759,9	13,9	3.189,6

Fonte: (DINIZ, 2007) e Balanços anuais do BDMG

Analisando a composição das liberações patrocinadas pelo BDMG no decorrer desta década, observa-se que os fundos têm uma fatia bastante significativa do montante, como mostra a Tabela 14. Em 2000, dos R\$803 milhões de financiamentos liberados 90,7%, ou seja, R\$728 milhões, eram oriundos de fundos estaduais. No final de 2006, mesmo com a elevação do patrimônio e do total dos repasses, dos R\$2,9 bilhões de financiamentos cerca de R\$2,2 bilhões, ou seja, 74,3%, vinham de fundos geridos pelo banco. (BDMG, 2007b)

TABELA 14
Total de financiamentos concedidos, sua composição e o total dos recursos de fundos administrados pelo BDMG no período entre 2000 e 2006 - (milhões de R\$)

Anos	Recursos dos financiamentos (a+b)	Recursos próprios e repasses (a)	Recursos de fundos (b)	Total dos fundos geridos
2000	803,0	75,0	728,0	-
2001	1.753,0	402,0	1.351,0	-
2002	1.988,9	434,9	1.554,0	-
2003	2.306,3	554,4	1.751,9	1.996,0
2004	2.380,0	640,0	1.740,0	2.277,3
2005	2.665,2	709,6	1.955,6	2.061,9
2006	2.918,2	749,0	2.169,2	2.341,4

Fonte: (DINIZ, 2007) e Balanço anual do BDMG

Obs: (-) Informação não encontrada

Enfim, a mudança de século traz à Minas Gerais e ao BDMG novas possibilidades: o patrimônio do banco é reconstituído; os fundos geridos são importantes fontes de recursos para o financiamento de projetos e programas; o desenvolvimento de Minas Gerais é incentivado.

Por sua vez, a característica de dependência centro-periferia, presente na relação entre a economia mineira e principalmente a paulista, é transmutada para níveis elevados de complementaridade horizontal. E o apoio do BDMG, em coesão intrínseca com o governo de Minas Gerais e suas políticas públicas, tem significativa parcela de contribuição neste novo cenário.

4.5 Principais estudos realizados pelo BDMG acerca da economia mineira

Ao longo de sua história, o BDMG elaborou diversos estudos econômicos a respeito da economia mineira com o objetivo de mapear Minas Gerais para planejamento de ações da própria instituição e para direcionamento do empresariado mineiro quanto aos melhores setores para o investimento. Deste universo variado em áreas específicas, quatro grandes estudos foram elaborados, cada qual apresentando seu marco referencial e suas propostas: Ensaio sobre o Desenvolvimento Regional; Diagnóstico da Economia Mineira; Economia Mineira – 1989: Diagnóstico e Perspectivas; e Minas Gerais do Século XXI.

4.5.1 Ensaio sobre o Desenvolvimento Regional

Em fevereiro de 1965, o BDMG patrocinou, em Araxá, o 1º Congresso Brasileiro de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de discutir as condições comuns aos estados, em seus aspectos teóricos e empíricos, para o desenvolvimento regional. Para este congresso, o BDMG preparou diversos estudos sobre a economia mineira e nominou-os de Ensaio sobre o Desenvolvimento Regional⁴⁷.

⁴⁷ Compõem os ensaios: Desenvolvimento econômico e desequilíbrios regionais; Minas e sua caracterização econômica; e Diretrizes para uma política de desenvolvimento regional integrado. (BDMG, 1997)

O que se buscou revelar nestes ensaios: (1) a evolução e a perspectiva da economia mineira *per si* e no contexto nacional; (2) os problemas regionais detectados em Minas Gerais; e (3) como o setor público poderia influir na superação dos problemas do desenvolvimento.

Tanto estes ensaios quanto o congresso, além de lançarem o BDMG no cenário nacional, serviram de base e inspiração para o desenvolvimento de estudos mais pormenorizados sobre alguns setores econômicos específicos e sobre a própria economia mineira.

4.5.2 Diagnóstico da Economia Mineira

Em decorrência do congresso realizado em 1965, em Araxá, surgiu o convênio de colaboração técnica e financeira entre a Comissão Interestadual da Bacia Paraguai-Uruguaí (CIBPU)⁴⁸ e o BDMG, firmado no mesmo ano, para elaboração de um estudo mais completo e abrangente da economia mineira.

A partir daí se inicia a elaboração do Diagnóstico da Economia Mineira, que se caracteriza como o primeiro grande estudo a mapear a situação em que se encontrava a economia estadual para, posteriormente, traçar as estratégias destinadas à tirar Minas Gerais da letargia subdesenvolvimentista – conforme o próprio diagnóstico – e colocá-lo no rumo do desenvolvimento.

Finalizado em 1967, falta ao diagnóstico uma análise mais detida dos aspectos sociais – aspecto enfatizado por Hindemburgo Pereira Diniz, então presidente do BDMG –, conseqüência da ausência de um sistema de contas sociais.

Como marco da análise feita e considerando seus aspectos comparativos com os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, o diagnóstico conclui:

1 – O sistema econômico-social de Minas Gerais apresenta todas as características de subdesenvolvimento, quer no seu aparelho produtivo como no seu quadro institucional. Os sintomas mais evidentes são o predomínio da atividade agropecuária, a enorme diferença de produtividade entre o obreiro [trabalhador] rural e o urbano, o baixo grau de urbanização e a prevalência de um código de valores patrimonialistas, e, pois, arcaico. (BDMG, 1967, p.17)

⁴⁸ Comissão criada em 1950, e extinta em 1972, cujo objetivo era dar fim à deficiência na capacidade geradora do Brasil de demanda energética. Seu foco foi a bacia do Rio Paraná, devido à grande capacidade energética e à localização próxima à região de maior desenvolvimento econômico do país. Fizeram parte da comissão os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás.

As principais causas, apontadas pelo diagnóstico, da letargia observada na economia mineira são: (a) as condições de exploração apresentadas no decorrer da história, onde, o estado de Minas Gerais é expropriado durante o ciclo do ouro e o das pedras preciosas; (b) o fornecimento de materiais de baixo valor agregado, como minério de ferro e produtos primários, destinados aos estados emergentes da industrialização; (c) a pouca produção de insumos industrializados; e (d) a escassez de energia elétrica. As conclusões a que chegou este diagnóstico foram a revelação de uma economia pobre e a certeza de que o governo precisaria intervir para o seu desenvolvimento regional e estadual.

Um fato que deve ser mencionado é que o documento, Diagnóstico da Economia Mineira, não detectou a melhoria pela qual a indústria mineira passava. Tal condição não pode ser observada porque tanto a elaboração do diagnóstico quanto o desenvolvimento da economia se desenrolavam simultaneamente, ou seja, na mesma época em que era elaborado o diagnóstico, a economia mineira passava por um rearranjo em sua composição, que levou a indústria de transformação e a de bens intermediários para a base do desenvolvimento da economia mineira.

4.5.3 Economia Mineira – 1989: Diagnósticos e Perspectivas

Tempos novos, condições diferenciadas da economia nacional, novo patamar de desenvolvimento da economia de Minas Gerais – neste contexto, 22 anos após o primeiro diagnóstico, o BDMG lança mais um estudo sobre a economia mineira, denominado de Economia Mineira – 1989: Diagnóstico e Perspectivas.

O cenário nacional, naquele momento, se apresentava desfavorável para o desenvolvimento econômico. A taxa de crescimento do PIB brasileiro – que ao longo de toda a década de 1970 foi de 130%, com média anual de 8,7% – passa, no período compreendido entre 1981 e 1988, para o patamar de 21%, ou 2,5% de média ao ano. Isso poderia ser relativamente aceitável se a inflação média anual não se elevasse de 40,0%, na década de 70, para 226% no período entre 1981 e 1988.

É inquestionável que o diagnóstico elaborado anteriormente, em fins da década de 60, norteou as ações do BDMG e do governo mineiro para a busca do desenvolvimento, gerando o

chamado milagre mineiro⁴⁹. O PIB do estado, ao longo da década de 70, apresenta crescimento de cerca 200%, percentual maior que o brasileiro. Todavia, o que se diagnosticou então, nos anos de 1970, não se configurava com a mesma intensidade na década de 80. A estagnação paira sobre a economia mineira. O crescimento virtuoso que fora verificado anteriormente se transforma em condição recessiva, seguindo o mesmo caminho da economia nacional.

Este segundo diagnóstico, como é conhecido, de 1989, busca ressaltar três questões cruciais para a retomada do desenvolvimento. A primeira: revelar a incapacidade dos governos, em alguns momentos, para propor soluções aos problemas por eles enfrentados, diferentemente, por completo, do verificado há vinte anos atrás. Segunda: ratificar que o ponto nevrálgico de todos os problemas seria a quebra de paradigmas para atingir uma economia moderna, condição para a retomada do desenvolvimento. Última questão, não menos importante: elencar a necessidade de se preocupar com a relação causa e efeito sobre as condições sociais quando da implementação de ações econômicas⁵⁰.

4.5.4 Minas Gerais do Século XXI

Em 2002, 35 anos depois do primeiro diagnóstico e 13 anos após o segundo, o BDMG lança o terceiro grande estudo sobre a economia mineira, com o nome de Minas Gerais do Século XXI. Passando Minas Gerais por outra situação econômica, este diagnóstico abrange aspectos macroeconômicos com a intenção de fotografar a realidade específica do estado, suas nuances regionais e setoriais, a fim de servir, como os demais diagnósticos, de orientação para a elaboração de estratégias de trabalho para o banco, o governo estadual e os empresários.

Neste estudo, muito mais abrangente que os demais, são feitas análises da economia mineira em que são apresentadas sua trajetória e as transformações ocorridas; é tratada a relação da economia mineira com o contexto nacional e com os principais estados da federação; são abordadas as condições sociais e tecnológicas do estado; é desenvolvido o sentido de eficiência e eficácia na administração pública; e também se discute, mediante reflexão e proposição, uma visão do novo desenvolvimento.

⁴⁹ Termo resgatado do documento Economia Mineira: 1989 – diagnóstico e perspectivas.

⁵⁰ Estas questões não foram tratadas no diagnóstico anterior por motivo da precariedade dos dados à época.

5 ANÁLISE CRÍTICA DA INFLUÊNCIA DO BDMG NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA MINEIRA

Neste capítulo, muito mais do que nos outros, será abordada a evolução da economia mineira em relação à brasileira, baseando-se no esforço do BDMG, durante o decorrer de sua história, em prol dessa mesma evolução. Agora, mais importante do que definir projetos e ações implementadas pelo banco é a apresentação dos resultados alcançados neste processo de crescimento e desenvolvimento, por meio de comparações numéricas e opiniões.

Nas últimas décadas, a economia mineira e a nacional passaram por alterações significativas, demonstrando, em alguns momentos, expansão e crescimento, em outros, estagnação ou mesmo queda. A atuação do BDMG também sofre reflexos destes ciclos econômicos, praticamente em simultaneidade. A Tabela 15, a seguir, apresenta os financiamentos concedidos pela instituição, no período entre 1962 e 2006, e esclarece um pouco esta flutuação à luz dos acontecimentos econômicos.

TABELA 15

Financiamentos aprovados, recursos liberados, investimentos feitos e empregos viabilizados pelos projetos financiados pelo BDMG no período entre 1962 e 2006 a preços constantes de dezembro de 2006 - (valores em R\$ 1.000,00)

(Continua)

Anos	Aprovados	Liberados	Investimentos	Clientes Atendidos	Postos de trabalho
1962	0	0	0	ND	0
1963	6.534	4.371	13.020	ND	478
1964	24.086	7.436	47.994	ND	1.732
1965	71.181	41.199	141.833	ND	1.477
1966	38.039	25.950	75.797	ND	668
1967	79.769	20.128	158.947	ND	1.227
1968	335.025	59.740	667.567	ND	5.969
1969	393.957	131.711	784.996	ND	6.603
1970	654.848	221.034	1.304.845	ND	10.982
1971	670.774	411.555	1.336.578	ND	11.342
1972	1.305.373	382.318	2.601.074	ND	22.093
1973	1.436.258	666.294	2.861.874	ND	24.388
1974	1.850.515	899.619	3.687.318	ND	31.933
1975	2.727.576	1.441.021	4.411.029	ND	21.381
1976	3.647.626	1.909.285	5.524.374	ND	20.000
1977	2.769.357	2.045.570	5.699.513	ND	12.000
1978	3.997.376	2.455.465	6.128.271	ND	15.000
1979	2.821.888	2.027.665	5.424.669	ND	17.587
1980	2.708.597	1.663.776	4.288.856	ND	14.512

TABELA 15

Financiamentos aprovados, recursos liberados, investimentos feitos e empregos viabilizados pelos projetos financiados pelo BDMG no período entre 1962 e 2006 a preços constantes de dezembro de 2006 - (valores em R\$ 1.000,00)

(conclusão)

Anos	Aprovados	Liberados	Investimentos	Clientes Atendidos	Postos de trabalho
1981	2.367.732	1.866.666	3.735.569	ND	10.000
1982	2.706.429	2.549.365	3.375.613	ND	7.178
1983	1.600.718	1.477.475	2.171.215	ND	12.098
1984	1.555.533	1.205.444	3.661.976	ND	8.449
1985	1.163.321	904.149	1.584.740	ND	5.406
1986	1.604.403	1.436.894	2.377.098	ND	15.776
1987	2.122.908	1.698.873	2.742.428	ND	13.186
1988	1.761.169	1.055.626	2.422.579	ND	11.544
1989	610.722	565.368	1.465.648	ND	9.618
1990	322.674	490.528	484.050	ND	4.746
1991	186.884	191.452	436.460	ND	1.774
1992	213.301	195.255	774.060	ND	2.327
1993	259.707	229.329	483.678	ND	4.244
1994	192.314	270.573	458.880	ND	1.488
1995	573.422	587.170	1.244.450	ND	5.710
1996	1.437.113	934.247	5.297.741	ND	9.651
1997	1.105.943	1.339.484	2.750.122	ND	16.350
1998	1.862.450	1.292.374	5.002.950	ND	14.467
1999	636.998	816.366	2.605.595	ND	8.004
2000	838.330	801.872	1.277.000	ND	9.475
2001	905.874	549.500	1.508.506	4.007	12.236
2002	633.352	471.900	1.988.000	4.697	11.564
2003	696.527	610.210	2.306.000	4.691	11.700
2004	791.690	487.405	2.388.000	4.620	14.584
2005	ND	843.740	2.666.000	4.091	16.087
2006	ND	676.000	1.086.000	3.726	14.604
Totais R\$	51.688.293	37.285.402	100.366.911	22.106	457.034
Totais US\$	23.757.450	17.448.170	46.630.724	-	-

Fontes: BDMG. Departamento de Planejamento, Programas e Estudos Econômico, (HINDEMBURGO, 2007) e Balanços anuais do BDMG

BDMG. Relatórios Anuais
(PEREIRA DINIZ, 2007)

ND - Não Disponível

Obs: foi utilizado o dólar médio de 2006.

Para tornar mais clara a análise da Tabela 15, é prudente contextualizar os trabalhos desenvolvidos num período anterior à criação do BDMG, quando a economia mineira, necessitando se desenvolver de maneira mais consistente e estruturada, estava às voltas com o subdesenvolvimento regional que a impelia a um ritmo de crescimento e internalização de

recursos externos inferiores aos dos outros estados da federação mais desenvolvidos, como Rio de Janeiro e São Paulo.

A partir do início da década de 60, a economia mineira, mesmo incipiente, mostra sinais de melhoria. Com a criação do BDMG, mecanismo lançado para organizar e fomentar o desenvolvimento mineiro – argumento sustentado pelo governo estadual desde sua criação até a estruturação de seu arcabouço institucional, INDI, FJP, CDI, e CEAG, finalizado em 1972 –, a economia cresce, mas lentamente. Ocorre o mesmo com os valores aprovados e liberados para financiamentos concedidos pela instituição⁵¹.

A partir de 1972 e até o final da década, Minas Gerais, apesar da ocorrência de oscilações, apresenta crescimento virtuoso de sua economia. Os valores financiados pelo BDMG também respondem de forma relevante, pois nesse período a instituição dispõe de maiores volumes.

O final dos anos 70 e toda a década de 80 são marcados por queda no crescimento da economia mineira e da nacional, decorrente da elevação inflacionária, interrupção na entrada de recursos externos, dentre outros fatores. O BDMG, buscando amenizar as flutuações que se apresentam, mantém – só que em menor volume –, a disponibilização de financiamentos até os idos de 1989, quando não mais consegue seguir o ritmo. A partir daí, o banco entra num processo crítico de insolvência.

Os anos da década de 90 apresentaram marcos distintos para a economia mineira e para o BDMG. Para a economia mineira, a retomada do desenvolvimento se dá, com mais vigor, a partir da estabilização econômica iniciada em 1994. Para o BDMG, há queda significativa de seus financiamentos em decorrência, principalmente, do aumento do inadimplemento e do não-reconhecimento, por parte do governo federal, da dívida do IAA e IBC com o banco, dentre outros fatores. O ano de 1998 pode ser considerado o mais crítico em toda a existência da instituição. A partir de 1999, o governo estadual busca resgatar o BDMG da crise e reconduzi-lo à posição de agente importante no processo de desenvolvimento da economia mineira.

De maneira diferente, a trajetória da economia mineira, com a participação do BDMG, pode ser destacada pela comparação da composição do seu PIB em dois momentos distintos, conforme gráficos a seguir.

⁵¹ A expressão será referenciada, a partir de agora, apenas como financiamentos.

O Gráfico 1 representa o ano de 1949 em que o setor primário, de baixo valor agregado, participa com 49% do PIB, compreensível quando se conhece as características da economia mineira da época. A seguir estão os setores terciário, com 38%, e secundário, com 13% de participação. O Gráfico 2 representa o ano de 2003, ou seja, decorridos 54 anos, o setor terciário passa a ter maior participação, com 48%, seguido pelos setores secundário, 43%, e primário, 9%.

Estes números indicam a transformação estrutural da economia mineira na segunda metade do século passado. Dentre as variáveis que influenciaram positivamente esta nova ordem, cita-se o BDMG como importante parceiro nesta evolução. Todavia, pode-se incorrer em erro grave afirmar que o setor primário perdeu espaço para os demais. Seria correta esta análise, se inferíssemos que todos os setores cresceram; todavia os setores terciário e secundário cresceram de maneira mais acentuada que o primário.

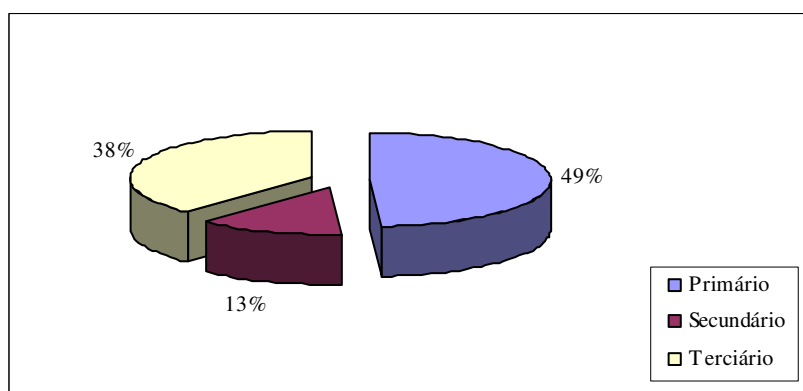


GRÁFICO 1 - Divisão da economia mineira, por setor, no ano de 1949
Fonte: (BDMG, 1977)

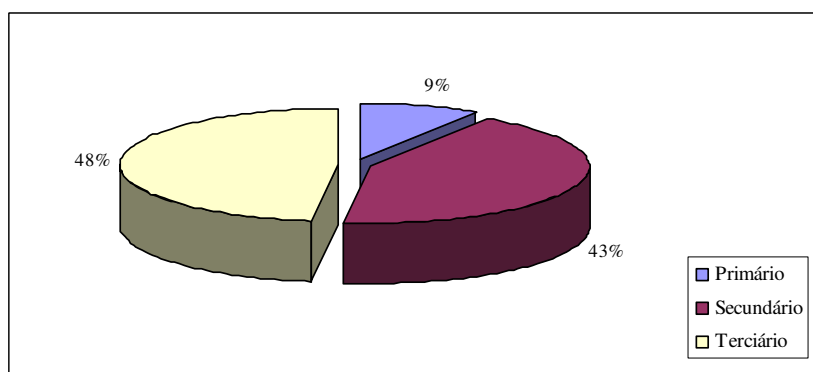


GRÁFICO 2 - Divisão da economia mineira, por setor, no ano de 2003
Fonte: (Fundação João Pinheiro, 2005)

Para finalizar este capítulo, merecem observação: primeiro, a relevância do BDMG no processo de amadurecimento da economia mineira, conforme a análise da evolução de seu PIB; segundo, a visão de alguns autores quanto a esta importância; e terceiro, a nova situação dos bancos de desenvolvimento no Brasil.

A primeira observação se pauta na análise da Tabela 16, onde se vê a evolução do PIB, total e por setores – indústria, serviços e agropecuário –, do Brasil e de Minas Gerais, ao longo das décadas, a partir do ano de 1951. Vale lembrar que o BDMG foi criado no começo da década de 1960. Merecem destaques:

1) na década de 1950, a taxa média anual de crescimento real do PIB (TxPIB) brasileiro foi maior do que a mineira nos setores da indústria, agropecuário e no total. Somente o setor de serviços apresenta uma TxPIB maior em Minas Gerais do que no Brasil. Com este dado, apesar de correto, só é possível induzir que Minas Gerais apresentava queda de participação na economia nacional em decorrência das dificuldades de implementação de seu desenvolvimento;

2) para o setor da indústria, tem-se que a TxPIB mineira, a partir da década de 60 até a década de 90, apresenta uma evolução, por década, no mínimo, 37% maior que as registradas pelo Brasil. Sobre este feito pode-se supor que a movimentação do governo de Minas Gerais para a criação de um arcabouço legal, e/ou para as ações implementadas, se apresentou mais eficaz na trajetória do desenvolvimento que a dos demais estados.

3) de forma análoga, agora para o setor de serviços, tem-se que as TxPIB mineiro foram, em todas as décadas a partir de 1950, maiores do que as brasileiras, o que confirma a tendência de Minas Gerais para o setor;

4) os números do setor agropecuário mineiro apresentaram crescimento em todas as décadas, mas somente nas décadas de 70 e 90 e no período compreendido entre 2000 e 2006 se mostram acima dos números brasileiros, o que não se pode levar à conclusão de que o crescimento não foi relevante, uma vez que o estado se transforma, neste período, no maior produtor de café e leite do país. Todavia, pode-se concluir que, se comparada às taxas de crescimento do setor mineiro de serviços, tem-se uma evolução menos significativa, o que demonstra também a perda de espaço no PIB do estado;

5) a partir da década de 60, verifica-se que a TxPIB total mineiro, que na década anterior se apresentava menor que a do Brasil, se reverte, passando a um crescimento maior. Com isso, mais uma vez, ratifica-se que algumas ações importantes foram elaboradas e implementadas a partir desta década;

6) se compararmos a variação total da TxPIB desde a década de 50 até o ano de 2006, tem-se que Minas Gerais ficou 3% maior que o Brasil, resultado conquistado pelo crescimento significativo do setor de serviços; e

7) se subtrairmos a década de 50 da análise feita no item anterior, a diferença nas taxas de crescimento real entre o PIB brasileiro e o mineiro sobe para cerca de 12% a favor de Minas Gerais, do que se conclui, ratificando o que já foi afirmado, que a década de 50 não foi muito positiva para o desenvolvimento da economia de Minas Gerais.

TABELA 16

Taxa média anual de crescimento real do PIB, por setores, no Brasil e em Minas Gerais no período entre 1951 e 2006 - (%)

PERÍODO	Brasil				Minas Gerais			
	TOTAL	IND.	SERV.	AGROPE- CUÁRIO	TOTAL	IND.	SERV.	AGROPE- CUÁRIO
1951 ~ 1959	7,19	8,90	6,38	4,42	4,54	4,92	7,03	2,25
1960 ~ 1969	6,12	7,10	6,65	4,18	5,97	11,74	7,19	2,77
1970 ~ 1979	8,78	9,48	9,60	3,95	11,11	18,88	16,35	8,04
1980 ~ 1989	3,02	2,22	3,76	3,97	3,61	5,09	5,64	3,88
1990 ~ 1999	1,74	1,42	0,94	1,51	2,26	2,24	2,06	4,04
2000 ~ 2006	2,81	4,74	0,75	5,71	3,01	2,39	2,95	5,77
Variação Total	33,33	38,64	31,21	26,15	34,34	53,33	48,17	29,80
Variação sem a década de 1950	24,39	27,31	23,34	20,81	28,50	46,14	38,44	26,94

Fonte: IBGE, BDMG, FJP e <http://www.alanhenriques1.hpg.ig.com.br/pibbrasil.html>

OBS: Os dados de 1990 a 1997 foram revisados pelo IBGE

A segunda observação que aqui se destaca diz respeito ao pensamento de alguns autores quanto à relevância do BDMG no cenário econômico mineiro. Diniz (1981, p.147) afirma que,

desde cedo, o BDMG compreendeu que haveria que promover a modernização deste segmento industrial [diversificação e produção intensiva de produtos de maior valor agregado] em Minas, tendo elaborado diversas pesquisas e programas de apoio ao setor.

No livro comemorativo dos 35 anos do BDMG (1997, p.130), o autor depõe:

Creio que o BDMG cumpriu um papel de destaque na reestruturação econômica de Minas Gerais. Seus efeitos em termos de estudos, planejamento e imagem política foram muito mais importantes que seu papel como agente financeiro *stricto sensu*. Cabe destacar que a reforma fazendária, a criação da Fundação João Pinheiro e do INDI (em associação com a Cemig) nasceram dentro do BDMG.

Por sua vez, Pereira Diniz também confirma, em dois momentos distintos, os aspectos positivos da participação da instituição na economia do estado: primeiramente, num relato, diz que a trajetória seguida pelo BDMG o coloca como braço político, estratégico e de planejamento dos diversos governos que passaram, não só ao trabalhar em consonância com o governo, mas, em alguns momentos, ao antecipar as suas necessidades⁵²; segundo, em seu livro, cita:

No período de 1962/2001 [1962/2006], o BDMG pode orgulhar-se de haver canalizado para a economia de Minas Gerais cerca de US\$10,3 bilhões [US\$ 16,6 bilhões] de financiamentos, viabilizando ativos produtivos da ordem de US\$26,5 bilhões [US\$41,5 bilhões], responsável pela geração de 403 mil empregos [461 mil empregos] e US\$536 milhões de ICMS arrecadados pelo Estado [...]. (PEREIRA DINIZ, 2002, p.132)

A terceira observação se pauta na necessidade de um banco de desenvolvimento para fazer frente aos anseios do desenvolvimento. Pereira Diniz observa que todo estado precisa ter não só um simples banco de desenvolvimento, mas uma instituição independente, com características sólidas, equipe técnica competente e disposta a defender aquilo em que se acredita, recebendo ajuda da política, mas sem a sua interferência. O BDMG apresenta esses aspectos e conseguiu manter-se incólume (BDMG, 2007), embora em algum momento quisessem transfigurá-lo.

Diniz, por sua vez, no livro comemorativo de 35 anos do BDMG (1997), afirma que “em um país com a dimensão territorial e com o nível de desigualdade social do Brasil, creio que as instituições de fomento são fundamentais na promoção de alterações estruturais no desenvolvimento econômico.”

Por fim e não menosprezando a importância dos parceiros do BDMG – como o CDI, INDI, FJP –, e dos governos do estado de Minas Gerais, tem-se que os 45 anos de vida do banco foram marcados por uma atuação voltada ao crescimento e ao desenvolvimento, cujos objetivos de modernização, diversificação, interiorização e redução das desigualdades

⁵² Informação obtida em entrevista com o Sr. Hindemburgo Pereira Diniz, em 13 de novembro de 2007.

regionais apresentadas pela economia mineira foram perseguidos. O resultado é que Minas Gerais se inseriu com destaque cada vez maior no cenário nacional e mundial, e podemos citar algumas de suas características atuais: (1) um dos principais pólos mineradores do mundo; (2) maior produtor de nióbio⁵³ do mundo; (3) principal pólo siderúrgico do país; (4) produtor de mais de 1/3 da produção nacional de aço; (5) maior produtor de minério de ferro do Brasil; (6) líder nacional na produção e exportação de ferro-gusa; (7) alto nível produtivo de agricultura e pecuária; (8) maior produtor de leite e café do país; (9) terceiro maior rebanho bovino nacional; (10) segundo maior parque industrial do Brasil, com indústrias das mais diversificadas, como a química, metalúrgica, alimentares, automobilísticas, bebidas e celulose. (BDMG, 2008)

⁵³ Nióbio é um metal usado principalmente em ligas de aço, dentre eles o inoxidável, e outras ligas de metais não ferrosos, para a produção de tubos condutores de fluidos, como água e petróleo, em longas distâncias. Usado também na indústria nuclear, de soldas elétricas, e outras.

CONCLUSÃO

A trajetória dos bancos de desenvolvimento no cenário nacional se iniciou com a idealização e a implementação, nos mesmos moldes do BIRD, do BNDE, que viria a ser a referência para os demais bancos de desenvolvimento estaduais.

A criação destes bancos insere-se na busca por condições propícias para um incremento produtivo que levasse o país à independência ou, pelo menos, a um desenvolvimento econômico facultador de maior flexibilidade econômica no cenário mundial.

Para alcançar tais objetivos, a partir da década de 50, o Brasil se utiliza do modelo de substituição de importações, que prescinde, dentre outras condições, da alocação de recursos financeiros no médio e longo prazo. Todavia, uma vez que o mercado não dispõe de mecanismos para essa promoção, o estado se vê às voltas com a criação de ferramentas que possibilitam a captação e a alocação de recursos pelos prazos necessários.

Neste período, no contexto regional, Minas Gerais – apesar de privilegiado pela sua localização, na rota entre as regiões Sul e Sudeste e o Norte e o Nordeste do país, e pelos recursos naturais que possui em abundância, como minério de ferro e terras produtivas (fundamentais para a indústria que nascia e para as que viriam a ser incentivadas pelo modelo econômico implantado pelo país) –, se apresentava em situação econômica pouco favorável no cenário nacional.

Seu subdesenvolvimento econômico era notório se comparado a outros estados da federação, principalmente seus vizinhos, São Paulo e Rio de Janeiro. Com o intuito de mudar tal condição, via promoção do desenvolvimento, o governo de Minas Gerais criou uma estrutura institucional para auxiliá-lo na fomentação do desenvolvimento econômico, sendo um dos alicerces o BDMG.

Nesta dissertação buscou-se traçar um paralelo entre a trajetória do BDMG e a evolução da economia mineira, procurando refletir sobre a importância da participação da instituição no contexto do desenvolvimento desta economia.

Não se pode esquecer que as flutuações da economia nacional e da internacional refletem na atuação do banco. Quando estas economias se mostram ascendentes, o banco acompanha esse

virtuosismo, todavia, quando se retraem, afetam, por conseguinte, o papel desempenhado pela instituição. Não só as ações do BDMG, mas também todo o contexto conspira para as oscilações e para o desenvolvimento da economia mineira.

Por outro lado, é certo que, em alguns momentos, fica nebuloso, se assim é prudente afirmar, o limite de influências, oriundas da participação do BDMG, das ações implementadas pelo governo estadual e das conseqüências contagiosas das economias nacional e internacional, sobre a evolução da economia mineira. Em outros momentos, pode ser observado o impacto da ação do banco na evolução desta economia.

Acreditamos que a atuação do BDMG e os resultados auferidos não deixam dúvidas sobre a importância do banco como ferramenta para o crescimento e o desenvolvimento da economia mineira. Os números apresentados e todas as transformações ocorridas no estado de Minas Gerais apontam o BDMG como um dos pilares, junto com o INDI, o CDI e a FJP, do processo de desenvolvimento da economia mineira.

Então, talvez, possamos considerar que os grandes trunfos desta relevância estejam na facilidade de interação tanto com o poder público quanto com o privado, promovendo eliminação de etapas burocráticas; e em sua autonomia administrativa, financeira e institucional, gerando maior maleabilidade no processo de sustentação de novos investimentos, dentre eles, o industrial.

O BDMG tem participação significativa na elaboração de grandes estudos econômicos, gerando, para a instituição, um conhecimento privilegiado sobre as características do mercado mineiro e, portanto, uma melhor condição de planejamento de ações para a elaboração de estratégias econômicas e sociais.

Este conhecimento ajudou o BDMG a elaborar programas voltados às necessidades do mercado, propiciando, como conseqüência, o redimensionamento e a redefinição da economia mineira na economia nacional. O estado de Minas Gerais superou a posição de periferia e estabeleceu uma relação de interdependência mútua com os outros mercados estaduais.

Neste sentido, o BDMG, além de coordenar, organizar e estruturar as inversões de recursos financeiros destinadas a Minas Gerais, ocorridas principalmente na década de 70, de conseqüência irrefutavelmente benéfica para o crescimento da economia mineira, também participa efetivamente de sua alocação.

Todavia, o esforço dispensado pelo BDMG no sentido de contribuir para a redução das desigualdades regionais não equacionou a posição de Minas Gerais ante aos demais estados da federação, mas contribuiu para que tal diferença não se ampliasse.

Enfim, não obstante as flutuações econômicas, nacional e internacional, ocorridas ao longo dos 45 anos de vida da instituição, seu apoio foi primordial para a evolução da economia mineira. Programas de investimentos ou financiamentos resultaram não só em êxito dos empreendimentos, mas, em sentido mais amplo, no progresso econômico. O mérito, cabe ressaltar mais uma vez, não é exclusividade do BDMG, mas é dele a participação plena e efetiva no desenvolvimento alcançado pela economia de Minas Gerais.

Para uma visão de futuro: entender que o caminho rumo ao desenvolvimento não finalizou é uma das maneiras de encarar que transformações são necessárias. Minas Gerais precisa avançar, e é grande o trabalho para a reformulação das trajetórias de seu crescimento e desenvolvimento.

Uma economia sustentável deve ser o foco estratégico atual para os dirigentes do estado. E o BDMG, que atuou e atua de forma significativa para o avanço da economia mineira, tem papel importante tanto como provedor de financiamento quanto como instituição capaz de planejar e criar condições para que este caminho seja o mais estável possível.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Rita. **O homem urbano**. Disponível em:

<www.aguaforte.com/antropologia/homem.htm>. Acesso em: 08 de março de 2007.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira** / Trad. de Edite Sciulli. São Paulo. Ed. Nobel, 2002.

BAER, Werner. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil** / Trad. de Paulo de Almeida Rodrigues. Rio de Janeiro. FGV, 1979.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS – BDMG. **BDMG – 15 anos desenvolvendo Minas**. Belo Horizonte, 1977.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS – BDMG. **BDMG – 30 anos**. Belo Horizonte. AMG Editora Gráfica, 1994.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS –BDMG. **BDMG: 45 anos de Desenvolvimento**. Belo Horizonte: BDMG, 2007a. (Apresentação proferida por Juliana Chiari quando da comemoração dos 45 anos da instituição em setembro de 2007).

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS –BDMG. **A trajetória do BDMG: imagens de um projeto para Minas**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais. Belo Horizonte, 1997.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS –BDMG. **Diagnóstico da Economia Mineira**. Belo Horizonte. 1967. Ex.1.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS –BDMG. **Economia Mineira – 1989: Diagnóstico e Perspectivas**. Belo Horizonte, 1989.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS –BDMG. **Minas Gerais do Século XXI**. Belo Horizonte. Ed. Rona, 2002.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS –BDMG. **Relatório anual 2003**. Belo Horizonte, 2004.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS –BDMG. **Relatório anual 2004**. Belo Horizonte, 2005.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS –BDMG. **Relatório anual 2005**. Belo Horizonte, 2006.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS –BDMG. **Relatório anual 2006**. Belo Horizonte, 2007b.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS –BDMG. **Relatório anual – 1º Semestre de 2007**. Belo Horizonte, 2007c.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS –BDMG. **Vídeo institucional, 2008**. Disponível em: <http://bdmg.mg.gov.br/institucional/inst_video.htm>. Acesso em: 17 de março de 2008.

BANCO MUNDIAL. **Site oficial do Banco Mundial**. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/QUIENESSOMOS/0,,contentMDK:20143048~menuPK:60001943~pagePK:64057863~piPK:242674~theSitePK:263702,00.html>>. Acesso em: 20 de junho de 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro. Ed. Contraponto, 1996.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - BNDES. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: BNDES, 50 anos de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro. BNDES, 2002a. (Caderno 50 anos).

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - BNDES. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 50 anos: Histórias Setoriais**. Rio de Janeiro. BNDES, 2002b.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - BNDES. **O BNDES e o Plano de Metas: 1956/61**. Rio de Janeiro. BNDES, [19--].

BRASIL ESCOLA. **Primeira Guerra Mundial**. Disponível em: <<http://monografias.brasilescolas.com/historia/primeira-guerra-mundial>>. Acesso em: 20 de julho de 2007.

BRESSER PEREIRA, L.C. A Reforma Gerencial do Estado de 1995. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.34, n. 4, julho 2000: 55-72.

BRESSER PEREIRA, L.C. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 21-38.

BRUM, Argemiro j. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis. Ed, Vozes, 1982.

CARSON, Robert B. **O que os economistas sabem: um manual de política econômica para a década de 90 e depois**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 1992.

CULTURA BRASIL. **Revolução Industrial**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/revolucaoindustrial.htm>>. Acesso em: 18 de julho de 2007.

CULTURA BRASIL.. **Segunda Guerra Mundial**. Disponível em <<http://www.cultura-brasil.org/segundaguerra.htm>>. Acesso em: 20 de julho de 2007.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W.A Gaiola de Ferro Revisitada: Isomorfismo Institucional e Racionalidade Coletiva nos Campos Organizacionais. **Revista de Administração de Empresa**, São Paulo, v.45, n.2, p. 74-89 abr./jun. 2005.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte. Ed, UFMG, 1981.

DRAIBE, Sônia Mirian. **Rumos e Metamorfose: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização na Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 2004.

DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.

FERRARI FILHO, F. **Keynesianos, monetaristas, novos-clássicos e novos-keynesianos: uma leitura pós-keynesiana**. In: LIMA, Gileberto Tadeu; SICSÚ, João. (Orgs.). **Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o keynesianismo**. Barueri: Manole, 2003, p. 273-298.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produto e serviços**. Rio de Janeiro. Ed. Qualitymark, 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP; COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINEIRAÇÃO – CBMM. **Perfil de Minas Gerais 2005**. 9.ed. Belo Horizonte, 2005.

FURTADO, Celso. **Perspectivas da Economia Brasileira**. Palestra feita em setembro de 1957. In: MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa; MODENESI, Rui Lyrio (Org.). **BNDES, um banco de idéias: 50 anos refletindo o Brasil**. Rio de Janeiro. BNDES, 2002.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Finanças Públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2000.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C.R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, 2003, p.193-224.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. Apresentação de Adroaldo Moura da Silva; tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. São Paulo:Ed. Vozes, 1984.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa. **O BNDES e seus Critérios de Financiamento Industrial: 1952 a 1989**. In: MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa; MODENESI, Rui Lyrio (Org.). **BNDES, um banco de idéias: 50 anos refletindo o Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

O'CONNOR, J. **USA: A Crise do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Fabrício A. de. **Economia e Política das Finanças Públicas**. Belo Horizonte, 2001 (Versão Preliminar).

PELLEGRINI, J. Alfredo. Sistema BNDES: Atuação recente, diagnóstico da situação atual e perspectivas. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.23, n.3, p.401-441, set./dez. 1993.

PEREIRA DINIZ, Hindenburgo C. **Financiamento do Progresso: importância da tecnologia; o papel do Estado**. Belo Horizonte. BDMG Cultural, 2002.

PEREIRA DINIZ, Hindenburgo C. **BDMG: Histórico e Desafios**. Belo Horizonte, 2007. (Versão Preliminar).

PEREIRA, Laurindo Mékie. Montes Claros anos 50: Entre a esperança e a frustração. **UNIMONTES CIENTÍFICA**. Montes Claros, v.1, n.1, mar/2001. Disponível em: <<http://www.unimontes.br/unimontescientifica/revistas/Anexos/artigos/revista%201/word%20e%20pdf/MONTES%20CLAROS%20%20ANOS%2050.pdf>> Acesso em: 06 de outubro de 2007.

PERROW, Charles.B.. **Análise organizacional: um enfoque sociológico**. São Paulo, Editora Atlas, 1976.

PRZEWORSKI, Adam. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva *agent x principal*. In: BRESSER PEREIRA, L.C; SPINK, Peter (Org.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial (Coletânea)**. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.p. 39-73.

RESENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo, Editora Atlas, 2001,.

REVOLUÇÃO Industrial. In: DICIONÁRIO Wikipédia. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Industrial>. Acesso em: 20 de julho de 2007.

ROCHA, Ewerton de Oliveira, *et al.* **O sistema de Desenvolvimento de MG e a atuação do BDMG como agente financeiro**. 2005. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, [2005?]. (Curso de Altos Estudos do BDMG) (Conclusão IV)

SOUZA, Renildo. **Estado e Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=68&cod_not=278>. Acesso em: 15 de abril de 2008.

TEIXEIRA, Natermes Guimarães. **Os Bancos de Desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro, ABDE, CEBRAE, BNDE, 1979.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. Os bancos de desenvolvimento e a experiência recente do BNDES. In: TORRES FILHO, Ernani Teixeira; PUGA, Fernando Pimentel; FERREIRA, Marcelo Rocha. **Visão de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BNDES, 2007.

TROSTER, Roberto Luis; Mochón, Francisco. **Introdução à Economia**. São Paulo: Ed. Pearson Makron Books, 2004.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de; ENRIQUEZ GARCIA, Manuel. **Fundamentos de Economia**. 2. ed, São Paulo, Saraiva, 2005.

ZIP, Caio. **A depressão de 29**. Disponível em <<http://www.caiozip.com/depre.htm>>. Acesso em: 20 de julho de 2007.

ANEXO 1 - CRIAÇÃO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE MINAS GERAIS S.A. (BADAP) PROJETO DE LEI Nº 581/59

Projeto de lei nº 581/59, promulgado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e a Proposição de Lei 2.726 enviado ao Poder Executivo para sanção, que dispõe sobre a criação do Banco de Desenvolvimento Agropecuário de Minas Gerais S.A. (BADAP).

“Proposição de Lei nº 2.726

Dispõe sobre a criação do Banco de Desenvolvimento Agropecuário de Minas Gerais Sociedade Anônima, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado autorizado a promover a constituição de uma sociedade de economia mista, sob a denominação de “Banco de Desenvolvimento Agropecuário de Minas Gerais, Sociedade Anônima”, (BADAP), com sede em Belo Horizonte, e duração por tempo indeterminado, destinada a dar à lavoura e à pecuária assistência financeira, praticando todos os atos pertinentes a esta finalidade e oferecendo, inclusive, crédito a longo prazo, com as respectivas medidas de segurança, aos que desejam adquirir terras para atividades rurais.

Art 2º - A sociedade tem por objetivo o financiamento às atividades rurais.

Art 3º - O BADAP poderá criar e suprimir sucursais, filiais, agências, escritórios e correspondências autorizadas onde a Diretoria julgar conveniente.

Art 4º - O capital social do Banco de Desenvolvimento Agropecuário de Minas Gerais S.A. será de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), divididos em 100.000 ações de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) cada uma, transferíveis somente a pessoas físicas brasileiras.

Art 5º - O BADAP deverá promover as operações bancárias, exclusivamente, na seguinte ordem de prioridade:

- a) financiamento à lavoura – empréstimo.
- b) financiamento à pecuária – empréstimo.

c) quaisquer operações bancárias atinentes às atividades agropecuárias e operações comuns, se necessárias.

Art 6º - É autorizado o Estado, ainda para efeito de sua participação na sociedade, incorporar ao capital do Banco de Desenvolvimento Agropecuário S.A. (BADAP), bens móveis e imóveis de seu patrimônio, mediante prévia especificação deles e aprovação da Assembléia Legislativa.

Art 7º - Será assegurado pelo Estado o dividendo de 6% (seis por cento) ao ano às ações subscritas ou adquiridas por particulares, a partir da constituição do Banco de Desenvolvimento Agropecuário (BADAP).

Art 8º - O Estado não poderá transferir as ações que subscrever, nos termos da Lei, sem autorização da Assembléia Legislativa, assegurando-se sempre o mínimo de participação estabelecido no art. 11.

Art 9º - Os Diretores residirão efetivamente na sede do Banco de Desenvolvimento Agropecuário (BADAP), e são obrigados à declaração de bens na forma das Leis nºs 1.218, de 3 de fevereiro de 1955, e 1.515, de 15 de dezembro de 1956, e deverão ser homens de reputação ilibada, afeitos aos problemas pertinentes às funções, e ainda, de comprovada capacidade administrativa.

Art 10º - O Banco, enquanto seu maior acionista for o Estado, apresentará ao Tribunal de Contas, anualmente, para a sua apreciação todas as contas e balanços do ano anterior, sendo o representante do Governo, na Assembléia Geral do Banco, o fiscal do fiel cumprimento do parecer do referido Tribunal.

Art 11º - O Estado participará do capital do BADAP com maioria de ações, não podendo essa participação ser inferior a 60% (sessenta por cento) do valor do capital, ficando o Poder Executivo, para esse fim, autorizado a abrir o crédito especial e a realizar operações de crédito até o limite de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros).

Art 12º - Para a formação do capital com que o Estado participará do BADAP, ficam, vinculados 1/20 avos da Taxa de Serviços de Recuperação Econômica, calculados sobre a alíquota de 2,25%.

Art 13º - Nos municípios onde não houver agências, escritórios ou representantes habilitados do BADAP, as operações de empréstimos, até que estes sejam instalados, poderão ser realizadas pelas coletorias estaduais, mediante convênio com a Diretoria do Banco.

Parágrafo único – Fica o Governo autorizado a extinguir, nos bancos oficiais do Estado (Banco de Crédito Real de Minas Gerais, S.A., Banco Mineiro de Produção S.A., e Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S.A.) as respectivas carteiras de crédito agrícola e pecuário, transferindo-as e incorporando-as, com todos os direitos e obrigações perante terceiros, ao Banco de Desenvolvimento Agropecuário de Minas Gerais, S.A.

Art 14º - Para acorrer às despesas iniciais, necessárias à execução desta lei, fica aberto o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), que será oportunamente levado à conta do capital do Estado no Banco de Desenvolvimento Agropecuário, S.A. (BADAP) podendo o Executivo realizar, para esse fim, as operações de crédito que se fizerem necessárias.

Art 15º - Fica concedida ao Banco de Desenvolvimento Agropecuário, S.A. (BADAP), isenção de todos os tributos estaduais, durante o prazo de 10 (dez) anos, a contar de sua constituição.

Art 16º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art 17º - Revogadas as disposições em contrário, entrará esta lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidênciam em Belo Horizonte, aos 26 de dezembro de 1961.

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____” (BDMG, 1994)

ANEXO 2 – VETO AO PROJETO DE LEI NO 581/59

Razões do Veto do Governador do Estado de Minas Gerais para a Proposição de lei nº 2.726, e a estruturação política para a criação do BDMG.

“Razões do Veto

Ao considerar a Proposição de lei nº 2.726, que dispõe sobre a criação do Banco que menciona, e dá outras providências, sou conduzido a por-lhe veto parcial a fim de que a medida prevaleça nos termos em que o interesse público a reclama.

Ao sugerir a denominação “Banco de Desenvolvimento Agropecuário de Minas Gerais S.A.” (BADAP) e ao estabelecer caráter social para a entidade, que se faria circunscrita à assistência à lavoura e pecuária, a proposta, salvo melhor juízo, restringe seus efeitos a setores que, conquanto dignos de destaque no panorama econômico do Estado, não elidem, todavia, outros aspectos relevantes do nosso desenvolvimento que também ocorrem, com ponderável participação, para o desenvolvimento da economia mineira.

Entendo, por isso mesmo, que o Poder Público, atento às variadas manifestações de nosso soerguimento, deve levar o estímulo e a colaboração do Estado a todos os setores da produção.

Ao colher, pois, em princípio, a meritória e louvável proposta legislativa, sou conduzido a assegurar-lhe, mediante a supressão de normas restritivas, um enunciado que, fiel ao espírito da Proposição, imprima à entidade uma configuração mais consentânea, a meu ver, com a sua natureza, a ela deferido, ao mesmo tempo, finalidades mais afeitas aos generalizados reclamos de nossa economia um expansão.

Entendo, com estas considerações, que à entidade, ao invés do caráter social que a proposta sugere, melhor se adaptará o sentido autárquico, onde mais intensamente se refletirá, com a necessária autonomia, a ação do Estado que se deseja orientar e aplicar, primacialmente, no estrito objetivo da propulsão da nossa economia.

Assim, conservando substancialmente a proposta e dela retirando, apenas, as disposições que lhe delimitam os objetivos e lhe emprestam cunho social, veto, no artigo 1º, a expressão “de uma sociedade de economia mista e denominação” e parte da denominação sugerida, inclusive

as letras “A”, “A” e “P” da respectiva sigla. Isto posto, para o veto incidir, também parcialmente, sobre a ementa, onde se excluem a palavra “Agropecuário” e a expressão “S.A.”, e sobre as demais disposições que se repita, na proposta, por extenso ou abreviadamente, a designação do estabelecimento que subsistirá, na lei, com o enunciado de Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BD).

Ainda se impõe, no artigo 1º, como corolário da amplitude que visa assegurar às finalidades do Banco resultante da lei, a exclusão da expressão, “à lavoura e à pecuária”, para efeito de que a assistência financeira, a cargo do estabelecimento, venha a alcançar, indiscriminadamente, não só a a tividade do campo, mas todas quantas componham o complexo econômico da Estado.

Demais, ainda no artigo 1º, ênfase que se reserva, justificadamente, às operações de aquisição de terras para as atividades rurais, entendo que se deva excluir, do texto, a expressão “a longo prazo”, eis que ela envolve condição que não deve impor-se em caráter coercitivo, pois, antes, deve a norma revestir-se da flexibilidade indispensável a que o estabelecimento exerceite aquelas operações dentro das faculdades e das indicações de sua política creditícia.

As presentes razões fazem repercutir o veto sobre os artigos 2º, 4º e 5º da proposta, que entendo prejudicados. É que se incompatibilizam com a amplitude que se pretende deferir às finalidades do Banco, e com sua natureza autárquica, a delimitação contida no artigo 2º, a previsão do caráter social prescrita no artigo 4º e o escalonamento exclusivista e prioritário constante do artigo 5º.

Ainda, por via de conseqüência, recai o presente veto, no artigo 6º, sobre as expressões “ainda para efeito de sua participação na sociedade” e “deles a aprovação da Assembléia Legislativa”, uma vez que, ante o caráter estatal do Banco, não mais se cogitará da participação social do Estado nem se reclamará a aprovação legislativa, que realmente seria indispensável se se tratasse da constituição de empresa de capital misto.

Como decorrência das razões expostas, também se impõe o veto aos artigos 7º e 8º, nos quais se prevêm providências próprias de empresas onde se admite, juntamente com o Estado, a participação do capital privado.

No artigo 10º, ainda por via de conseqüência, estende-se foi o presente veto sobre as expressões “enquanto seu maior acionista o Estado” e “sendo o represenante do governo, na

Assembléia Geral do Banco, o fiscal do fiel cumprimento do parecer do referido Tribunal”, que se fazem inconciliáveis com o caráter autárquico que se reserva ao estabelecimento, circunstância que motiva, igualmente, a supressão do artigo II.

No artigo 12º, também se exclui da sanção a expressão “com que o Estado participará”, tornada insubsistente ante as razões fundamentais do presente veto.

Incide, ainda, o veto, sobre o artigo 13º, e respectivo parágrafo.

E que a norma inserta no corpo do artigo não se coaduna com as regras especiais que regem os estabelecimentos bancários, de competência privada da União, nas quais se prescrevem as condições necessárias à criação de departamento dos estabelecimentos de crédito.

Por outro lado, ressalta, na ordem de idéias que vimos invocando em abono do presente procedimento, o empenho do Governo em assegurar ampla assistência financeira a todos os setores da vida econômica do Estado, generalidade em que se destacam as correlacionadas com as atividades essenciais na agricultura e da pecuária.

Considero, por isso mesmo, de alta valia, que se conjuguem e se completem a ação do novo estabelecimento e a das demais instituições bancárias de que o Estado atualmente participa, as quais, através de suas carteiras especializadas de crédito agrícola e pecuário, servidas por extensas redes de penetração em todos os quadrantes do Estado, já oferecem, ao meio rural, uma substancial colaboração financeira.

Julgo, assim, de absoluta conveniência, em face do interesse público, a preservação e mesmo a dinamização das carteiras de crédito agrícola e pecuário dos estabelecimentos citados no parágrafo único do artigo 13º, com as quais o novo Banco, através de carteira igualmente especializada, poderá somar os seus esforços, de tudo resultando a mais ampla e eficaz assistência creditícia aos homens que trabalham a valorizam a terra.

Finalmente, como decorrência dos motivos acima invocados, excluiu-se, do artigo 14º, a expressão “que será oportunamente levado à conta do capital do Estado no Banco de Desenvolvimento Agropecuário, S.A. (BADAP)”, de vez que, nos termos em que a medida prevalece na lei, não lhe restaria ensejo de aplicação.

Com estas razões, ditadas pelo interesse público, ponho veto parcial à Proposição de Lei nº 2.726, incidente sobre as disposições postas em destaque, e a faço devolver ao douto reexame da egrégia Assembléia Legislativa.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 5 de janeiro de 1.962.

José Magalhães Pinto

Governador do Estado de Minas Gerais.” (BDMG, 1994)

ANEXO 3 - CRIAÇÃO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG)

Lei Estadual nº 2.607, de 05 de janeiro de 1962, que cria o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG.

“Dispõe sobre a criação do Banco de Desenvolvimento (Vetado) de Minas Gerais (Vetado), e dá outras providências.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado autorizado a promover a constituição (Vetado) de “Banco de Desenvolvimento (Vetado)”, (B – (Vetado) D (Vetado) (Vetado)), com sede em Belo Horizonte e duração por tempo indeterminado, destinada a dar (Vetado) assistência financeira, praticando todos os atos pertinentes a esta finalidade e oferecendo, inclusive, crédito (Vetado), com as respectivas medidas de segurança, aos que desejarem adquirir terras para as atividades rurais.

Art. 2º - (vetado).

Art. 3º - O B (Vetado) D (Vetado) poderá criar e suprimir sucursais, filiais, agências, escritórios e correspondências autorizadas, onde a Diretoria julgar conveniente.

Art. 4º - (Vetado).

Art. 5º - (Vetado).

I - (Vetado).

II - (Vetado).

III - (Vetado).

Art. 6º - É autorizado o Estado (Vetado) incorporando capital do Banco de Desenvolvimento (Vetado) (Vetado), bens móveis e imóveis de seu patrimônio, mediante prévia especificação, (Vetado).

Art. 7º - (Vetado).

Art. 8º - (Vetado).

Art. 9º - Os Diretores residirão efetivamente na sede do Banco de Desenvolvimento (Vetado) (B (Vetado) D (Vetado) (Vetado)), são obrigados à declaração de bens na forma das Leis nºs 1.218, de 3 de fevereiro de 1955, e 1.515, de 15 de dezembro de 1956, e deverão ser homens de reputação ilibada, afeitos aos problemas pertinentes às funções e, ainda, de comprovada capacidade administrativa.

Art. 10 - O Banco (Vetado) apresentará ao Tribunal de Contas anualmente, para a sua apreciação, todas as contas e balanços do ano anterior (Vetado).

Art. 11 - (Vetado).

Art. 12 - Para a formação do capital (Vetado) do B (Vetado) D (Vetado (Vetado)), ficam vinculados 1/20 avos da Taxa de Serviços de Recuperação Econômica calculados sobre a alíquota de 2,25%.

Art. 13 - (Vetado).

Parágrafo único - (Vetado)

Art. 14 - Para ocorrer às despesas iniciais necessárias à execução desta lei, fica aberto o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), (Vetado) podendo o Executivo realizar, para esse fim, as operações de crédito que se fizerem necessárias.

Art. 15 - Fica concedida ao Banco de Desenvolvimento (Vetado) (Vetado), isenção de todos os tributos estaduais durante o prazo de 10 (dez) anos, a contar de sua constituição.

Art. 16 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 17 - Revogadas as disposições em contrário, entrará esta lei em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 5 de janeiro de 1962.

José de Magalhães Pinto - Governador do Estado

Bilac Pinto

Paulo Salvo” (BDMG, 1994)